Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

($Em\ milhares\ de\ Reais-R\$$, exceto se de outra forma indicado)

1 Contexto Operacional

A Cosan S.A. Indústria e Comércio ("Cosan" ou "a Companhia") é uma companhia de capital aberto com suas ações negociadas no Novo Mercado da BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, sob a sigla CSAN3, e tem sua sede na cidade de São Paulo, Brasil. A Companhia é controlada pela Cosan Limited, que detém 62,51% do seu capital social.

A Cosan, por meio de suas controladas, atua principalmente nos seguintes segmentos de negócio: (i) distribuição de gás natural canalizado em parte do Estado de São Paulo por meio de sua controlada Companhia de Gás de São Paulo – COMGÁS ("COMGÁS"); (ii) compra, venda e arrendamento de terras agrícolas por meio de sua controlada Radar Propriedades Agrícolas S.A. ("Radar"); (iii) produção e distribuição de lubrificantes licenciados sob a Marca Mobil no Brasil, Bolívia, Uruguai e Paraguai, além de mercado europeu e asiático com a Marca Comma ("Lubrificantes"); e (iv) demais investimentos, além das estruturas corporativas da Companhia ("Cosan outros negócios"). Em 01 de outubro de 2014, o segmento "Rumo" foi cindido para a Cosan Logística S/A, veja nota 28.

A Companhia também possui participação indireta em duas companhias controladas em conjunto ("joint ventures" ou "JVs"): (i) Raízen Combustíveis S.A. ("Raízen Combustíveis"), no negócio de distribuição de combustíveis, e (ii) Raízen Energia S.A. ("Raízen Energia"), no negócio de produção e comercio de açúcar, etanol e cogeração de energia, principalmente, produzida a partir do bagaço de cana de açúcar. A Cosan e a Royal Dutch Shell ("Shell") compartilham o controle das duas entidades, em que cada uma detém 50% do controle econômico. Com a vigência do CPC19 (R2) / IFRS11, a Companhia passou a registrar esses investimentos nas demonstrações financeiras utilizando o método de equivalência patrimonial.

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 31 de julho de 2013 aprovou a alteração do final do exercício social da Companhia de 31 de março para 31 de dezembro. Essa alteração foi motivada pela evolução do portfólio de investimentos da Companhia, no qual outros negócios que não usam ano safra (31 de março) ficaram mais significativos. Com essa mudança, o ano fiscal da Companhia começa em 1° de janeiro e termina em 31 de dezembro de cada ano. Assim sendo, o período comparativo será de nove meses encerrado em 31 de Dezembro de 2013, portanto não comparável.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis

2.1 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A partir de 2014 o IFRS passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas, portanto as demonstrações financeiras individuais também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International *Accounting* Standards Board (IASB)).

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

($Em\ milhares\ de\ Reais-R\$$, exceto se de outra forma indicado)

Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International *Accounting* Standards Board (IASB).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela administração em 06 de Março de 2015.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo;
- Os instrumentos financeiros não-derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Os ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Propriedades para investimento mensuradas pelo valor justo; e
- O passivo atuarial de benefício definido é reconhecido como o total líquido dos ativos dos planos, acrescido do custo de serviço passado não reconhecido e do valor presente da obrigação do benefício definido e é limitado, tal como divulgado na Nota 31.

Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. As demonstrações financeiras de cada controlada incluída na consolidação da Companhia e aquelas utilizadas como base para avaliação de investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas com base na moeda funcional de cada sociedade. Para as controladas localizadas no exterior, os seus ativos e passivos foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio do fechamento do exercício e os resultados foram apurados pela taxa média mensal durante o exercício. Os efeitos de conversão estão registrados no patrimônio líquido dessas controladas.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas IFRS e CPC exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

($Em\ milhares\ de\ Reais-R\$$, exceto se de outra forma indicado)

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Notas 13 e 14 – Imobilizado e Intangível

O cálculo da depreciação e amortização de ativos intangíveis e imobilizados é baseado em estimativas das vidas úteis. Além disso, a determinação do valor justo dos ativos intangíveis e imobilizado adquiridos em combinações de negócios ou aumento na formação da *Joint Venture* é uma estimativa significativa.

A Companhia realiza anualmente uma avaliação dos indicadores de *impairment* de ativos intangíveis e imobilizados. Além disso, um teste de *impairment* é efetuado para o ágio. Um *impairment* existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que é o maior entre o valor justo menos os custos de venda e o seu valor em uso. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável em diferentes unidades geradoras de caixa para as quais o ágio é alocado são explicadas na Nota 14.

A controlada Comgás possui contrato de concessão pública de serviço de distribuição de gás, em que o Poder Concedente controla quais serviços devem ser prestados e a que preço, bem como detém, participação significativa na infraestrutura ao final da concessão. Esse contrato de concessão representa o direito de cobrar dos usuários pelo fornecimento de gás, durante a vigência do contrato. Assim sendo, a Companhia reconhece como ativo intangível esse direito.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, os quais correspondem à vida útil dos ativos componentes de infraestrutura em linha com as disposições da ARSESP, conforme divulgado na Nota 14.

A amortização dos componentes do ativo intangível é descontinuada quando o respectivo ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão.

Sujeito a avaliação do Poder Concedente, a Companhia tem a opção de requerer uma única vez a prorrogação dos serviços de distribuição por mais 20 anos. Extinta a concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente, tendo a Companhia direito à indenização a ser determinada com base nos levantamentos e avaliações observando os valores contábeis a serem apurados nessa época.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

($Em\ milhares\ de\ Reais-R\$$, exceto se de outra forma indicado)

• Nota 18 – Imposto de renda e contribuição social diferidos

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que o lucro tributável estará disponível contra o qual os prejuízos possam ser utilizados. Julgamento significativo é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

• Outros ativos não circulantes

A Companhia registrou um recebível referente a uma ação movida contra o Governo Federal, por indenização decorrente do controle de preços onde o recebimento desses valores é praticamente certo. Veja nota 19

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

• Nota 29 – Valor justo dos derivativos e outros instrumentos financeiros

Quando o valor justo dos ativos e passivos financeiros registrados na demonstração financeira não pode ser derivada de mercados ativos, seu valor justo é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o modelo de fluxo de caixa descontado. As entradas para estes modelos são praticadas no mercado, sempre que possível, mas se isso não for viável, um grau de julgamento é requerido para estabelecer valores justos. O julgamento é necessário para a determinação sobre os dados, tais como o risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas nesses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

• Nota 31 – Mensuração de obrigações de benefícios definidos

O custo dos planos de benefícios definidos de pensões e outros benefícios pós-emprego e o valor presente da obrigação de pensão é determinado usando avaliações atuariais. A avaliação atuarial envolve o uso de várias premissas que podem diferir dos resultados efetivos no futuro. Estas incluem a determinação da taxa de desconto, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e futuros aumentos de pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas pela Administração a cada data de balanço.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

($Em\ milhares\ de\ Reais-R\$$, exceto se de outra forma indicado)

Nota 32 – Pagamento baseado em ações

A Companhia mensura o custo da compensação do pagamento baseado em ações dos colaboradores baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações são divulgados na Nota 32.

Nota 19 – Provisão para demandas judiciais

Provisão para demandas judiciais proveniente de uma combinação de negócios é mensurada ao valor justo na data de aquisição como parte da combinação de negócios.

2.2 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, e têm sido aplicadas de maneira consistente pelas entidades do grupo.

2.2.1 Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações financeiras da controladora, Cosan, e suas controladas. As controladas estão listadas a seguir:

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

($Em\ milhares\ de\ Reais-R\$$, exceto se de outra forma indicado)

	31/12/2014	31/12/2013
Controladas		
Administração de Participações Aguassanta Ltda. (1)	_	65,00%
Águas da Ponte Alta S.A.	65,00%	65,00%
Bioinvestments Negócios e Participações S.A.	65,00%	65,00%
Comma Oil Chemicals	100,00%	100,00%
Companhia de Gás de São Paulo - COMGÁS	60,69%	60,05%
Cosan Biomassa S.A.	100,00%	100,00%
Cosan Cayman II Limited	100,00%	100,00%
Cosan Global Limited	100,00%	100,00%
Cosan Logística S.A.	_	100,00%
Cosan Investimentos e Participações S.A.	100,00%	100,00%
Cosan Lubes Investments Limited	100,00%	100,00%
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A.	100,00%	100,00%
Cosan Luxembourg S.A.	100,00%	100,00%
Cosan Overseas Limited	100,00%	100,00%
Cosan Paraguay S.A.	100,00%	100,00%
Cosan US, Inc.	100,00%	100,00%
Logispot Armazéns Gerais S.A. (2)	-	38,25%
Nova Agrícola Ponte Alta S.A.	29,50%	29,50%
Nova Amaralina S.A. Propriedades Agrícolas	29,50%	29,50%
Nova Santa Barbara Agrícola S.A.	29,50%	29,50%
Novo Rumo Logística S.A.	-	100,00%
Pasadena Empreendimentos e Participações S.A.	100,00%	100,00%
Proud Participações S.A.	65,00%	65,00%
Radar II Propriedades Agrícolas S.A.	65,00%	65,00%
Radar Propriedades Agrícolas S.A.	29,50%	29,50%
Rumo Logística Operadora Multimodal S.A.	-	75,00%
Terras da Ponte Alta S.A.	29,50%	29,50%
Vale da Ponte Alta S.A.	65,00%	65,00%
Zip Lube S.A	100,00%	-

⁽¹⁾ Companhia incorporada em março 2014;

(a) Participação de acionistas não controladores.

Para cada combinação de negócios, a Companhia opta por mensurar qualquer participação de não controladores na adquirida, tanto:

- em valor justo; ou
- em sua participação proporcional dos ativos líquidos identificáveis da adquirida, que são geralmente a valor justo.

Transações com acionistas não controladores que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido - isto é, como transações com os proprietários na sua qualidade de acionista.

⁽²⁾ A controlada Rumo detém 51% das ações ordinárias.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

($Em\ milhares\ de\ Reais-R\$$, exceto se de outra forma indicado)

(b) Subsidiárias

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades de propósito específicos) nas quais a Companhia tem o poder de administrar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais de metade dos direitos de voto, direta ou indiretamente. A existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. A Companhia também avalia a existência de controle, quando não tem mais de 50% do poder de voto, mas é capaz de gerir as políticas financeiras e operacionais, em virtude do controle de fato.

O controle de fato pode surgir em circunstâncias em que o tamanho dos direitos de voto da Companhia em relação ao tamanho e dispersão dos demais acionistas controladores conceda à Companhia o poder de administrar as políticas financeiras e operacionais, etc.

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data da aquisição do controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que o controle deixa de existir.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes.

(c) Investimentos em coligadas (equivalência patrimonial investidas)

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. A influência significativa supostamente ocorre quando a Companhia, direta ou indiretamente, mantém entre 20% e 50% do poder votante da entidade.

Os investimentos em coligadas são contabilizados por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo. O custo dos investimentos incluem os gastos com transação.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem receitas e despesas e variações patrimoniais de companhias coligadas, após a realização de ajustes para alinhar as suas políticas contábeis com àquelas da Companhia.

Quando a participação da Companhia nos prejuízos de uma investida cujo patrimônio líquido tenha sido contabilizado exceda a sua participação acionária nessa coligada registrada por equivalência patrimonial, o valor contábil daquela participação acionária, incluindo quaisquer investimentos de longo prazo que fazem parte do investimento, é reduzido a zero, e o reconhecimento de perdas adicionais é encerrado, exceto nos casos em que a Companhia tenha obrigações construtivas ou efetuou pagamentos em nome da investida, quando, então, é constituída uma provisão para a perda de investimentos.

(d) Investimentos em controladas em conjunto

A Companhia tem participação em *joint ventures*, que são entidades controladas em conjunto, em que os empreendimentos têm um acordo contratual que estabelece o controle conjunto sobre voto e as atividades econômicas das entidades. O acordo exige unanimidade para as decisões

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

($Em\ milhares\ de\ Reais-R\$$, exceto se de outra forma indicado)

financeiras e operacionais entre os empreendimentos. A Companhia reconhece sua participação nas *joint ventures*, utilizando o método de equivalência patrimonial (Nota 11).

(e) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras.

Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registrado por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

2.2.2 Moeda estrangeira

(a) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do grupo pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidas para a moeda funcional usando a taxa de câmbio apurada naquela data. As variações cambiais de ativos e passivos não monetários registrados ao valor justo através de resultados são reconhecidas no resultado como parte do ganho ou perda do valor justo. Os itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio da data da transação.

Os efeitos das conversões das moedas estrangeiras resultantes na conversão são reconhecidos no resultado, com exceção dos efeitos resultantes na conversão dos itens listados abaixo as quais são reconhecidas em outros resultados abrangentes:

- Instrumentos financeiros disponíveis para venda (exceto no caso de um *impairment* ser reconhecido, no qual as diferenças cambiais reconhecidas em outros resultados abrangentes são reclassificadas para o resultado); ou
- *Hedge* de fluxos de caixa que se qualificam como tal, na medida em que sejam efetivos.

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real. Os resultados e a posição financeira cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- (i) Os ativos e passivos foram convertidos pela taxa de fechamento do balanço patrimonial;
- (ii) As demonstrações do resultado, do resultado abrangente e fluxos de caixa foram convertidos pelas taxas de câmbio médias; e
- (iii) O patrimônio líquido foi convertido pela taxa de câmbio histórica.

Os efeitos das conversões cambiais resultantes são reconhecidas na rubrica de patrimônio líquido denominada "Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior - CTA".

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

($Em\ milhares\ de\ Reais-R\$$, exceto se de outra forma indicado)

(b) Operações no exterior

Os ativos e passivos derivados de operações no exterior, incluindo ágio e ajustes de valor justo resultantes na aquisição, são convertidos para Real usando as taxas de câmbio apuradas na data de apresentação. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas em Real usando as taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras são reconhecidas em outros resultados abrangentes, e apresentadas no patrimônio líquido. Entretanto se a controlada não for uma controlada integral, então a parte proporcional da diferença de conversão é atribuída aos acionistas não controladores. Quando uma operação no exterior (controlada, associada ou entidade controlada em conjunto) é alienada, o valor registrado em conta de ajuste acumulado de conversão é transferido para resultado como parte do resultado na alienação. Quando da alienação parcial de uma controlada que inclua uma operação no exterior, a proporção pertinente de tal valor acumulado é reatribuído à participação não controladora.

(c) Conversão das demonstrações financeiras das controladas

As demonstrações financeiras de cada controlada incluída nessa demonstração financeira e os investimentos pelo método da equivalência patrimonial foram preparadas com base na respectiva moeda funcional. Para as empresas controladas, cuja moeda funcional é diferente do Real, as contas de ativos e passivos são convertidas para a moeda de reporte da Companhia, usando as taxas de câmbio em vigor na data de balanço, e as receitas e despesas são convertidas pelas taxas médias de câmbio do período. As diferenças cambiais resultantes da conversão são reconhecidas na rubrica de patrimônio líquido denominada "Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior - CTA".

As taxas de conversão do Real (R\$) para o dólar norte americano (US\$) eram R\$ 2,6562 = US\$1.00 em 31 de dezembro de 2014, R\$ 2,3426 = US\$1.00 em 31 de dezembro de 2013

2.2.3 Instrumentos financeiros

(a) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidas como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

($Em\ milhares\ de\ Reais-R\$$, exceto se de outra forma indicado)

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: (i) ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, (ii) investimentos mantidos até o vencimento, (iii) empréstimos e recebíveis e (iv) ativos financeiros disponíveis para venda.

(i) Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Os ativos financeiros classificados como mantidos para negociação incluem títulos de dívida de curto prazo ativamente gerenciados pelo departamento de tesouraria da Companhia para garantir liquidez de curto prazo necessária.

Ativos financeiros designados como pelo valor justo por meio do resultado compreendem instrumentos patrimoniais que de outra forma seriam classificados como disponíveis para venda.

(ii) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento, quando a Companhia tem a intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. Juros, taxa de câmbio, deduzidos de perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos na rubrica de receitas e despesas financeiras.

No caso da Companhia, ativos financeiros mantidos até o vencimento compreendem debêntures. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado.

(iii) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, clientes e outros créditos.

(iv) Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

($Em\ milhares\ de\ Reais-R\$$, exceto se de outra forma indicado)

designados como disponíveis para venda ou não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Ativos financeiros disponíveis para venda são registrados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuível.

Após o reconhecimento inicial, esses são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida disponíveis para venda, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

Os investimentos da Companhia em títulos patrimoniais e determinados títulos de dívida são classificados como ativos financeiros disponíveis para venda.

(b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de alta liquidez de curto prazo abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

(c) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado mediante o método dos juros efetivos. Passivos financeiros compreendem empréstimos e financiamentos, títulos de dívida emitidos (incluindo certas ações preferenciais), limite de cheque especial bancário, e fornecedores e outras contas a pagar.

Limites de cheques especiais que tenham que ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa da Companhia são incluídos como um componente dos equivalentes de caixa para fins de demonstração dos fluxos de caixa.

Os juros pagos são divulgados como atividades de financiamento nas demonstrações dos fluxos de caixa.

(d) Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de hedge

O Grupo mantém instrumentos derivativos de *hedge* financeiros para proteger suas exposições de risco de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. Derivativos embutidos são separados de seus contratos e registrados individualmente se:

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

($Em\ milhares\ de\ Reais-R\$$, exceto se de outra forma indicado)

- as características econômicas e riscos do contrato principal e o derivativo embutido não sejam intrinsecamente relacionados;
- um instrumento individual com as mesmas condições do derivativo embutido satisfaça à definição de um derivativo; e
- o instrumento combinado não é mensurado pelo valor justo por meio do resultado.

No momento da designação inicial do *hedge*, a Companhia formalmente documenta o relacionamento entre os instrumentos de *hedge* e os itens objeto de *hedge*, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos e a estratégia na condução da transação de *hedge*, juntamente com os métodos que serão utilizados para avaliar a efetividade do relacionamento de *hedge*. A Companhia faz uma avaliação, tanto no início do relacionamento de *hedge*, quanto continuamente, se existe uma expectativa de que os instrumentos de *hedge* sejam "altamente eficazes" na compensação de variações no valor justo ou fluxos de caixa dos respectivos itens objeto de *hedge* durante o exercício para o qual o *hedge* é designado, e se os resultados reais de cada *hedge* estão dentro da faixa de 80% - 125%. Para um *hedge* de fluxos de caixa de uma transação prevista, a transação deve ter a sua ocorrência como altamente provável e deve apresentar uma exposição a variações nos fluxos de caixa que no final poderiam afetar o lucro líquido reportado.

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas como descritas abaixo:

(i) Hedges de fluxos de caixa

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* em uma proteção (*hedge*) da variabilidade dos fluxos de caixa atribuível a um risco específico associado com um ativo ou passivo reconhecido ou uma transação prevista altamente provável e que poderia afetar o resultado, a parcela efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na reserva de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido. Qualquer parcela não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando o item sujeito a *hedge* é um ativo não financeiro, o valor reconhecido em outros resultados abrangentes é transferido para o valor contábil do ativo quando o ativo é realizado. O valor reconhecido em outros resultados abrangentes é reclassificado para resultado no mesmo exercício que os fluxos de caixa protegidos (*hedge*) afetam o resultado na mesma rubrica na demonstração de resultados como item objeto de *hedge*. Se não houver mais expectativas quanto à ocorrência da transação prevista, então o saldo em outros resultados abrangentes é reconhecido imediatamente no resultado. Em outros casos o valor reconhecido em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado no mesmo exercício em que o item objeto de *hedge* afeta o resultado. Caso o instrumento de *hedge* não mais atenda aos critérios de contabilização de *hedge*, expire ou seja vendido, encerrado, exercido, ou tenha a sua designação revogada, então a contabilização de *hedge* é descontinuada prospectivamente. Os resultados acumulados, anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e apresentados na reserva de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido, permanecem ali até que a transação prevista afete o resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

($Em\ milhares\ de\ Reais-R\$$, exceto se de outra forma indicado)

(ii) Hedge de valor justo

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por *hedge* que são atribuíveis ao risco protegido. A Companhia só aplica a contabilidade de *hedge* de valor justo para se proteger contra o risco de juros fixos e variação cambial de empréstimos. O ganho ou perda relacionado com a parcela efetiva de *swaps* de taxa de juros para proteção contra empréstimos com taxas fixas é reconhecido na demonstração do resultado como "Despesas financeiras". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é reconhecido na demonstração do resultado como "Outros ganhos (perdas), líquidos". As variações no valor justo dos empréstimos com taxas fixas protegidas por *hedge*, atribuíveis ao risco de taxa de juros, são reconhecidas na demonstração do resultado como "Despesas financeiras".

Se o *hedge* não mais atender aos critérios de contabilização do *hedge*, o ajuste no valor contábil de um item protegido por *hedge*, para o qual o método de taxa efetiva de juros é utilizado, é amortizado no resultado durante o período até o vencimento.

(iii) Derivativos embutidos separáveis

Variações no valor justo de derivativos embutidos separáveis são reconhecidas imediatamente no resultado.

(iv) Outros instrumentos financeiros derivativos

Quando um instrumento financeiro derivativo não é designado em um relacionamento de *hedge* e não se qualifica, todas as variações em seu valor justo são reconhecidas imediatamente no resultado.

2.2.4 Estoques

Os estoques são registrados ao custo médio de aquisição ou produção, e valor realizável líquido.

O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos despesas variáveis de vendas aplicáveis.

As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. O custo dos produtos acabados e em elaboração compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e despesas gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos.

2.2.5 Ativos não circulantes mantidos para venda

Ativos não circulantes ou grupos de ativos classificados como mantidos para venda quando seu valor contábil deve ser recuperado principalmente por meio de uma transação de venda e uma venda é considerado altamente provável. Estes são mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil ou valor justo menos os custos de venda. Qualquer perda de valor de um grupo de ativos classificados como mantidos para venda é inicialmente alocado como ágio e, em seguida, aos demais ativos e passivos em uma base pro rata, exceto que nenhuma perda é atribuída aos estoques, ativos financeiros, ativos fiscais diferidos, planos de pensões ativos e propriedades de

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

($Em\ milhares\ de\ Reais-R\$$, exceto se de outra forma indicado)

investimento. Perdas reconhecidas sob os classificados como mantidos para venda e os ganhos e perdas subsequentes são reconhecidas no resultado. Os ganhos não são reconhecidos em excesso de qualquer perda por impairment acumulada anteriormente reconhecido.

2.2.6 Propriedade para investimento

Terras agrícolas são demonstradas ao valor justo, sendo a variação reconhecida no resultado do exercício.

Venda de fazendas não são reconhecidas no resultado até que (i) a venda seja concluída, (ii) a Companhia determinar que o pagamento do comprador seja provável; (iii) a receita puder ser mensurada de forma confiável, e (iv) a Companhia tenha transferido os riscos da propriedade para o comprador, sem qualquer envolvimento contínuo. O ganho da venda das fazendas é apresentado na demonstração do resultado na rubrica de receitas operacionais assim como o custo classificados no custo do produto vendido.

O valor justo das propriedades agrícolas foi determinado com base no método comparativo direto de dados do mercado, em transações de propriedades comparáveis (tipo de propriedade, localização, qualidade do imóvel) observadas no mercado (nível 2). Sendo que a metodologia utilizada para determinação do valor justo leva em consideração comparações direta de informações de mercado, tais como pesquisa de mercado, homogeneização de valores, fatores preços de mercado a vista, vendas, distâncias, *facilities*, acesso as terras, topografia e solo, uso da terra (cultura), nível pluviométrico, entre outros em linha com as normas emitidas pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas. O portfólio é avaliado anualmente por especialistas externos e revisado periodicamente por profissionais internos capacitados tecnicamente para realização deste tipo de valorização.

2.2.7 Imobilizado

(a) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria companhia inclui:

- O custo de materiais e mão-de-obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de um ativo imobilizado pode incluir reclassificações de outros resultados abrangentes de instrumentos de proteção de fluxos de caixa qualificáveis de compra de ativo fixo em moeda estrangeira. O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

($Em\ milhares\ de\ Reais-R\$$, exceto se de outra forma indicado)

itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

(b) Reclassificação para propriedade para investimento

Quando o uso da propriedade muda para propriedade para investimento, a propriedade é remensurada ao seu valor justo e reclassificada como propriedade para investimento. Qualquer ganho ou perda resultante dessa nova mensuração é reconhecido no patrimônio líquido.

(c) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado quando incorridos.

(d) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir do momento em que estiverem disponíveis para uso ou, no caso de ativos construídos, a partir da data em que o ativo estiver concluído e pronto para uso.

A depreciação é calculada pelo valor contábil do ativo imobilizado menos seus valores residuais estimados usando o método linear ao longo de suas vidas úteis estimadas. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que seja capitalizado como parte do custo de outro ativo. Ativos reconhecidos no financiamento de leasing são depreciados pelo menor prazo entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a menos que esteja razoavelmente certo que a Companhia irá obter a propriedade no fim do prazo da locação. Terrenos não são depreciados.

As taxas anuais de depreciação demonstradas abaixo:

Edifícios e benfeitorias	4%
Máquinas, equipamentos e instalações	3% a 10%
Aeronaves, embarcações e veículos	10% a 20%
Móveis e utensílios	10%
Equipamentos de informática	20%

Os custos da manutenção periódica normal são contabilizados em despesas quando incorridos uma vez que os componentes substituídos não melhorem a capacidade produtiva ou introduzam aprimoramentos aos equipamentos.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis, se apropriado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

($Em\ milhares\ de\ Reais-R\$$, exceto se de outra forma indicado)

2.2.8 Ativos intangíveis e ágio

(a) Ágio

O ágio é medido pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Com relação às investidas registradas por equivalência patrimonial, o valor contábil do ágio é incluído no valor contábil do investimento, e uma perda por redução ao valor recuperável em tal investimento é alocada para o valor contábil do investimento.

(b) Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

(c) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(d) Amortização

Exceto pelo ágio, a amortização é reconhecida no resultado pelo método linear baseado nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que esses estão disponíveis para uso ou adquiridos.

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

(e) Contratos com clientes

Os gastos incorridos no desenvolvimento de sistema de gás para novos clientes (compreendendo tubulação, válvulas e equipamentos em geral) são registrados como intangível e amortizados no período de vigência do contrato.

(f) Ativos intangíveis relacionados com o contrato de concessão

A subsidiária da companhia, COMGÁS, celebrou um contrato de concessão de distribuição de gás concedido pelo Poder Concedente, que controla quais serviços devem ser prestados e regula preços cobrados, no qual , ao final da concessão, irá deter, participação significativa na infraestrutura. Esse contrato de concessão representa o direito de cobrar dos usuários pelo fornecimento de gás, durante sua vigência. Assim sendo, a COMGÁS reconhece como ativo intangível esse direito.

O ativo intangível é composto por: (i) direito de concessão reconhecido quando da combinação de negócios da COMGÁS, cuja amortização leva em consideração prazo remanescente da concessão linearmente; e (ii) ativos adquiridos ou construídos da concessão, que compreende a infraestrutura necessária para a distribuição de gás natural, e são amortizados e depreciados refletindo o padrão de consumo no qual o benefício econômico futuro são esperados para ser

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

($Em\ milhares\ de\ Reais-R\$$, exceto se de outra forma indicado)

consumidos pela Companhia, ou ao final do termo da concessão, o qual ocorrer primeiro. O padrão de consumo dos ativos está relacionados a vida útil econômica dos ativos destacados que compõem a concessão.

Esta vida útil econômica é usada pelo regulador para determinar a base tarifária de prestação dos serviços, de acordo com o contrato de concessão celebrado com o Poder Concedente. O contrato de concessão foi assinado em 31 de maio de 1999, com prazo de vigência de 30 anos. Sujeito à avaliação do Poder Concedente, a controlada tem a opção de requerer a prorrogação dos serviços de distribuição por mais 20 anos. As condições contratuais necessárias para prorrogação do contrato de concessão junto ao Poder Concedente estão sob controle da controlada, uma vez que cumpre com as exigências contratuais até o momento. Extinta a concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente, tendo a Companhia direito à indenização a ser determinada com base nos levantamentos e avaliações observando os valores contábeis a serem apurados naquela época.

Adicionalmente, o contrato de concessão determina que as tarifas praticadas pela COMGÁS devam ser reajustadas uma vez ao ano, no mês de maio, com o objetivo de realinhar o seu preço ao custo do gás e ajustar a margem de distribuição pela inflação.

2.2.9 Redução ao valor recuperável (impairment)

(a) Ativos financeiros não derivativos

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sob condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

(i) Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento) tanto no nível individualizado quanto em nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

($Em\ milhares\ de\ Reais-R\$$, exceto se de outra forma indicado)

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis ou ativos mantidos até o vencimento. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Se, num período subsequente, a perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente a um evento que ocorreu, após o *impairment*, é reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor) a reversão do *impairment* anteriormente na demonstração do resultado do exercício.

(ii) Ativos disponíveis para venda

Perdas por redução ao valor recuperável em ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda acumulada reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. As mudanças nas provisões de perdas por redução ao valor recuperável atribuíveis ao método do juros efetivos são refletidas como um componente de receitas financeiras. Caso o valor justo de um ativo financeiro de dívida disponível para venda para o qual tenha sido reconhecida uma perda no valor recuperável apresente aumento, em um período subsequente, e o aumento possa ser objetivamente relacionado a um evento que ocorra após a perda por redução no valor recuperável ter sido reconhecida no resultado, então a perda de valor é revertida com o valor da reversão reconhecido no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes.

Uma perda por *impairment* relativo a uma equivalência patrimonial é mensurado pela comparação do valor recuperável do investimento com o seu valor contábil. Uma perda por *impairment* é reconhecida no resultado do período. Uma perda por *impairment* é revertida se houver uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

(b) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não propriedade para investimento, estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. O valor recuperável do ágio é testado anualmente para *impairment*. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa ("UGC") exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

($Em\ milhares\ de\ Reais-R\$$, exceto se de outra forma indicado)

estimados são descontados aos seus valores presentes com base na taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperação do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos. Para fins do teste do valor recuperável do ágio, o montante do ágio apurado em uma combinação de negócios é alocado à UGC ou ao grupo de UGCs para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes as UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e subsequentemente na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGCs) de forma *pro rata*.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

2.2.10 Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Companhia reconheceu a contraprestação contingente de R\$ 186.649 e R\$ 227.976, respectivamente, referente à combinação de negócios com a Esso em 2008. Essa contraprestação contingente é mensurada ao valor justo com as alterações do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia pagou R\$ 60.200 relacionado a essa contraprestação contingente (R\$ 49.938 pagos no período de nove meses findo em 31 de dezembro de 2013.)

A contraprestação é contingente em atender certas metas de receita bruta e volumes de vendas de alguns antigos produtos da ExxonMobil por um período de 10 anos a partir da data de aquisição, em 2008.

2.2.11 Benefícios a empregados

(a) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios a empregados de curto prazo são mensuradas em uma base não descontada e são contabilizadas quando o serviço relacionado seja prestado. Um passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago em bônus em dinheiro de curto prazo ou planos de participação nos lucros se o grupo tem uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação pode ser

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (*Em milhares de Reais – R*\$, *exceto se de outra forma indicado*)

estimada de forma confiável.

(b) Transações de pagamento baseado em ações

O valor justo de benefícios de pagamento baseado em ações na data de outorga é reconhecido, como compensação de despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, pelo período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos benefícios. O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de ações para o qual existe a expectativa de que as condições do serviço e condições de aquisição não de mercado serão atendidas, de tal forma que o valor finalmente reconhecido como despesa seja baseado no número de ações que realmente atendem às condições do serviço e condições de aquisição não de mercado na data em que os direitos ao pagamento são adquiridos (*vesting date*). Para benefícios de pagamento baseados em ações com condição não adquirida (*nonvesting*), o valor justo na data de outorga do pagamento baseado em ações é medido para refletir tais condições e não há modificação para diferenças entre os benefícios esperados e reais.

O valor justo do valor a pagar aos empregados com relação aos direitos sobre valorização de ações, que são liquidáveis em caixa, é reconhecido como despesa com o correspondente aumento nos passivos, pelo período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito ao pagamento. O passivo é mensurado novamente a cada data de apresentação das demonstrações financeiras e na data de liquidação. Quaisquer mudanças no valor justo do passivo são reconhecidas como despesas com pessoal no resultado.

(c) Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não tem nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

(d) Planos de benefício definido

A Companhia, por meio da subsidiária Cosan Lubrificantes Especialidades S.A. ("CLE") e COMGÁS, é patrocinadora de uma Sociedade de Previdência Privada que tem a finalidade de manter plano de suplementação de benefícios para parte de seus empregados. O custo de proporcionar benefícios no âmbito do plano de benefício definido é determinado anualmente por atuários independentes utilizando o método da unidade de crédito projetada.

Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego que não um plano de contribuição definida. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores; aquele benefício é descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

($Em\ milhares\ de\ Reais-R\$$, exceto se de outra forma indicado)

do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos.

A Companhia reconhece todos os ganhos e perdas atuariais resultantes de planos de benefício definido em outros resultados abrangentes, e todas as despesas com os planos de beneficio definido no resultado como despesa com pessoal.

A Companhia reconhece qualquer ganho ou perda com redução ou liquidação de plano de benefício definido quando ocorrer tal redução ou liquidação. O ganho ou perda na redução ou liquidação compreende qualquer alteração no valor justo dos ativos do plano, qualquer diferença no valor presente das obrigações de benefício definido do plano, qualquer ganho ou perda atuarial e custo do serviço passado relacionados que não tenham sido previamente registrados.

(e) Outros benefícios de longo prazo a empregados

A obrigação líquida da Companhia com relação a benefícios a empregados que não os planos de pensão é o valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelo serviço prestado no ano corrente e em anos anteriores. Aquele benefício é descontado para apurar o seu valor presente, e o valor justo de quaisquer ativos relacionados é deduzido. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras sobre títulos de primeira linha, cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que são expressos na moeda em que os benefícios devem ser pagos. O cálculo é realizado por meio do método de crédito unitário projetado. Quaisquer ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no resultado no período em que surgem.

2.2.12 Receitas

Receita de produtos

Receitas provenientes da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquido de devoluções, descontos comerciais e abatimentos de volume. A receita é reconhecida quando os riscos e benefícios de propriedade significativos foram transferidos para o cliente, a recuperação da consideração é provável, os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de forma confiável, não há envolvimento continuado de gestão com os bens, bem como o montante da receita pode ser mensurado de forma confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de forma confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita, como as vendas são reconhecidas.

Receita de serviços

As receitas decorrentes da prestação de serviços são reconhecidas quando a entidade transfere ao comprador os riscos e benefícios significativos inerentes à prestação dos serviços, quando são prováveis que benefícios econômicos associados à transação fluam para Companhia, bem como quando seu valor e custos incorridos relacionados puderem ser mensurados de forma confiável. Os preços de serviços são fixados com base em ordens de serviços ou contratos. Serviços cujo pagamento é feito antecipadamente são registrados como receita diferida sob o

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

($Em\ milhares\ de\ Reais-R\$$, exceto se de outra forma indicado)

título de outras obrigações e contabilizados como receitas mediante a prestação de serviços efetiva.

(i) Receita faturada

A receita de prestação de serviços de distribuição de gás é reconhecida quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável, sendo reconhecida no resultado no mesmo período em que os volumes são entregues aos clientes.

(ii) Receita não faturada

Receita não faturada refere-se à parte do gás fornecido, para o qual a medição e o faturamento aos clientes ainda não ocorreram. Este valor é calculado com base estimada referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês. O volume real cobrado pode ser diferente da estimativa. A Companhia acredita que, com base na experiência, o valor não faturado estimado não difere significativamente dos valores reais.

(iii) Receita de construção

A construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás é considerado um serviço de construção prestado ao Poder Concedente, e a receita relacionada é reconhecida na demonstração do resultado pelo valor justo.

Os custos de construção são reconhecidos por referência ao estágio de conclusão da atividade de construção, no final do período de referência, e são incluídos no custo de linha de vendas em nossa demonstração do resultado consolidado.

2.2.13 Arrendamentos

(a) Bens arrendados

Ativos detidos pela Companhia no âmbito de contratos de arrendamento que transferem substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os ativos arrendados sob outros arrendamentos são arrendamentos operacionais e não são reconhecidos na demonstração da posição financeira da Companhia.

(b) Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos recebidos são reconhecidos como uma parte integrante das despesas totais de arrendamento, pelo prazo de vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

($Em\ milhares\ de\ Reais-R\$$, exceto se de outra forma indicado)

alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

(c) Determinando se um contrato contém arrendamento

No começo de um contrato a Companhia define se o contrato é ou contém um arrendamento. Isso é o caso se as duas condições abaixo são atendidas:

- Cumprimento do contrato é dependente do uso daquele ativo especificado;
- O contrato contém direito de utilização do ativo(s).

A Companhia separa, no começo do contrato ou no momento de uma eventual reavaliação do contrato, pagamentos e outras contraprestações exigidas por tal contrato entre aqueles para o arrendamento e aqueles para outros componentes baseando-se em seus valores justos relativos. Caso a Companhia conclua que para um arrendamento financeiro seja impraticável a separação dos pagamentos de uma forma confiável, um ativo e um passivo são reconhecidos por um valor igual ao valor justo do ativo subjacente. Posteriormente, os pagamentos mínimos de arrendamentos efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesa financeira (baseado na taxa de juros incremental da Companhia) e redução do passivo em aberto.

2.2.14 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), receita de dividendos (exceto para os dividendos recebidos de investidas avaliadas por equivalência patrimonial na controladora), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ganhos na reavaliação a valor justo de participação pré-existente em controlada, ganhos nos instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado e reclassificações de ganhos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida no resultado, pelo do método dos juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Companhia em receber o pagamento é estabelecido. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e contraprestação contingente, perdas em alienação de ativos disponíveis para venda, dividendos sobre ações preferenciais classificadas como passivos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis), e perdas nos instrumentos de *hedge* que estão reconhecidos no resultado e reclassificações de perdas líquidas anteriormente reconhecidas em outros resultados abrangentes.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado pelo método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais sobre ativos e passivos financeiros são reportados em uma base líquida ou como receita financeira ou despesa financeira, dependendo se as flutuações em moeda estrangeira estão em uma posição de ganho ou perda.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

($Em\ milhares\ de\ Reais-R\$$, exceto se de outra forma indicado)

2.2.15 Impostos e contribuições

Imposto de renda abrange o imposto de renda e contribuição social à alíquota de 34%. As despesas com imposto compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, exceto na medida em que se trata de uma combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados

Além disso, para algumas controladas o imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados com base na aplicação do percentual de presunção de lucro de 32% sobre as receitas operacionais auferidas incidindo alíquota de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre a receita tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre a receita auferida tributável para contribuição social.

(a) Imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas de impostos vigentes na data do balanço, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto corrente a pagar também inclui qualquer obrigação tributária decorrente da declaração de dividendos.

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os respectivos montantes para efeitos de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade nem o lucro ou prejuízo fiscal;
- diferenças temporárias relacionadas com investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto, na medida em que a Companhia é capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e é provável que elas não revertam num futuro previsível; e
- diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio.

A mensuração dos impostos diferidos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final do período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. Para propriedades de investimento que sejam mensuradas pelo valor justo, a presunção de que o valor contábil da propriedade para investimento será recuperado por meio da venda.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias em sua reversão, utilizando as taxas de imposto aprovadas na data do balanço.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, se são impostos relacionados a mesma entidade tributável, ou em diferentes entidades fiscais, mas que pretendem resolver passivos fiscais correntes e ativos

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

($Em\ milhares\ de\ Reais-R\$$, exceto se de outra forma indicado)

em uma base líquida, ou se seus ativos e passivos fiscais sejam realizados simultaneamente.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis na medida em que é provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis contra os quais poderão ser utilizados. Os impostos diferidos ativos são revisados a cada data de relatório e serão baixados na medida em que não é mais provável que o benefício fiscal será realizado.

(c) Impostos indiretos

A receita líquida é reconhecida líquida de descontos e impostos sobre vendas.

(d) Riscos fiscais

Na determinação do montante de imposto corrente e diferido, a Companhia leva em conta o impacto das posições fiscais incertas e se os impostos e os juros adicionais podem ser devidos. Esta avaliação baseia-se em estimativas e premissas e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem tornar-se disponíveis, que pode fazer com que a Companhia mude sua decisão sobre a adequação das obrigações fiscais existentes; tais alterações obrigações fiscais terão impacto na despesa de imposto no período em que tal determinação é efetuada.

2.2.16 Reclassificação da operação descontinuada

Conforme divulgado em nota explicativa 28 devido à cisão parcial relacionada aos ativos e passivos líquidos do segmento RUMO, e requerido pelo IFRS 5 — Ativos não correntes disponíveis para venda e operações descontinuadas, a Companhia está alterando a apresentação de suas demonstrações de resultado (controladora e consolidado) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Veja na nota "28 Operação descontinuada", a reapresentação do período de nove meses findos em 31 de dezembro de 2013.

2.3 Mudanças nas políticas contábeis

Revisão 07 do Comitê de pronunciamentos contábeis - "Método de Equivalência Patrimonial em Demonstrações Separadas", altera a redação do CPC 35 - "Demonstrações Separadas" para incorporar as modificações efetuadas pelo IASB no IAS 27 - Separate Financial Statements, que passa a permitir a adoção do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas, alinhando, dessa forma, as práticas contábeis brasileiras às normas internacionais de contabilidade.

Outras alterações e interpretações em vigor para o exercício financeiro a ser iniciado em 1º de janeiro de 2014 não são relevantes para o Grupo.

2.4 Normas novas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2014. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

($Em\ milhares\ de\ Reais-R\$$, exceto se de outra forma indicado)

IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil. A Companhia está avaliando o impacto total do IFRS 9. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 10 de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida. A Companhia também irá considerar o impacto das fases restantes do IFRS 9 quando concluído pelo Conselho.

IFRS 15 – "Receitas de Contratos com Clientes". Em 28 de maio de 2014, foi emitido o "IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes" que determina um modelo abrangente de contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes e substitui as orientações de reconhecimento de receita vigentes, que se encontram atualmente em várias normas e interpretações dentro IFRS. O princípio fundamental desse pronunciamento é que a entidade reconheça a receita refletindo a transferência de bens ou serviços, mensuração dos valores que a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços. No entanto, a nova norma não se aplica às operações que são em vez dentro do âmbito das normas de arrendamento.

Esta nova norma é efetiva para períodos iniciados em ou após 10 de Janeiro de 2017, com aplicação antecipada permitida nos relatórios. Atualmente, a Companhia está avaliando o impacto desse novo pronunciamento nas demonstrações financeiras.

IAS 41 - Agricultura - Esta norma exige que os ativos biológicos relacionados com a atividade agrícola sejam medidos pelo valor justo menos os custos de venda. IASB determinou que "Produto Agrícola" deve ser contabilizado como imobilizado (IAS 16), isto é, ao custo menos depreciação ou da provisão para imparidade. A norma passa a vigorar para as demonstrações financeiras emitidas a partir de 1º janeiro de 2016, com adoção antecipada permitida. A Companhia está avaliando o potencial impacto às demonstrações financeiras consolidadas decorrentes da aplicação do IAS 41.

IFRIC 21 -"Imposições", estabelece a contabilização de uma obrigação de pagar um imposto além do imposto sobre a renda. A interpretação aborda que o fato gerador da obrigação é que dá origem a pagar uma taxa e quando deve um passivo ser reconhecido. A Companhia não está atualmente sujeita a imposições significativas, portanto, ela não espera que a aplicação da nova norma terá um impacto material nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que não entraram em vigor e que se espera que tenha um impacto significativo sobre a Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

($Em\ milhares\ de\ Reais-R\$$, exceto se de outra forma indicado)

3 Informação por segmento

a) Informação por segmento (consolidado)

As informações sobre segmentos são baseadas em informações utilizadas pela Administração da Cosan para avaliar o desempenho dos segmentos operacionais e tomar as decisões relacionadas à aplicação dos recursos financeiros. A Cosan avalia o desempenho de seus segmentos operacionais com base na medida de EBITDA¹. A reconciliação do EBITDA para o lucro (prejuízo) do período é apresentada a seguir.

Segmentos operacionais

- (i) <u>Raízen Energia</u>: produção e a comercialização de uma variedade de produtos derivados de cana-de-açúcar, incluindo açúcar bruto (denominado VHP), etanol combustível, anidro e hidratado. Esse segmento também contém as atividades relacionadas à cogeração de energia a partir do bagaço da cana-de-açúcar, além de participações em empresas de pesquisas e desenvolvimentos de novas tecnologias.
- (ii) <u>Raízen Combustíveis</u>: distribuição e comercialização de combustíveis, principalmente por meio da rede de postos sob a marca "*Shell*" no Brasil.
- (iii) <u>COMGÁS</u>: distribuição de gás natural canalizado em parte do território do Estado de São Paulo (aproximadamente 180 municípios, inclusive a região da Grande São Paulo) para consumidores dos setores industrial, residencial, comercial, automotivo, termogeração e cogeração.
- (iv) Radar: gestão, compra, venda e arrendamento de terras agrícolas.
- (v) <u>Lubrificantes</u>: produção e distribuição de lubrificantes sob a marca Mobil no Brasil, Bolívia, Uruguai e Paraguai, além do mercado Europeu e Asiático com a marca Comma.
- (vi) <u>Cosan outros negócios</u>: Demais investimentos, além das estruturas corporativas da Companhia.

Os segmentos Raízen Energia e Raízen Combustíveis são investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e não consolidados nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme Pronunciamento Técnico CPC19 (R2) – Negócios em conjunto / IFRS11 – *Joint arrangements*. No entanto, a administração da Companhia analisa as informações por segmento de 100% dos resultados desses segmentos. Apresentamos a reconciliação destes segmentos à informação financeira da Companhia na coluna "Desconsolidação controladas em conjunto".

A seguir estão apresentadas as informações do resultado e dos ativos por segmento, que foram mensuradas de acordo com as mesmas práticas contábeis utilizadas na preparação das informações consolidadas:

¹ Sigla em inglês na qual representa o lucro antes do juro, imposto, depreciação e amortização

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

($Em\ milhares\ de\ Reais-R\$$, exceto se de outra forma indicado)

	01/01/2014 a 31/12/2014									
	Raízen Energia	Raízen Combustíveis	COMGÁS	Radar	Lubrificantes	Cosan outros negócios	Desconsolidaçã o controladas em conjunto	Eliminações de transações entre segmentos	Consolidado	Operações Descontinua das
Resultado do período:										
Receita operacional líquida	9.263.930	55.733.927	6.387.103	157.562	1.602.198	-	(64.997.857)	-	8.146.863	659.715
Mercado interno	4.064.437	55.733.927	6.387.103	157.562	1.306.218	-	(59.798.364)	-	7.850.883	553.735
Mercado externo	5.199.493	-	-	-	295.980	-	(5.199.493)	-	295.980	105.980
Lucro bruto	1.528.509	2.799.705	1.892.194	96.918	354.392	-	(4.328.214)	-	2.343.504	226.950
Despesas de vendas	(578.989)	(1.150.516)	(636.316)	-	(245.227)	-	1.729.505	-	(881.543)	-
Despesas gerais e administrativas	(498.756)	(387.259)	(308.413)	(36.525)	(70.684)	(145.840)	886.015	-	(561.462)	(63.632)
Outras receitas (despesas) operacionais,										
líquidas	58.609	338.143	(19.494)	131.593	1.032	(123.626)	(396.752)	-	(10.495)	(464)
Resultado Financeiro	(418.317)	(125.210)	(193.026)	6.269	21.555	(780.687)	543.527	-	(945.889)	(23.110)
Receitas financeiras	385.895	104.218	106.554	7.428	1.639	81.280	(490.113)	(12.711)	184.190	28.602
Despesas financeiras	(588.307)	(142.839)	(300.573)	(1.104)	22.831	(707.718)	731.146	12.711	(973.853)	(52.284)
Variação cambial	(357.928)	(71.825)	(139.931)	(55)	(1.183)	(177.815)	429.753	-	(318.984)	572
Derivativos	142.023	(14.764)	140.924	-	(1.732)	23.566	(127.259)	-	162.758	-
Resultado de equivalência patrimonial em										
associadas	(38.310)	14.902	-	-	(7.341)	429.506	23.408	(418.625)	3.540	-
Resultado de equivalência patrimonial de										
controladas em conjunto	-	-	-	-	-	588.428	-	-	588.428	-
Imposto de renda e contribuição social	103.810	(410.560)	(203.810)	(17.629)	(18.850)	254.803	306.750	-	14.514	(47.048)
Lucro (prejuízo) líquido do período	156.556	1.079.205	531.135	180.626	34.878	222.583	(1.235.761)	(418.625)	550.597	92.695
Depreciação e amortização	1.966.866	538.222	506.697	970	71.268	2.923	(2.505.088)	-	581.858	70.378
EBITDA	2.437.929	2.153.197	1.434.668	192.956	103.441	751.390	(4.591.126)	(418.625)	2.063.830	233.231
Adições ao imobilizado e intangível							(,,	(**************************************		
(caixa)	2.490.176	794.556	661.311	1.146	52.178	75.194	(3.284.732)	-	789.830	183.280
Lucro (prejuízo) líquido do período	156.556	1.079.205	531.135	180.626	34.878	222.583	(1.235.761)	(418.625)	550.597	92.695
Impostos de renda e contribuição social	(103.810)	410.560	203.810	17.629	18.850	(254.803)	(306.750)	` -	(14.514)	47.048
Resultado financeiro	418.317	125.210	193.026	(6.269)	(21.555)	780.687	(543.527)	-	945.889	23.110
Depreciação e amortização	1.966.866	538.222	506.697	970	71.268	2.923	(2.505.088)	-	581.858	70.378
EBITDA	2.437.929	2.153.197	1.434.668	192.956	103.441	751.390	(4.591.126)	(418.625)	2.063.830	233.231

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

($Em\ milhares\ de\ Reais-R\$$, exceto se de outra forma indicado)

Resultado do período: Receita operacional líquida 6.850.389 37.580.570 4.888.895 54.732 1.185.201 - (44.430.959) - 6.128.828 749.344 Mercado interno 2.964.443 37.580.570 4.888.895 54.732 947.274 - (40.545.013) - 5.890.901 676.922 Mercado externo 3.885.946 2.7.237.927 - (3.885.946) - 2.37.927 72.420 Lucro bruto 1.260.349 1.916.015 1.364.700 48.674 284.668 - (3.3176.364) - (3.763.644) - (603.965) Despesas de vendas (474.116) (808.095) (422.416) - (181.549) - 1.282.211 - (603.965) Despesas gerais e administrativas (411.600) (285.904) (239.262) (18.369) (35.2552) (96.288) (697.504) - (40.6471) (57.588) Operacionais, líquidas (35.209) 292.211 (1.599) 131.191 (5.488) (26.445) (257.002) - (97.659) (14.366) Receita financeiro (646.268) (99.201) (140.981) 3.096 (9.072) (567.039) 745.469 - (713.996) 13.689 (41.605) (44.659) 3.812 23.409 75.477 (255.300) (9.008) 138.349 41.269 (44.659) (44.659) 3.812 23.409 75.477 (255.300) (9.008) 138.349 41.269 (44.659) (44
Receita operacional líquida 6.850.389 37.580.570 4.888.895 54.732 1.185.201 - (44.430.959) - 6.128.828 749.344 Mercado interno 2.964.443 37.580.570 4.888.895 54.732 947.274 - (40.545.013) - 5.890.901 676.922 Mercado externo 3.885.946 2 237.927 - (3.885.946) - 237.927 72.426 Lucro bruto 1.260.349 1.916.015 1.364.700 48.674 284.668 - (3.176.364) - 1.698.042 301.902 Despesas de vendas (474.116) (808.095) (422.416) - (181.549) - 1.282.211 - (603.647) (57.582 Outras receitas (despesas) (411.600) (285.904) (239.262) (18.369) (52.552) (96.288) 697.504 - (406.471) (57.582 Outras receitas (despesas) (30.002) 292.211 (1.599) 131.191 (5.488) (26.445) (257.002) - 97.659 (14.364) Resultado Financeiro (646.268) (99.201) (140.981) 3.096 (9.072) </th
Mercado interno 2.964.443 37.580.570 4.888.895 54.732 947.274 - (40.545.013) - 5.890.901 676.922 Mercado externo 3.885.946 237.927 - (3.885.946) - 237.927 72.420 Lucro bruto 1.260.349 1.916.015 1.364.700 48.674 284.668 - (3.176.364) - 1.698.042 301.903 Despesas de vendas (474.116) (808.095) (422.416) - (181.549) - 1.282.211 - (603.965) Despesas gerais e administrativas (411.600) (285.904) (239.262) (18.369) (52.552) (96.288) 697.504 - (406.471) (57.588 Outras receitas (despesas) Outras receitas (despesas) (35.209) 292.211 (1.599) 131.191 (5.488) (26.445) (257.002) - 97.659 (14.364) Resultado Financeiro (646.268) (99.201) (140.981) 3.096 (9.072) (567.039) 745.469 - (713.996) 13.689
Mercado externo 3.885.946 - - - - 237.927 - (3.885.946) - 237.927 72.426 Lucro bruto 1.260.349 1.916.015 1.364.700 48.674 284.668 - (3.176.364) - 1.698.042 301.905 Despesas de vendas (474.116) (808.095) (422.416) - (181.549) - 1.282.211 - (603.965) Despesas gerais e administrativas (411.600) (285.904) (239.262) (18.369) (52.552) (96.288) 697.504 - (406.471) (57.588) Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (35.209) 292.211 (1.599) 131.191 (5.488) (26.445) (257.002) - 97.659 (14.364) Resultado Financeiro (646.268) (99.201) (140.981) 3.096 (9.072) (567.039) 745.469 - (713.996) 13.689
Lucro bruto 1.260.349 1.916.015 1.364.700 48.674 284.668 - (3.176.364) - 1.698.042 301.902 Despesas de vendas (474.116) (808.095) (422.416) - (181.549) - 1.282.211 - (603.965) Despesas gerais e administrativas (411.600) (285.904) (239.262) (18.369) (52.552) (96.288) 697.504 - (406.471) (57.588) Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (35.209) 292.211 (1.599) 131.191 (5.488) (26.445) (257.002) - 97.659 (14.364) Resultado Financeiro (646.268) (99.201) (140.981) 3.096 (9.072) (567.039) 745.469 - (713.996) 13.689
Despesas de vendas (474.116) (808.095) (422.416) - (181.549) - 1.282.211 - (603.965) Despesas gerais e administrativas (411.600) (285.904) (239.262) (18.369) (52.552) (96.288) (697.504 - (406.471) (57.588) Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (35.209) 292.211 (1.599) 131.191 (5.488) (26.445) (257.002) - 97.659 (14.364) Resultado Financeiro (646.268) (99.201) (140.981) 3.096 (9.072) (567.039) 745.469 - (713.996) 13.688
Despesas gerais e administrativas (411.600) (285.904) (239.262) (18.369) (52.552) (96.288) 697.504 - (406.471) (57.588 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (35.209) 292.211 (1.599) 131.191 (5.488) (26.445) (257.002) - 97.659 (14.364 Resultado Financeiro (646.268) (99.201) (140.981) 3.096 (9.072) (567.039) 745.469 - (713.996) 13.688
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas (35.209) 292.211 (1.599) 131.191 (5.488) (26.445) (257.002) - 97.659 (14.364) Resultado Financeiro (646.268) (99.201) (140.981) 3.096 (9.072) (567.039) 745.469 - (713.996) 13.689
operacionais, líquidas (35.209) 292.211 (1.599) 131.191 (5.488) (26.445) (257.002) - 97.659 (14.3647) (1.591) 131.191 (1.592) 131.191 (1.593)
Resultado Financeiro (646.268) (99.201) (140.981) 3.096 (9.072) (567.039) 745.469 - (713.996) 13.689
Receitas financeiras 186.230 69.070 44.659 3.812 23.409 75.477 (255.300) (9.008) 138.349 41.29
1000 10
Despesas financeiras (346.004) (63.418) (163.090) (668) (51.689) (59.434) 409.422 9.008 (765.873) (27.975)
Variação cambial (370.860) (181.419) (162.449) (48) 17.351 (178.975) 552.279 - (324.121) 37.
Derivativos (115.634) 76.566 139.899 - 1.857 95.893 39.068 - 237.649
Resultado de equivalência
patrimonial em associadas (24.075) 4.826 - 29 (7.812) 447.768 19.250 (434.489) 5.497
Resultado de equivalência
patrimonial de controladas em
conjunto 242.036 242.036
Imposto de renda e contribuição
social 122.199 (298.084) (152.740) (10.230) (27.175) 234.116 175.885 - 43.971 (83.167)
Lucro (prejuízo) líquido do
período (208.720) 721.768 407.702 154.391 1.019 234.150 (513.048) (434.489) 362.773 160.474
Depreciação e amortização 1.386.600 385.728 322.170 727 55.452 1.840 (1.772.328) - 380.189 58.95
EBITDA 1.701.949 1.504.781 1.023.593 162.252 92.718 568.913 (3.206.730) (434.489) 1.412.987 288.90
Adições ao imobilizado, intangível
e ativos biológicos (caixa) 1.513.389 681.241 677.695 60 81.353 18.965 (2.194.630) - 778.073 198.04
Lucro (prejuízo) líquido do período (208.720) 721.768 407.702 154.391 1.019 234.150 (513.048) (434.489) 362.773 160.474
Impostos de renda e contribuição
social (122.199) 298.084 152.740 10.230 27.175 (234.116) (175.885) - (43.971) 83.16
Resultado financeiro 646.268 99.201 140.981 (3.096) 9.072 567.039 (745.469) - 713.996 (13.689)
Depreciação e amortização 1.386.600 385.728 322.170 727 55.452 1.840 (1.772.328) - 380.189 58.95
EBITDA 1.701.949 1.504.781 1.023.593 162.252 92.718 568.913 (3.206.730) (434.489) 1.412.987 288.90'

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

 $(Em\ milhares\ de\ Reais-R\$,\ exceto\ se\ de\ outra\ forma\ indicado)$

_					31/12/201	4			
Itens do balanço patrimonial:	Raízen Energia	Raízen Combustíveis	COMGÁS	Radar	Lubrificantes	Cosan outros negócios	Desconsolidação controladas em conjunto	Eliminações de transações entre segmentos	Consolidado
Caixa e equivalentes de caixa	2.643.950	173.470	973.708	6.011	39.810	520.663	(2.817.420)		1.540.192
Titulos e valores mobiliarios	-	-	-	149.735	-	-	-	-	149.735
Duplicatas a receber de clientes	620.300	1.920.778	605.483	22.214	194.486	241	(2.541.078)	-	822.424
Estoques	2.315.907	1.128.771	125.406	-	222.486	11	(3.444.678)	-	347.903
Outros ativos circulantes	2.680.822	521.630	137.360	31.052	31.831	367.641	(3.202.452)	(19.750)	548.134
Investimentos em associadas	209.205	256.729	-	-	16.032	5.783.699	(465.934)	(5.669.053)	130.678
Investimentos em controladas									
em conjunto	-	-	-	-	-	8.404.502	-	-	8.404.502
Ativos Biológicos	1.828.304	-	-	-	-	-	(1.828.304)	-	-
Propriedades para investimentos	-	-	-	2.641.978	-	-	-	-	2.641.978
Imobilizado	9.848.969	2.464.316	-	11.288	221.466	118.681	(12.313.285)	-	351.435
Intangível	3.288.709	4.267.514	8.595.251	173	824.277	6.419	(7.556.223)	-	9.426.120
Outros ativos não circulantes	2.075.546	2.365.613	591.135	15.538	(190.806)	2.331.354	(4.441.159)	(6.610)	2.740.611
Empréstimos e financiamentos	(10.377.585)	(1.557.782)	(3.133.347)	-	(261.166)	(4.003.089)	11.935.367	-	(7.397.602)
Fornecedores	(636.619)	(529.990)	(848.770)	(790)	(118.784)	(2.826)	1.166.609	-	(971.170)
Ordenados e salários a pagar	(252.219)	(66.799)	(58.955)	(5.336)	(15.437)	(21.387)	319.018	-	(101.115)
Outros passivos circulantes	(1.103.934)	(2.074.917)	(122.981)	(20.783)	(100.853)	(398.334)	3.178.851	26.361	(616.590)
Outros passivos não circulantes	(2.719.593)	(2.273.554)	(992.028)	(93.552)	(193.082)	(4.289.300)	4.993.147		(5.567.962)
Ativo total (líquido de passivos)		·				· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·			
alocado por segmento	10.421.762	6.595.779	5.872.262	2.757.528	670.260	8.818.275	(17.017.541)	(5.669.052)	12.449.273
Ativo total	25.511.712	13.098.821	11.028.343	2.877.990	1.359.582	17.533.212	(38.610.533)	(5.695.415)	27.103.712

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

($Em\ milhares\ de\ Reais-R\$$, exceto se de outra forma indicado)

_						31/12/2013				
Itens do balanço patrimonial:	Raízen Energia	Raízen Combustíveis	COMGÁS	Rumo	Radar	Lubrificantes	Cosan outros negócios	Desconsolidação controladas em conjunto	Eliminações de transações entre segmentos	Consolidado
Caixa e equivalentes de caixa	1.058.483	328.992	535.957	497.753	13.408	57.892	369.543	(1.387.475)	-	1.474.553
Titulos e valores mobiliarios	-	-	-	-	87.978	-	-	-	-	87.978
Duplicatas a receber de clientes	416.746	1.435.095	582.889	32.506	28.052	200.795	241	(1.851.841)	-	844.483
Estoques	2.026.925	1.057.049	121.253	5.237	-	185.490	-	(3.083.974)	-	311.980
Outros ativos circulantes	1.279.553	484.475	248.803	22.389	323.475	45.227	332.014	(1.764.028)	(144.261)	827.647
Investimentos em associadas	408.591	254.826	-	-	-	15.364	6.101.361	(663.417)	(6.013.409)	103.316
Investimentos em controladas em										
conjunto	-	-	-	-	-	-	8.498.259	-	-	8.498.259
Ativos Biológicos	1.867.765	-	-	-	-	-	-	(1.867.765)	-	-
Propriedades para investimentos	-	-	-	-	2.281.509	-	-	-	-	2.281.509
Imobilizado	9.504.874	2.494.486	-	1.013.149	11.195	197.137	50.429	(11.999.360)	-	1.271.910
Intangível	3.100.227	4.038.314	8.450.541	755.635	89	867.826	3.949	(7.138.541)	-	10.078.040
Outros ativos não circulantes	1.534.557	1.403.117	332.918	234.965	4.884	(93.658)	2.755.373	(2.937.674)	(415.784)	2.818.698
Empréstimos e financiamentos	(7.732.778)	(862.521)	(2.841.387)	(705.974)	-	(209.579)	(5.073.219)	8.595.299	_	(8.830.159)
Fornecedores	(633.505)	(551.176)	(706.397)	(82.872)	(1.216)	(70.102)	(1.562)	1.184.681	(280)	(862.429)
Ordenados e salários a pagar	(249.919)	(60.091)	(59.417)	(12.522)	(4.247)	(13.039)	(14.071)	310.010	-	(103.296)
Outros passivos circulantes	(495.240)	(525.188)	(301.089)	(127.287)	(31.020)	(107.826)	(260.694)	1.020.428	143.979	(683.937)
Outros passivos não circulantes	(1.693.036)	(2.715.727)	(863.768)	(198.620)	(85.951)	(327.564)	(3.543.628)	4.408.763	416.348	(4.603.183)
Ativo total (líquido de passivos)										
alocado por segmento	10.393.243	6.781.651	5.500.303	1.434.359	2.628.156	747.963	9.217.996	(17.174.894)	(6.013.407)	13.515.370
Ativo total	21.197.721	11.496.354	10.272.361	2.561.634	2.750.590	1.476.073	18.111.170	(32.694.075)	(6.573.455)	28.598.373

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (*Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado*)

(b) Abertura da receita líquida de vendas, por segmento:

	31/12/2014	Nove meses findos em 31/12/2013 (Reapresentado)
Raízen Energia		
Açúcar	4.059.580	3.127.616
Etanol	4.376.826	3.143.254
Cogeração	618.583	376.579
Outros	208.941	202.940
_	9.263.930	6.850.389
Raízen Combustíveis		
Combustível	55.733.927	37.580.570
_	55.733.927	37.580.570
COMGÁS		
Industrial	4.122.077	3.066.763
Residencial	632.997	522.771
Termogeração	407.736	212.103
Cogeração	246.841	187.491
Automotivo	199.820	151.246
Comercial	255.051	186.987
Receita de construção	481.314	536.482
Outros	41.267	25.052
_	6.387.103	4.888.895
Radar		
Venda de propriedades	85.308	5.694
Arrendamento de terras	60.944	49.038
Outros	11.310	-
_	157.562	54.732
Lubrificantes		
Produto acabado	1.325.472	1.040.150
Óleo básico	225.701	137.309
Outros	51.025	7.742
_	1.602.198	1.185.201
Desconsolidação de		
controladas em conjunto	(64.997.857)	(44.430.959)
Total =	8.146.863	6.128.828

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

($Em\ milhares\ de\ Reais-R\$$, exceto se de outra forma indicado)

(c) Receita de vendas por região

Os percentuais de receita operacional líquida por área geográfica, do segmento Lubrificantes são como segue:

	31/12/2014	Nove meses findos em 31/12/2013 (Reapresentado)
Brasil	81,53%	80,27%
Europa	15,28%	16,91%
América do Sul (exceto Brasil)	2,20%	2,02%
Oriente Médio e Ásia	0,81%	0,73%
Outros	0,18%	0,07%
Total	100,00%	100,00%

As receitas provenientes dos segmentos Radar e COMGÁS são provenientes apenas do mercado nacional (Brasil), não havendo receitas provenientes de clientes no exterior.

(d) Principais clientes

COMGÁS

Em 2014, as vendas neste segmento são pulverizadas não havendo clientes ou grupos econômicos específicos que representem 10% ou mais das vendas desse segmento no período (em Dezembro 2013 as vendas eram pulverizadas e não tinha clientes que representavam 10% ou mais das vendas).

Radar

Em 2014, 15% das vendas desse segmento foram para o cliente Raízen Energia (22% para o período de 9 meses findo em 31 de dezembro de 2013)

Lubrificantes

As vendas neste segmento são pulverizadas não havendo clientes ou grupos econômicos específicos que representem 10% ou mais das vendas desse segmento no período (em Dezembro 2013 as vendas eram pulverizadas e não tinha clientes que representavam 10% ou mais das vendas).

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

($Em\ milhares\ de\ Reais-R\$$, exceto se de outra forma indicado)

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Contro	oladora	Consolidado		
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	
Caixa e depósitos bancários	265	82	121.342	113.527	
Aplicações financeiras	375.739	256.009	1.418.850	1.361.026	
	376.004	256.091	1.540.192	1.474.553	

As aplicações financeiras são compostas principalmente de fundos exclusivos, tal como apresentado abaixo:

	Contro	oladora	Consolidado		
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	
Aplicações em fundos exclusivos					
Operações compromissadas (i)	311.315	202.386	360.237	662.262	
Certificado de depósitos bancários -					
CDB (ii)	64.424	53.623	74.547	175.895	
	375.739	256.009	434.784	838.157	
Aplicações em bancos					
Certificado de depósitos bancários -					
CDB (ii)	-	-	222.570	147.782	
Operações compromissadas (i)	-	-	717.472	342.894	
Outras aplicações financeiras			44.024	32.193	
	-	-	984.066	522.869	
	375.739	256.009	1.418.850	1.361.026	

⁽i) Referem-se a compras de ativos, principalmente títulos públicos, com o compromisso de recompra a uma taxa previamente estabelecida pelas partes, geralmente com prazo de um dia.

5 Contas a receber de clientes

	Consolidado		
	31/12/2014	31/12/2013	
Mercado interno	862.221	1.087.118	
Mercado externo	20.615	24.453	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(26.113)	(28.628)	
	856.723	1.082.943	
Circulante	822.424	844.483	
Não circulante	34.299	238.460	

⁽ii) Referem-se, principalmente, a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs, emitidos por instituições financeiras brasileiras com vencimentos originais de 90 dias ou menos ou para os quais não há penalidades ou outras restrições para resgate antecipado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

A análise do vencimento das duplicatas a receber de clientes são como segue:

	Consolidado			
	31/12/2014	31/12/2013		
A vencer	757.354	776.342		
Até 30 dias	70.682	78.110		
De 31 a 60 dias	4.308	38.546		
De 61 a 90 dias	2.166	58.044		
Mais de 90 dias	22.213	131.901		
	856.723	1.082.943		

A movimentação da provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

	Consolidado		
	31/12/2014	31/12/2013	
Saldo inicial	(28.628)	(21.411)	
Adições	(22.398)	(24.891)	
Reversões	1.370	960	
Perdas efetivas	-	16.714	
Desconsolidação de operação descontinuada	23.543	-	
	(26.113)	(28.628)	

6 Estoques

	Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Produtos acabados	223.706	185.620
Produto em processo	86.895	82.361
Almoxarifado e outros	41.837	44.331
Provisão para não realização e obsolescência	(4.535)	(332)
	347.903	311.980

A movimentação da provisão para não realização e obsolescência é assim demonstrada:

	Consolidado		
	31/12/2014	31/12/2013	
Saldo inicial	(332)	(255)	
Adições	(3.633)	(77)	
Desconsolidação de operação descontinuada	(6.236)	-	
Reversões	5.666	-	
	(4.535)	(332)	

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

($Em\ milhares\ de\ Reais-R\$$, exceto se de outra forma indicado)

7 Outros tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado		
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	
COFINS	9.489	25.186	12.604	25.779	
PIS	7.710	7.710	8.387	7.838	
ICMS	-	26	91.120	97.648	
Provisão para não					
realização de imposto	(17.147)	(33.007)	(17.147)	(33.007)	
Outros	39	155	851	5.442	
	91	70	95.815	103.700	
Circulante	91	70	78.516	85.334	
Não Circulante	-	-	17.299	18.366	

8 Outros ativos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Ativo financeiro Exxon Mobil (a) Recebível pela venda de operações	-	-	332.405	309.378
descontinuadas (b)	107.775	160.783	107.775	160.783
	107.775	160.783	440.180	470.161
Circulante	69.683	63.054	69.683	63.054
Não Circulante	38.092	97.729	370.497	407.107

- (a) Em 28 de junho de 2011 a subsidiária integral Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A., entidade sucessora da Esso Brasileira de Petróleo Ltda. ("Essobrás") procedeu à consolidação dos débitos tributários incluídos no programa especial de parcelamento de débitos federais ("Refis IV"), a pedido do proprietário anterior, a ExxonMobil Brasil Holdings BV ("ExxonMobil"), para resolver certas contingências fiscais que existiam antes da aquisição da Essobrás pela Companhia. A ExxonMobil é legalmente responsável por essas contingências fiscais que existiam antes da aquisição, portanto, esse ativo financeiro representa o montante que será reembolsado pela ExxonMobil.
- (b) Em 24 de outubro de 2012, a Companhia firmou com a Camil Adiantamento ao Acordo de Associação e Outras Avenças, celebrado em 28 de maio de 2012, pelo qual foi acordada a alienação da totalidade das ações emitidas por sua controlada, Docelar Alimentos e Bebidas S.A., para a Camil, pelo preço total de R\$ 293.770. Em 31 de dezembro de 2014, o saldo remanescente é R\$ 107.774 e será recebido em 2 parcelas anuais, até 24 de outubro de 2016, as quais são atualizadas mensalmente pelos índices CDI ou SELIC. O valor justo desse recebível é equivalente ao saldo contábil.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

 $(Em\ milhares\ de\ Reais-R\$,\ exceto\ se\ de\ outra\ forma\ indicado)$

9 Partes Relacionadas

a) Resumo dos saldos do balanço com partes relacionadas:

	Controladora		Consolidado		
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	
Ativo circulante					
Operações comerciais					
Cosan Limited (iv)	668	589	668	-	
Cosan Lubrificantes e Especialidades	3.146	5.221	-	-	
Radar Propriedades Agricolas S.A.	835	405	-	-	
Raízen Energia S.A. (ii)	9.838	9.840	13.281	27.199	
Raízen Combustíveis S.A. (ii)	153	52	2.433	4.048	
Aguassanta Participações S.A.	6.340	6.368	6.340	6.368	
Rumo	3.342	1.851	3.705	-	
Outros	930	985	500	1.071	
	25.252	25.311	26.927	38.686	
Operações societárias / contratuais					
Raízen Energia S.A. (ii)	3.388	1.468	3.388	1.468	
	3.388	1.468	3.388	1.468	
Operações financeiras					
Rezende Barbosa (III)	-	-	-	7.223	
Cosan Lubrificantes e Especialidades	773	20	-	-	
Raízen Combustíveis S.A. (ii)	-	-	1.319	-	
Cosan Limited (iv)	-	-	19.753	17.158	
•	773	20	21.072	24.381	
	29.413	26.799	51.387	64.535	
~					
Ativo não circulante					
Ações preferenciais	104 004	305.183	104 004	205 192	
Raízen Energia S.A. (ii) Raízen Combustíveis S.A. (iii)	104.984 15.126	303.183 90.756	104.984 15.126	305.183	
Raizen Combustiveis S.A.				90.756	
O ~ 6"	120.110	395.939	120.110	395.939	
Operações financeiras Rezende Barbosa (III)	04.006	106.057	0.4.000	107.002	
Rezende Barbosa (44)	84.996	106.057	84.999	107.002	
	84.996	106.057	84.999	107.002	
Reestruturação societária	5.115	6.220	7.418	1.540	
=	210.221	508.216	212.527	504.481	

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

($Em\ milhares\ de\ Reais-R\$$, exceto se de outra forma indicado)

	Controladora		Conso	lidado
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Passivo circulante				
Operações comerciais				
Shell Brazil Holding B.V. (i)	-	-	-	5.986
Raízen Energia S.A. (ii)	11.038	6.060	14.264	18.491
Adiantamento de serviços portuários	-	-	16	7.998
Despesas compartilhadas	11.038	6.060	14.248	10.276
Outros	-	-	-	217
Cosan Biomassa S.A.	142.569	-	-	-
Radar	2.245	2.682	-	-
Rumo	1.486	1.551	1.572	-
Cosan Lubrificantes e Especialidades	217	-	-	-
Raízen Combustíveis S.A. (ii)	530	923	1.238	1.709
Outros	773	245	119	34
	158.858	11.461	17.193	26.220
Operações societárias / contratuais				
Raízen Combustíveis S.A. (ii)	11.402	8.800	11.402	8.800
Raízen Energia S.A. (ii)	85.220	70.443	90.012	70.443
	96.622	79.243	101.414	79.243
Operações financeiras				
Cosan Overseas Limited	1.351.838	13.452	-	_
Cosan Luxembourg S.A.	61.812	851.165	-	_
Shell Brazil Holding B.V. (i)	-	-	3.820	_
Outros	22	_	22	_
	1.413.672	864.617	3.842	-
	1.669.152	955.321	122.449	105.463
Passivo não circulante				
Operações financeiras		1 170 400		
Cosan Overseas Limited	1 000 525	1.179.499	-	-
Cosan Luxembourg S.A.	1.888.535	899.689		
	1.888.535	2.079.188		

b) Resumo das transações com partes relacionadas:

As operações comerciais da Cosan com suas subsidiárias, controladas e controladas em conjunto são efetuadas a preços e condições normais de mercado. No decorrer do exercício de 31 de dezembro de 2014 e período de nove meses findos em 31 dezembro de 2013, não foram registradas quaisquer perdas para crédito de liquidação duvidosa com relação a valores a receber de partes relacionadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

($Em\ milhares\ de\ Reais-R\$$, exceto se de outra forma indicado)

	Cont	roladora	Consolidado			
	31/12/2014	Nove meses findos em 31/12/2013 (Reapresentado)	31/12/2014	Nove meses findos em 31/12/2013 (Reapresentado)		
Receita operacional			10.102			
Raízen Energia S.A. (ii)			18.193			
	-	-	18.193	-		
Compra de produtos / insumos						
Raízen Energia S.A. (ii)	-	-	(109)	(13)		
Raízen Combustíveis S.A. (ii)				(45)		
	-	-	(109)	(58)		
Arrendamento de terras						
Raízen Energia S.A. (ii)			54.045	43.995		
	-	-	54.045	43.995		
Receita (Despesa) compartilhada						
Aguassanta Participações S.A.	440	387	440	295		
Cosan Biomassa S.A.	1.634	2.810	-	-		
Radar Propriedades Agrícolas S.A.	2.753	1.360	-	-		
Grupo Rumo	9.454	6.030	-	-		
Cosan Lubrificantes e Especialidades	12.383	20.704	-	-		
Raízen Energia S.A. (ii)	(4.897)	(10.285)	(28.102)	(3.670)		
Outros		1.074				
	21.767	22.080	(27.662)	(3.375)		
Resultado financeiro						
Usina Santa Luiza	(152)	(418)	(152)	-		
Cosan Lubrificantes e Especialidades	773	2	-	-		
Cosan Limited	79	131	79	84		
Cosan Luxembourg S.A.	(291.290)	(49.209)	-	-		
Pasadena Empreed. Partic. S.A.	437	304	-	-		
Cosan Overseas Limited	(274.188)	-	-	-		
Raízen Energia S.A. (ii)	2.613	1.723	2.613	1.781		
Outros	(32)	-	406	113		
	(561.760)	(47.467)	2.946	1.978		

(i) Shell

A COMGÁS tem saldo a pagar referente à *Commercial Services Agreement* (CSA) - a Shell deixará a disposição o pessoal comercial e os serviços comerciais de forma a dar suporte administrativo na condução do negócio da COMGÁS.

(ii) Raízen Energia e Raízen Combustíveis

Os saldos a receber da Raízen Energia e da Raízen Combustíveis registrados como ativo não circulante representam, basicamente, créditos fiscais que serão devolvidos por essas entidades à Companhia quando efetivamente utilizados. Os saldos registrados como passivo circulante representam recobranças referente a despesas pagas pela Raízen de responsabilidade da Cosan S.A.

(iii) Grupo Rezende Barbosa

A Companhia possui recebíveis junto ao Grupo Rezende Barbosa com natureza de reembolso de empréstimos tomados antes da aquisição de controladas. Estes recebíveis são garantidos por ações de emissão da Cosan.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

($Em\ milhares\ de\ Reais-R\$$, exceto se de outra forma indicado)

(iv) Cosan Limited

Os saldos a receber no curto prazo referem-se a empréstimo junto à empresa *Aldwich Temple Venture Capital*, aos quais incidem juros de 1,86% ao ano, contados a partir da data de contratação, amortizados mensalmente até 30 de novembro de 2017.

c) Remuneração da administração

As remunerações fixas e variáveis das pessoas chave, incluindo diretores e membros do conselho, estão registradas no resultado do exercício do consolidado, como segue:

		Nove meses findos em 31/12/2013
	31/12/2014	(Reapresentado)
Remuneração regular	30.566	16.210
Reconhecimento de opções de ações (Nota 32)	12.753	6.595
Bônus e outras remunerações variáveis	18.053	11.679
	61.372	34.484

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

($Em\ milhares\ de\ Reais-R\$$, exceto se de outra forma indicado)

10 Investimentos em associadas

a) Controladora

	Número de ações da investida	Ações da investidora	Percentual de participação	Saldo em 31 de dezembro de 2013	Resultado de equivalência	Resultado de equivalência de Operação Descontinuada	Ajuste de avaliação patrimonial	Dividendos declarados	Aumento / redução de capital	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2014
Controladas											
Companhia de Gás de São Paulo –											
"COMGÁS"	121.870.985	73.961.667	60,69%	3.538.971	321.647	-	2.702	(97.912)	-	(4.900)	3.760.508
Cosan Biomassa	149.289.282	149.289.282	100,00%	-	(5.438)	-	-	-	142.569	(5.488)	131.643
Cosan Global	1	1	100,00%	11.208	34.786	-	-	-	14.881	-	60.875
Cosan Investimentos e Participações S.A.	3.778.868.643	3.778.868.643	100,00%	2.172.458	292.808	-	(20.961)	(295.631)	3.415.746	(35.814)	5.528.606
Cosan Logística S.A.	278.336.920	278.336.917	100,00%	-	-	28.946	-	(93.750)	64.804	-	-
Cosan Lubrificantes e Especialidades											
S.A.	290.441	290.437	100,00%	252.814	(39.871)	-	30.645	-	-	(48.700)	194.888
Cosan Luxembourg S.A.	500.000	500.000	100,00%	46.222	(33.680)	-	-	-	-	-	12.542
Novo Rumo Logística S.A.	278.336.920	278.336.917	100,00%	1.029.042	-	40.496	-	(29.320)	(1.040.218)	-	-
Radar II Propriedades Agrícolas S.A.	830.690.258	539.979.397	65,00%	609.503	32.628	-	649	(15.535)	-	-	627.245
Radar Propriedades Agrícolas S.A.	21.148.989	4.001.167	18,92%	587.977	29.468	-	1.162	(7.568)	-	-	611.039
Outros	-	-	-	28.293	(11.621)	-	(10.312)	-	1.606	(2.698)	5.268
Associadas											
Tellus Brasil Participações S.A (a)	65.957.282	33.638.214	51,00%	78.821	9.743	-	205	(1.356)	6.115	978	94.506
Janus Brasil Participações S.A.	1.364.827	689.685	51,00%	-	-	-	-	-	13.063	-	13.063
Total				8.355.309	630.470	69.442	4.090	(541.072)	2.618.566	(96.622)	11.040.183

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

($Em\ milhares\ de\ Reais-R\$$, exceto se de outra forma indicado)

	Número de ações da investida	Ações da investidora	Percentual de participação	Saldo em 31 de março de 2013	Resultado de equivalência	Resultado de equivalência de Operação Descontinuada	Ajuste de avaliação patrimonial	Dividendos declarados	Aumento / Redução de capital	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2013
<u>Controladas</u>											
Companhia de Gás de São Paulo – "COMGÁS"	119.822.797	71.957.990	60,05%	3.367.852	244.721	-	14.756	(96.746)	-	8.388	3.538.971
Cosan Global	1	1	100,00%	-	11.208	-	-	-	-	-	11.208
Cosan Investimentos e Participações S.A.	2.072.284.917	2.072.284.917	100,00%	-	-	-	-	-	2.172.458	-	2.172.458
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A.	290.441	290.437	100,00%	1.118.780	(22.741)	-	3.900	(47.125)	(800.000)	-	252.814
Cosan Luxembourg S.A.	500.000	500.000	100,00%	23.554	16.058	-	-	-	6.610	-	46.222
Novo Rumo Logística S.A.	278.336.920	278.336.917	100,00%	908.223	-	120.819	-	-	-	-	1.029.042
Radar II Propriedades Agrícolas S.A.	830.690.258	539.979.397	65,00%	567.743	50.552	-	958	(9.750)	-	-	609.503
Radar Propriedades Agrícolas S.A.	21.148.989	4.001.167	18,92%	569.528	17.303	-	1.714	(568)	-	-	587.977
Outros	-	-	-	38.823	1.457	-	(24.533)	(2.725)	18.701	(3.430)	28.293
<u>Coligadas</u>											
Tellus Brasil Participações S.A (a)	33.638.214	65.957.282	51,00%	39.828	14.825		18	(839)	24.989	-	78.821
Total			-	6.634.331	333.383	120.819	(3.187)	(157.753)	1.422.758	4.958	8.355.309

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

($Em\ milhares\ de\ Reais-R\$$, exceto se de outra forma indicado)

Informações financeiras das investidas:

31/12/2014

	Cosan Lubrificantes e Especialidade s S.A.	Radar Propriedades Agrícolas S.A.	Radar II Propriedades Agrícolas S.A.	Companhia de Gás de São Paulo – "COMGÁS"	Cosan Investimentos e Participações S.A.	Cosan Luxembourg S.A.	Cosan Global	Cosan Biomassa	Tellus Brasil Participações Ltda	Janus Brasil Participações S.A.
Circulante Ativo Passivo	352.739 (210.797)	181.880 (25.817)	28.688 (2.648)	1.841.957 (1.497.373)	42.887	104.038 (273.526)	60.875	208.390 (31.604)	14.237 (3.459)	26.159 (103)
Ativo (passivo) circulante líquido	141.942	156.063	26.040	344.584	42.887	(169.488)	60.875	176.786	10.778	26.056
Não circulante										
Ativo Passivo	1.554.926 (1.501.884)	2.059.326 (74.726)	957.778 18.826	9.186.386 (3.658.708)	5.493.556	2.373.888 (2.191.857)	<u>-</u>	91.690 (136.833)	1.851.251 (14.601)	228.590
Ativo (passivo) não circulante líquido	53.042	1.984.600	976.604	5.527.678	5.493.556	182.031	-	(45.143)	1.836.650	228.590
Patrimônio líquido	194.984	2.140.663	1.002.644	5.872.262	5.536.443	12.543	60.875	131.643	1.847.428	254.646
Resultado	(39.873)	155.760	50.196	531.135	(301.691)	33.680	(34.786)	5.438	192.553	(1.483)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

($Em\ milhares\ de\ Reais-R\$$, exceto se de outra forma indicado)

				31/12/20	13			
	Cosan Lubrificantes e Especialidade s S.A.	Radar Propriedades Agrícolas S.A.	Radar II Propriedades Agrícolas S.A.	Companhia de Gás de São Paulo – "COMGÁS"	Cosan Luxembourg S.A.	Cosan Global	Tellus Brasil Participaçõ es Ltda	Novo Rumo Logística
Circulante								
Ativo	367.864	223.574	489	1.488.902	899.241	11.208	113.794	45.617
Passivo	(151.506)	(22.458)	-	(1.403.287)	(240.488)	-	(100.383)	(64.431)
Ativo (passivo) circulante líquido	216.358	201.116	489	85.615	658.753	11.208	13.411	(18.814)
Não circulante								
Ativo	1.618.918	1.855.301	259.104	8.783.460	1.317.024	-	1.545.310	1.047.855
Passivo	(1.582.461)	(37.655)	-	(3.368.771)	(1.929.554)	-	(972.852)	-
Ativo (passivo) não circulante líquido	36.457	1.817.646	259.104	5.414.689	(612.530)	-	572.458	1.047.855
D	252.015	2.010.762	250 502		46,000	11.200	505.060	1,000,041
Patrimônio líquido	252.815	2.018.762	259.593	5.500.304	46.223	11.208	585.869	1.029.041
Resultado	(22.741)	91.453	15.240	407.702	16.058	8.565	268.451	120.819

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

($Em\ milhares\ de\ Reais-R\$$, exceto se de outra forma indicado)

b) Consolidado

	Número de ações da investida	Ações da investidora	Percentual de participação	Saldo em 31 de dezembro de 2013	Resultado de equivalência	Ajuste de avaliação patrimonial	Dividendos declarados	Aumento de capital	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2014
Tellus Brasil Participações										
S.A. ^(a)	65.957.282	33.638.214	51,00%	78.821	9.743	204	(1.556)	7.294	-	94.506
Novvi Limited Liabilitie	200.002	100.001								
Company			50,00%	15.364	(7.501)	2.019	-	4.640	-	14.522
Janus Brasil Participações S.A. (a)	-	-	51,00%	-	-	-	-	13.063	-	13.063
Zip Lube (franquias)	-	-	100,00%	-	-	-	-	1.500	-	1.500
Vertical UK LLP	-	-	50,00%	8.126	537	(1.591)	-	-	-	7.072
Outros investimentos	-	-	-	1.005	761				(1.751)	15
Total				103.316	3.540	632	(1.556)	26.497	(1.751)	130.678
	Número de ações da investida	Ações da investidora	Percentual de participação	Saldo em 31 de março de 2013	Resultado de equivalência	Ajuste de avaliação patrimonial	Dividendos declarados	Aumento de capital	Outros	Saldo em 31 de dezembro de 2013
Tallus Dessil Dantisinas ass	65.957.282	investidora	participação	março de 2015	equivalencia	patrinomai	ueciarados	de capitai	Outros	de 2015
Tellus Brasil Participações S.A.(a)	03.937.282	33.638.214	51,00%	39.828	14.825	18	(839)	24.989		78.821
Novvi Limited Liabilitie	200.002	100.001	31,00%	39.828	14.823	10	(839)	24.969	-	70.021
	200.002	100.001	50,00%		(7.912)	998		22.178		15.364
Company				0.641	(7.812)		(2.945)	22.170	-	
Vertical UK LLP	-	-	50,00%	9.641	(1.516)	1.330	(2.845)	-	1 424	8.126
Outros investimentos	-	-	-	1.087	(1.516)		-		1.434	1.005
Total				50.556	5.497	2.346	(3.684)	47.167	1.434	103.316

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

($Em\ milhares\ de\ Reais-R\$$, exceto se de outra forma indicado)

Informações das investidas:

			Doze	meses findos em 31 de deze	embro de 2014
	Ativos	Passivos	Patrimôni o líquido	Lucro (prejuízo) do exercício	Resultado abrangente total
Tellus Brasil Participações S.A. (I)	1.865.488	12.421	1.853.067	192.553	4.334
Janus Brasil Participações S.A.	254.749	103	254.646	(1.483)	=
Novvi Limited Liability Company	21.800	18.147	3.653	(14.847)	4.038
			Nove	meses findos em 31 de deze	embro de 2013
					Resultado
	Ativos	Passivos	Patrimôni o líquido	Lucro (prejuízo) do exercício	abrangente total
Tellus Brasil Participações S.A. (i) CTC - Centro de Tecnologia Canavieira	1.664.607	119.130	1.545.477	290.686	2.263
S.A.	31.335	607	30.728	(15.222)	-
			D	oze meses findos em 31 de	março de 2013
	•				Resultado
			Patrimôni	Lucro (prejuízo) do	abrangente
	Ativos	Passivos	o líquido	exercício	total
Tellus Brasil Participações S.A. (i) CTC - Centro de Tecnologia Canavieira	800.479	22.459	778.020	124.079	(789)
S.A.	216.910	56.859	160.051	(2.490)	-

⁽i) A Companhia possui 5% dos benefícios econômicos desta associada conforme estabelecido no acordo de acionistas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

($Em\ milhares\ de\ Reais-R\$$, exceto se de outra forma indicado)

c) Minoritários:

	Número de ações da	Ações dos não	Participação dos não	Saldo 31 de dezembro de	Resultado de não	Ajuste de avaliação	Dividendos	Aumento / Redução	Onton	Saldo 31 de dezembro de 2014
Companhia de Gás de São Paulo -	investida	controladores	controladores	2013	controladores	<u>patrimonial</u>	declarados	de capital	Outros	2014
"COMGÁS"	121.870.985	47.909.318	39,31%	1.961.238	210.196	967	(65.715)	_	4.892	2.111.578
Eliminação participação Radar II na	121.070.903	47.505.510	37,3170	1.501.230	210.170	701	(03.713)		4.072	2.111.570
Radar	_	-	_	(505.215)	-	(234)	6.505	_	_	(498.944)
Logispot Armazéns Gerais S.A.	2.040.816	1.000.000	61,75%	37.219	106		-	(37.325)	-	
Radar II Propriedades Agrícolas S.A.	830.690.258	290.710.861	35,00%	328.192	17.567	349	(8.365)	-	-	337.743
Radar Propriedades Agrícolas S.A.	21.148.989	17.147.822	81,08%	1.607.793	100.253	5.006	(32.432)	-	-	1.680.620
Rumo Logística Operadora Multimodal										
S.A.	956.917	239.229	25,00%	349.285	23.147	-	-	(372.432)	-	-
Total				3.778.512	351.269	6.088	(100.007)	(409.757)	4.892	3.630.997
Total				3.770.312	331,209	0.000	(100.007)	(403.737)	4.072	3.030.331
	Número de		Participação		Resultado de	Ajuste de			Saldo 31 de	
	ações da	Ações dos não	Participação dos não	Saldo 31 de	Resultado de não	Ajuste de avaliação	Dividendos		dezembro	
		Ações dos não controladores		Saldo 31 de março de 2013		v	Dividendos declarados	Outros		
Companhia de Gás de São Paulo -	ações da investida	controladores	dos não controladores	março de 2013	não controladores	avaliação patrimonial	declarados		de 2013	
"COMGÁS"	ações da		dos não		não	avaliação		Outros 325	dezembro	
"COMGÁS" Eliminação participação Radar II na	ações da investida	controladores	dos não controladores 39,95%	março de 2013 1.852.661	não controladores 162.792	avaliação patrimonial 9.817	(64.357)	325	de 2013 1.961.238	
"COMGÁS" Eliminação participação Radar II na Radar	ações da investida 119.822.797	47.864.807	dos não controladores 39,95%	1.852.661 (489.457)	não controladores 162.792 (14.718)	avaliação patrimonial	declarados	325 65	de 2013 1.961.238 (505.215)	
"COMGÁS" Eliminação participação Radar II na Radar Logispot Armazéns Gerais S.A.	ações da investida 119.822.797 - 2.040.816	47.864.807 1.000.000	dos não controladores 39,95%	1.852.661 (489.457) 37.902	não controladores 162.792 (14.718) (618)	9.817 (1.473)	(64.357) 368	325	de 2013 1.961.238 (505.215) 37.219	
"COMGÁS" Eliminação participação Radar II na Radar Logispot Armazéns Gerais S.A. Radar II Propriedades Agrícolas S.A.	ações da investida 119.822.797 2.040.816 830.690.258	47.864.807 1.000.000 290.710.861	dos não controladores 39,95% 61,75% 35,00%	1.852.661 (489.457) 37.902 305.708	não controladores 162.792 (14.718) (618) 27.217	9.817 (1.473)	(64.357) 368 (5.249)	325 65	dezembro de 2013 1.961.238 (505.215) 37.219 328.192	
"COMGÁS" Eliminação participação Radar II na Radar Logispot Armazéns Gerais S.A. Radar II Propriedades Agrícolas S.A. Radar Propriedades Agrícolas S.A.	ações da investida 119.822.797 - 2.040.816	47.864.807 1.000.000	dos não controladores 39,95%	1.852.661 (489.457) 37.902	não controladores 162.792 (14.718) (618)	9.817 (1.473)	(64.357) 368	325 65 (65)	de 2013 1.961.238 (505.215) 37.219	
"COMGÁS" Eliminação participação Radar II na Radar Logispot Armazéns Gerais S.A. Radar II Propriedades Agrícolas S.A.	ações da investida 119.822.797 2.040.816 830.690.258	47.864.807 1.000.000 290.710.861	dos não controladores 39,95% 61,75% 35,00% 81,08%	1.852.661 (489.457) 37.902 305.708	não controladores 162.792 (14.718) (618) 27.217	9.817 (1.473)	(64.357) 368 (5.249)	325 65 (65)	dezembro de 2013 1.961.238 (505.215) 37.219 328.192	
"COMGÁS" Eliminação participação Radar II na Radar Logispot Armazéns Gerais S.A. Radar II Propriedades Agrícolas S.A. Radar Propriedades Agrícolas S.A. Rumo Logística Operadora Multimodal	ações da investida 119.822.797 2.040.816 830.690.258 21.148.989	290.710.861 17.147.822	dos não controladores 39,95% 61,75% 35,00%	março de 2013 1.852.661 (489.457) 37.902 305.708 1.528.729	não controladores 162.792 (14.718) (618) 27.217 74.151	9.817 (1.473)	(64.357) 368 (5.249)	325 65 (65)	dezembro de 2013 1.961.238 (505.215) 37.219 328.192 1.607.793	
"COMGÁS" Eliminação participação Radar II na Radar Logispot Armazéns Gerais S.A. Radar II Propriedades Agrícolas S.A. Radar Propriedades Agrícolas S.A. Rumo Logística Operadora Multimodal	ações da investida 119.822.797 2.040.816 830.690.258 21.148.989	290.710.861 17.147.822	dos não controladores 39,95% 61,75% 35,00% 81,08%	março de 2013 1.852.661 (489.457) 37.902 305.708 1.528.729	não controladores 162.792 (14.718) (618) 27.217 74.151	9.817 (1.473)	(64.357) 368 (5.249)	325 65 (65)	dezembro de 2013 1.961.238 (505.215) 37.219 328.192 1.607.793	

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

 $(Em\ milhares\ de\ Reais-R\$,\ exceto\ se\ de\ outra\ forma\ indicado)$

Balanço patrimonial sintético

	Radar Propried S.2	•	Radar II Pr Agrícol		Companhia de Gás de São Paulo - "COMGÁS"		
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	
Circulante							
Ativo	66.766	223.574	803	489	1.841.957	1.488.902	
Passivo	(16.744)	(22.458)	(202)	-	(1.497.373)	(1.403.287)	
Ativo circulante líquido	50.022	201.116	601	489	344.584	85.615	
Não circulante							
Ativo	2.135.540	1.855.301	964.391	259.104	9.186.386	8.783.460	
Passivo	(44.899)	(37.655)	-	-	(3.658.708)	(3.368.771)	
Ativo não circulante líquido	2.090.641	1.817.646	964.391	259.104	5.527.678	5.414.689	
Patrimônio líquido	2.140.663	2.018.762	964.992	259.593	5.872.262	5.500.304	

Demonstração do resultado sintética

	Radar Propriedades Agrícolas S.A.		Radar II Propriedades Agrícolas S.A.		Companhia de Gás de São Paulo - "COMGÁS"	
	Nove meses			Nove meses		Nove meses
		findos em		findos em		findos em
		31/12/2013		31/12/2013		31/12/2013
		(Reapresentad		(Reapresentad		(Reapresentad
	31/12/2014	0)	31/12/2014	0)	31/12/2014	0)
Receitas	43.883	14.433			6.387.104	4.888.897
Lucro antes dos impostos	164.365	94.783	50.217	15.240	734.945	560.443
Imposto de renda e da contribuição social	(8.605)	(3.320)	(20)		(203.810)	(152.740)
Lucro líquido	155.760	91.463	50.197	15.240	531.135	407.703
Dividendos pagos à participação não controladora	25.928	1.945	8.365	5.250	65.715	-

Demonstração do resultado abrangente sintética

	Radar Propriedades Agrícolas S.A.		Radar II Propriedades Agrícolas S.A.		Companhia de Gás de São Paulo - "COMGÁS"	
	Nove meses		Nove meses		Nove meses	
		findos em		findos em		findos em
		31/12/2013		31/12/2013		31/12/2013
		(Reapresentad		(Reapresentad		(Reapresentad
	31/12/2014	o)	31/12/2014	o)	31/12/2014	o)
Lucro líquido	155.760	91.463	50.197	15.240	531.135	407.703
Outros resultados abrangentes	22.157	16.017	3.603	2.604	6.266	24.574
Total do resultado abrangente	177.917	107.480	53.800	17.844	537.401	432.277
Total do resultado abrangente alocado à participação não controladora	144.255	87.145	18.830	6.245	211.252	172.695

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

($Em\ milhares\ de\ Reais-R\$$, exceto se de outra forma indicado)

Demonstração dos fluxos de caixa sintético (i)

				Controladas	
	Ra	dar Propriedades Agrícolas S.A.	Companhia de Gás de São Paulo - ''COMGÁS''		
	31/12/2014	Nove meses findos em 31/12/2013	31/12/2014	Nove meses findos em 31/12/2013	
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Caixa gerado pelas atividades operacionais	68.173	29.256	1.596.064	1.081.121	
Imposto de renda pago	(10.219)	(4.032)	(111.970)	(121.308)	
Fluxo de caixa líquido decorrente das					
atividades operacionais	57.954	25.224	1.484.094	959.813	
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(21.181)	(24.070)	(661.546)	(610.418)	
Caixa líquido das atividades de financiamento	(40.000)	(3.000)	(384.798)	(140.942)	
•				<u> </u>	
Aumento (decréscimo) líquido em caixa e equivalentes de caixa	(3.227)	(1.846)	437.750	208.453	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	9.189	10.703	535.957	327.504	
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	5.962	8.857	973.707	535.957	

⁽i) Informação requerida para controladas com participação de não controladores relevante.

11 Investimentos em controladas em conjunto

Em junho de 2011, a Companhia firmou um contrato para formação de duas *joint ventures*, com participação de 50% sobre os benefícios econômicos das companhias, são elas:

- (i) Raízen Combustíveis, que é dono de uma rede de cerca de 5.356 postos de serviço espalhados pelo Brasil, 62 terminais de distribuição e 55 terminais em aeroportos que fornecem combustíveis de aviação;
- (ii) Raízen Energia, que atua na produção e comercio de açúcar, etanol e cogeração de energia, principalmente, produzida a partir do bagaço de cana de açúcar. A Raízen Energia é responsável pela produção de mais de 2 bilhões de litros de etanol por ano para atendimento ao mercado interno e externo, 4 milhões de toneladas de açúcar e 940 MW de capacidade instalada de produção de energia elétrica a partir do bagaço da cana. A Raízen Energia cultiva, colhe e processa a cana-de-açúcar principal matéria-prima utilizada na produção de açúcar e etanol.

A Cosan possui controle em conjunto da Raízen Energia e da Raízen Combustíveis em virtude de sua participação de 50% nas ações de ambas as empresas e a exigência de consentimento unânime por todas as partes sobre as decisões relacionadas com as atividades relevantes do regime. Esses investimentos foram classificados como investimento em controladas em conjunto levando em consideração as disposições do IFRS 11 — Negócios em conjunto e, consequentemente, avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Antes da adoção do IFRS 11, os investimentos da Cosan na Raízen Energia e na Raízen Combustíveis eram consolidados proporcionalmente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

($Em\ milhares\ de\ Reais-R\$$, exceto se de outra forma indicado)

Os investimentos consolidados nas controladas em conjunto apresentaram as seguintes movimentações no período:

	Consolidado					
	Raízen Combustíveis S.A.	Raízen Energia S.A.	Total			
Número de ações da investida	3.303.168.484	5.902.595.634	-			
Quotas da investidora	1.651.584.242	2.951.297.817	-			
Percentual de participação	50%	50%	-			
Saldo 31 de Março de 2013	3.278.866	5.303.875	8.582.741			
Resultado de equivalência	352.515	(110.479)	242.036			
Ajuste de avaliação patrimonial	(162)	(3.156)	(3.318)			
Dividendos	(300.449)	(20.000)	(320.449)			
Outros efeitos reflexos	(4.288)	1.537	(2.751)			
Saldo 31 de dezembro de 2013	3.326.482	5.171.777	8.498.259			
Resultado de equivalência	503.176	85.252	588.428			
Ajuste de avaliação patrimonial	(210)	(44.322)	(44.532)			
Dividendos	(610.982)	(26.912)	(637.894)			
Outros efeitos reflexos	-	241	241			
Saldo 31 de dezembro de 2014	3.218.466	5.186.036	8.404.502			

Os balanços patrimoniais e demonstrações dos resultados do exercício das controladas em conjunto estão apresentados na nota explicativa de segmentos (Nota 3).

Os fluxos de caixa e resultados abrangentes das controladas em conjunto Raízen Energia e Raízen Combustíveis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e nove meses findos em 31 de dezembro de 2013 estão apresentados abaixo:

	Raízen	Energia	Raízen Combustíveis		
	31/12/2014	Nove meses findos em 31/12/2013	31/12/2014	Nove meses findos em 31/12/2013	
Fluxo de caixa					
Atividade Operacional	3.200.792	485.843	682.720	559.917	
Atividade de investimento	(2.458.231)	(1.456.505)	981	349.623	
Atividade de financiamento	842.905	269.644	(839.223)	(719.261)	
Caixa gerado (usado) no período	1.585.466	(701.018)	(155.522)	190.279	
Outros resultados abrangentes	30.239	(214.998)	1.078.945	721.444	

Conforme definições do Framework Agreement de criação da Raízen, a Companhia possui certas obrigações com a Raízen por demandas com fato gerador anterior a formação da Raízen, compostas principalmente por demandas judiciais, líquidas de depósitos judiciais com fato gerador até 1° de abril de 2011, assim como pelos parcelamentos de impostos (REFIS), registrado na rubrica "Outros tributos a pagar", aderidos até 1° de abril de 2011. Adicionalmente, a Cosan é parte em um contrato de linha de crédito (Stand-by Facilities) concedida a Raízen no montante de USD 500.000 mil, sem utilização até o exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

($Em\ milhares\ de\ Reais-R\$$, exceto se de outra forma indicado)

12 Ativos mantidos para venda e propriedades para investimentos

Os saldos dos ativos mantidos para venda e propriedades para investimentos estão demonstrados abaixo:

	Propriedades		
	para	Ativo disponível	
	investimentos	para venda	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	2.281.509	314.104	2.595.613
Ganho na variação do valor justo	112.579	19.118	131.697
Transferências (i)	247.890	(247.890)	-
Venda de ativos		(60.243)	(60.243)
Saldo em 31 de dezembro de			
2014	2.641.978	25.089	2.667.067

(i) Reclassificado para propriedades para investimento devido desacordos comerciais durante as negociações

As propriedades para investimento incluem propriedades agrícolas localizadas nas regiões Sudeste, Centro-oeste e Nordeste do Brasil, que são arrendadas para terceiros e controladas em conjunto. Os arrendamentos possuem prazo médio de 18 anos para a cultura de cana-de-açúcar e 10 anos para grãos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

($Em\ milhares\ de\ Reais-R\$$, exceto se de outra forma indicado)

13 Imobilizado

	Consolidado						Controladora
	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Vagões e Locomotivas	Obras em andamento	Outros ativos	Total	Total
Valor de custo:						<u>.</u>	
Em 31 de dezembro 2013	447.240	359.262	436.064	284.262	35.100	1.561.928	32.591
Adições	114	4.888	-	293.376	-	298.378	4.377
Baixas	(11)	(2.077)	-	5	(1.008)	(3.091)	-
Transferências (i)	55.612	115.258	5.380	(294.221)	4.261	(113.710)	(3.590)
Desconsolidação de operação descontinuada	(331.826)	(401.309)	(441.444)	(126.914)	(6.113)	(1.307.606)	-
Em 31 de dezembro 2014	171.129	76.022	-	156.508	32,240	435.899	33.378
Valor de depreciação: Em 31 de dezembro 2013	(80.419)	(153.996)	(41.584)	_	(14.019)	(290.018)	(4.468)
Adições	(13.240)	(28.606)	(10.259)	_	(4.593)	(56.698)	(2.246)
Baixas	10	991	-	-	926	1.927	-
Transferências (i)	4	(4)	-	-	-		_
Desconsolidação de operação descontinuada	58.236	146.790	51.843	-	3.456	260.325	-
Em 31 de dezembro 2014	(35.409)	(34.825)	-	-	(14.230)	(84.464)	(6.714)
Em 31 de dezembro 2013	366.821	205.266	394.480	284.262	21.081	1.271.910	28.123
Em 31 de dezembro 2014	135.720	41.197	374,400	156.508	18.010	351.435	26.664

⁽i) Referem-se a transferências para o intangível em decorrência da capitalização dos referidos ativos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

14 Intangível

	Consolidado						Controladora	
	Ágio	Direito de Concessão COMGÁS	Benfeitorias em concessões públicas e licença de operação	Marcas e Patentes	Relacionamentos com clientes	Outros	Total	Total
Valor de custo:							_	
Em 31 de dezembro 2013	703.956	8.307.282	751.555	252.474	719.186	200.825	10.935.278	5.923
Adições	-	502.942	-	-	149.236	22.554	674.732	-
Baixas	-	(19.539)	-	-	(6.773)	11	(26.301)	-
Transferências (i)	-	(675)	109.740	-	675	3.970	113.710	3.590
Desconsolidação de operação descontinuada	(100.451)	-	(866.709)	-	-	(4.066)	(971.226)	-
Em 31 de dezembro 2014	603.505	8.790.010	(5.414)	252.474	862.324	223.294	10.726.193	9.513
Valor de amortização: Em 31 de dezembro 2013	-	(306.437)	(102.119)	(114.132)	(273.120)	(61.430)	(857.238)	(2.018)
Adições	-	(343.956)	(28.965)	(22.830)	(155.582)	(45.406)	(596.739)	(1.153)
Baixas	-	13.663	-	-	3.420	-	17.083	-
Desconsolidação de operação descontinuada	-	-	136.498	-	-	323	136.821	
Em 31 de dezembro 2014	-	(636.730)	5.414	(136.962)	(425.282)	(106.513)	(1.300.073)	(3.171)
Em 31 de dezembro 2013	703.956	8.000.845	649.436	138.342	446.066	139.395	10.078.040	3.905
Em 31 de dezembro 2014	603.505	8.153.280	-	115.512	437.042	116.781	9.426.120	6.342

⁽i) Referem-se a transferências do imobilizado em decorrência da capitalização dos referidos ativos.

Capitalização de custos de empréstimos

A capitalização de custos de empréstimos para o exercício de 31 de dezembro de 2014 foi de R\$ 20.891 (R\$ 25.283 para o período de nove meses findos em 31 de dezembro de 2013). A taxa média ponderada dos encargos financeiros da dívida, utilizada para capitalização de juros sobre o saldo de obras em andamento, foi de 10,93% a.a para o exercício de dezembro de 2014 (8,32% a.a para o período de nove meses findos em 31 de dezembro de 2013).

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

($Em\ milhares\ de\ Reais-R\$$, exceto se de outra forma indicado)

Ativo intangível (exceto ágio) amortização 31/12/2014 Durante o prazo de	8.000.845
Durante o prazo de	8.000.845
	8.000.845
Concessão ativo intangível - COMGÁS (a) concessão 8.153.280	
Durante o prazo de	
Benfeitorias em concessões publicas (b) concessão -	387.245
Licença de operação em terminal Portuário (c) 4,00% -	262.191
<u> </u>	649.436
Marcas e patentes:	
Mobil 10,00% 91.308	114.138
Comma - 24.204	24.204
115.512	138.342
Relacionamentos com clientes:	
Comgás 20,00% 375.118	375.184
Lubrificantes 6,00% 61.924	70.882
437.042	446.066
Outros:	
Licença de software 20,00% 81.408	91.695
Outros 35.373	47.700
116.781	139.395
Total 8.822.615	9.374.084

- (a) Referente ao ativo intangível de concessão do serviço público de distribuição de gás, que representa o direito de cobrar dos usuários pelo fornecimento de gás e é composto por: (i) os direitos de concessão reconhecidos na combinação de negócios e (ii) os ativos de concessão;
- (b) Referem-se às melhorias em ferrovias federais sob concessão de terceiros, em relação aos investimentos realizados pela Rumo;
- (c) Licenças de operação portuária e relacionamento com clientes da Rumo, provenientes de combinações de negócios.

Análise de perda ao valor recuperável para unidades geradores de caixa contendo ágio

A Companhia testa anualmente os valores recuperáveis dos ágios decorrentes de operações de combinações de negócios. Ativos imobilizados e ativos intangíveis de vida definida que estão sujeitos a depreciação e amortização são testados para *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 não foram identificados indicadores de *impairment* que viessem requerer a realização de teste de *impairment*.

Os valores contábeis combinados de ágio alocados para cada unidade geradora de caixa são como a seguir:

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

($Em\ milhares\ de\ Reais-R\$$, exceto se de outra forma indicado)

	Consolidado		
	31/12/2014	31/12/2013	
Unidade geradora de caixa Rumo	-	100.451	
Unidade geradora de caixa Lubrificantes	603.462	603.462	
Unidade geradora de caixa Cosan outros			
negócios	43	43	
Total do ágio	603.505	703.956	

O valor recuperável é determinado com base em cálculos do valor em uso, utilizando o fluxo de caixa descontado determinado pela Administração com base nos orçamentos que levam em consideração as premissas relacionadas a cada negócio, utilizando de informações disponíveis no mercado e desempenhos anteriores. Os fluxos de caixa descontados foram elaborados por um período de 5 a 10 anos e levados a perpetuidade sem considerar taxa de crescimento real. A Administração entende adequada a utilização de períodos superiores a 5 anos na elaboração dos fluxos de caixa descontados, pois reflete o tempo estimado de utilização dos grupos de ativos e negócios.

As principais premissas utilizadas foram: (i) Rumo: expectativas do mercado brasileiro de produção de açúcar destinado, principalmente, ao volume de exportação; capacidade de armazenagem; custos relacionados a serviços de frete e atividades portuárias (estiva, encargos e tarifas regulatórias); (ii) Lubrificantes: principalmente na expectativa de crescimento das operações baseadas no Produto Interno Bruto segmentado e demais aspectos macroeconômicos, assim como expectativa de preço de vendas das *commodities*.

Todos esses fluxos de caixa futuros foram descontados por taxas entre 7,5% e 11,5% (custo médio ponderado de capital) que refletem riscos específicos relacionados aos ativos relevantes em sua unidade geradora de caixa.

Em 31 de dezembro de 2014 nenhuma despesa por perda de valor recuperável de ativos e ágio foi reconhecida. A determinação da capacidade de recuperação dos ativos depende de certas premissas chaves conforme descrito anteriormente que são influenciadas pelas condições de mercados, tecnológicas, econômicas vigentes no momento em que essa recuperação é testada e, dessa forma, não é possível determinar se novas perdas por redução da recuperação ocorrerão no futuro e, caso ocorram, se estas seriam materiais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

($Em\ milhares\ de\ Reais-R\$$, exceto se de outra forma indicado)

15 Empréstimos e financiamentos

	Encargos financeiros		Contr	Controladora		Consolidado	
Descrição ^(a)	Indexador ^(b)	Taxa média atual ^(c)	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	Vencimento final
Senior Notes Due 2018	Pré-fixado	9,50%			874.494	873.589	mar-18
Senior Notes Due 2023	Dólar (US\$)	5,00%	-	_	1.352.796	1.086.716	mar-23
BNDES	TJLP	7,75%	-	-	288.209	526.716	out-18
BNDES	Selic	14,17%	-	-	274.000	159.894	out-20
BNDES	TJ462	7,80%	-	-	834.565	525.636	out-20
Bônus perpétuos	Dólar (US\$)	8,25%	-	-	1.344.760	1.186.221	-
Nota de Crédito	110% CDI	-	-	393.646	-	393.646	-
FINAME	Pré-fixado	5,50%	-	-	224	277.298	set-18
FINAME	URTJLP	-	-	-	-	428.916	-
Resolução 4131	Dólar (US) Dólar (US) +	1,18%	-	-	29.338	-	ago-15
Resolução 4131	Libor	1,59%	266.006	-	266.006	-	nov-15
Arrendamento	CDI	-	-	-	-	1.068	-
Empréstimos no exterior	GBP + Libor Sem Dólar (US) +	3,88%	-	-	224.047	209.340	dez-19
EIB	Libor Dólar (US) +	2,07%	-	-	691.463	633.223	set-21
Resolução 4131	Libor	2,72%	-	-	466.494	413.477	fev-18
Debêntures Debêntures não	CDI	-	-	1.443.941	-	1.443.941	-
conversíveis	CDI Taxa fixada	11,81%	-	-	131.229	164.144	set-19
Debêntures	+IPCA	11,98%	-	-	447.386	417.230	set-20
FINEP	Pré-fixado	5,00%	-	-	165.032	89.104	nov-20
Outros					7.559		
			266.006	1.837.587	7.397.602	8.830.159	
Circulante			266.006	455.673	856.334	987.596	
Não circulante				1.381.914	6.541.268	7.842.563	

- a) Todos os empréstimos e financiamentos são garantidos por notas promissórias e avais da Companhia e suas controladas e dos acionistas controladores, além das garantias reais como: (i) Direitos creditórios provenientes dos contratos de expansão do segmento de logística e da rede de distribuição de gás (BNDES); (ii) Alienação fiduciária dos bens financiados (Finame) no valor de R\$ 265 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013;
- b) TJLP é a taxa de juros de longo prazo estabelecidos aos empréstimos concedidos pelo BNDES, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Selic é a taxa básica de juros definida pelo Banco Central do Brasil. CDI é uma taxa de empréstimos interbancários de referência no Brasil. IPCA é o índice de preços do consumidor de referência utilizado pelo Banco Central do Brasil para definir a política monetária.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

($Em\ milhares\ de\ Reais-R\$$, exceto se de outra forma indicado)

c) Em 31 de dezembro de 2014, exceto quando de outra forma indicada.

O valor contábil e o valor justo dos empréstimos:

	Valor c	ontábil <u> </u>	Valor justo		
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	
Senior / perpetual notes	3.572.050	3.174.894	3.356.788	2.977.658	
Financiamentos	3.825.552	5.655.265	3.825.552	5.655.266	
Total	7.397.602	8.830.159	7.182.340	8.632.924	

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos da Companhia são denominados nessas moedas:

	Consc	Consolidado		
	31/12/2014	31/12/2013		
Reais (R\$)	3.022.699	5.278.084		
Libra (£)	224.047	209.340		
Dólar (US\$)	4.150.856	3.342.735		
Total	7.397.602	8.830.159		

	Controladora		Conso	olidado
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
13 a 24 meses	-	-	463.376	537.466
25 a 36 meses	-	-	706.300	525.217
37 a 48 meses	-	=	1.735.088	650.006
49 a 60 meses	-	-	543.686	1.626.222
61 a 72 meses	-	634.382	371.420	1.101.334
73 a 84 meses	-	747.532	41.371	1.071.570
85 a 96 meses	-	-	-	65.043
A partir de 97 meses	-	-	2.680.027	2.265.705
	-	1.381.914	6.541.268	7.842.563

Sênior Notes com vencimento em 2018

Em março de 2013, foi emitido Sênior Notes no mercado internacional, de acordo com os Regulations "S" e "144A", no montante de R\$ 850.000, os quais estão sujeitas a juros de 9,5% ao ano, pagáveis semestralmente em setembro e março de cada ano.

Sênior Notes com vencimento em 2023

Em 14 de março de 2013, foi emitido Sênior Notes no mercado internacional de acordo com os Regulations "S" e "144A", no montante de US\$ 500.000 mil, os quais estão sujeitas a juros de 5% ao ano, pagáveis semestralmente em setembro e março de cada ano. Esses empréstimos estão protegidos por meio de instrumentos financeiros derivativos que trocam os indexadores originais pela variação da taxa CDI, além do risco de câmbio.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

($Em\ milhares\ de\ Reais-R\$$, exceto se de outra forma indicado)

BNDES

Correspondem a recursos captados pelas suas controladas destinados ao financiamento dos projetos de expansão do segmento de logística e da rede de distribuição de gás.

Bônus Perpétuos

Em 5 de novembro de 2010 e 13 de julho de 2011, a subsidiária Cosan Overseas Limited emitiu o montante total de US\$500.000 mil de Bônus perpétuos no mercado exterior, em acordo com o "Regulation S", com juros a uma taxa de 8,25% por ano, pagáveis trimestralmente. Esses empréstimos estão protegidos por meio de instrumentos financeiros derivativos que trocam os indexadores originais pela variação da taxa CDI, além do risco de câmbio.

FINAME

Refere-se a financiamentos relativos a operações de FINAME - Financiamento de Máquinas e Equipamentos, intermediados por diversas instituições financeiras, e são destinados a investimentos no ativo imobilizado e ativo intangível. Estes financiamentos estão sujeitos a juros pagáveis mensalmente e são garantidos por alienação fiduciária dos bens financiados.

Empréstimos no Exterior

Em, 22 de dezembro de 2014, renegociamos a dívida da Cosan Lubes Investments Limited, acrescentando um período de carência do principal de dois anos e meio, vencendo em dezembro de 2019. O empréstimo original foi captado em 29 de junho de 2012, no montante de £54.000 mil e foi obtido a fim de adquirir o controle da Comma Oil and Chemicals Limited em Julho de 2012

Empréstimo EIB

Refere-se a empréstimos junto ao European Investment Bank em dólar e que possuem remuneração atrelada à variação da taxa LIBOR e taxa fixa, com vencimento até o ano de 2021. Esses empréstimos estão protegidos por meio de instrumentos financeiros derivativos que trocam os indexadores originais (moeda e taxa) pela variação da taxa CDI. Os recursos captados foram utilizados na expansão e suporte da rede distribuição de gás natural.

Empréstimos Resolução 4131

Refere-se a recursos captados no exterior com diversas instituições financeiras, com vencimentos até 2017, tendo como objetivo financiar o fluxo de caixa da controlada COMGÁS.

A controlada Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A. captou fundos junto ao Banco Nova Scotia Berhad, com vencimento até 2015 e juros anuais de 1,18%, para financiar as suas necessidades de fluxo de caixa.

Refere-se a recursos captados no exterior com o "Bank of America N.A", com vencimento até 2015, com juros anuais de LIBOR+1,35%, para financiar as necessidades de fluxo de caixa da Companhia

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

($Em\ milhares\ de\ Reais-R\$$, exceto se de outra forma indicado)

Debêntures não conversíveis

Em 5 de agosto de 2008, a controlada COMGÁS concluiu a emissão de uma debênture simples, indivisível e não conversível em ações pelo valor nominal de R\$ 100.000.

Em agosto de 2012 e 2013, houve uma amortização de principal de 66,66% sendo que as demais amortizações de principal ocorrerão em setembro de 2019.

FINEP

Em novembro de 2012, foi emitida, para a controlada Cosan Biomassa S.A, uma dívida bancária no valor de R\$ 89.694, com vencimento até janeiro de 2021. O mesmo contrato prevê mais três parcelas de captação, totalizando R\$254.890, com juros prefixados de 5% a.a.. Estes recursos serão utilizados no plano de desenvolvimento, produção e comercialização de novas tecnologias industriais destinadas ao processamento da biomassa oriunda da cana-de-açúcar ou outras fontes.

Notas Promissórias Comerciais

Em 1 de março de 2013, a controlada COMGÁS concluiu a emissão de 400 Notas Promissórias Comerciais pelo valor unitário de R\$ 1.000, totalizando R\$ 400.000 com vencimento em 270 dias, a partir da data de emissão. A amortização de principal e juros ocorrerá no vencimento do título.

Cláusulas Restritivas ("covenants")

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a determinadas cláusulas restritivas existentes nos contratos de empréstimos e financiamentos, com base em determinados indicadores financeiros e não financeiros. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia e suas controladas não apresentam indicações de não atendimento das cláusulas restritivas.

16 Fornecedores

	Controladora		Consolidado		
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	
Fornecedores de gás	-	-	749.022	590.168	
Fornecedores de materiais e serviços	2.528	1.511	222.148	272.261	
	2.528	1.511	971.170	862.429	

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

($Em\ milhares\ de\ Reais-R\$$, exceto se de outra forma indicado)

17 Outros tributos a pagar

	Contro	ladora	Conso	lidado
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
ICMS	-	-	66.752	77.466
INSS	667	683	1.052	2.842
PIS	1.802	2.939	2.121	5.170
COFINS	8.298	13.537	16.784	30.470
Parcelamento de débitos – Refis (i)	191.396	765.642	523.801	1.075.019
Outros	597	361	24.490	18.857
	202.760	783.162	635.000	1.209.824
Circulante	200.600	81.772	300.435	199.057
Não Circulante	2.160	701.390	334.565	1.010.767

(i) Com a publicação da Lei 13.043 no DOU de 14/11/2014, conversão da MP 651, tornou-se possível a liquidação de débitos parcelados na RFB/PGFN mediante a utilização de Prejuízos Fiscais e Base Negativa de CSLL, inclusive de empresas controladas e controladoras, diretas ou indiretas, condicionada ao pagamento em espécie de 30% do saldo parcelado (conforme disposto no artigo 33 da referida lei). Após avaliação dos benefícios financeiros resultantes da aplicação deste dispositivo legal, a Companhia optou por quitar parcela significativa de débitos parcelados nos termos da Lei 11.941/2009. Dessa forma, foi possível liquidar R\$ 578.182 mediante a utilização de R\$ 404.728 de créditos de PF/BN, próprios e de controladas, R\$ 145.015 de pagamento em espécie e com benefício de R\$ 28.440 de redução de multa/juros na liquidação à vista, registradas no resultado na linha de "Outras receitas/despesas operacionais". A documentação pertinente foi protocolizada em 28/11/2014, em atenção ao prazo estabelecido pela legislação, e a COSAN aguarda a ratificação pela Receita Federal, nos termos da Portaria Conjunta N° 15, publicada no DOU de 25/08/2014.

Os montantes vencíveis em longo prazo apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	Controladora		Consoli	idado
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
13 a 24 meses	1.124	70.701	1.124	70.701
25 a 36 meses	688	70.701	688	70.701
37 a 48 meses	39	70.292	39	70.292
49 a 60 meses	39	69.037	39	69.037
61 a 72 meses	39	68.823	39	68.822
73 a 84 meses	39	68.823	39	68.822
85 a 96 meses	39	68.823	39	68.822
A partir de 97 meses	153	214.190	332.558	523.570
	2.160	701.390	334.565	1.010.767

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

($Em\ milhares\ de\ Reais-R\$$, exceto se de outra forma indicado)

18 Imposto de renda e contribuição social

a) Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

	Controladora		Consolidado	
		Nove meses findos em 31/12/2013		Nove meses findos em 31/12/2013
	31/12/2014	(Reapresentado)	31/12/2014	(Reapresentado)
Lucro (prejuízo) antes do imposto				
de renda e contribuição social	26.413	(73.583)	536.083	318.802
Imposto de renda e contribuição				
social a taxa nominal (34%)	(8.980)	25.018	(182.268)	(108.393)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva				
Equivalência patrimonial	277.880	195.643	201.269	84.161
Diferenças permanentes (doações, brindes, etc.)	(1.372)	(853)	(19.013)	(3.332)
Plano de opções de ações	(4.337)	(2.242)	(4.337)	(2.242)
Juros sobre capital próprio	(29.448)	(53.533)	(13.380)	(15.292)
Prejuízo fiscal e base negativa não reconhecidos	-	68.528	(502)	67.367
Resultado de empresas no exterior	3.200	(20.935)	2.465	(6.788)
Diferença na base de cálculo				
entre lucro real e presumido	-	-	51.398	38.922
Variação cambial no resultado de				
controladas no exterior	-	-	2.956	1.371
Demandas judiciais relacionadas à IR/CS	-	-	13.839	-
Efeitos Parcelamento LEI 11.941/09 e 13.043/14	9.973	-	9.973	-
Baixa do PF e BN - Cisão Parcial	(35.469)	-	(35.469)	-
Outros	(15.279)	(24.712)	(12.417)	(11.803)
Receita com imposto de renda e				
contribuição social (corrente e diferida)	196.168	186.914	14.514	43.971
Taxa efetiva	-742,69%	254,02%	-2,71%	-13,79%

b) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos

	Controladora				
Descrição		24/42/2042			
	Base	IRPJ	CSLL	Total	31/12/2013
Prejuízos fiscais:					
Prejuízos fiscais	544.987	136.247	-	136.247	115.971
Base negativa de contribuição social	556.411	-	50.077	50.077	41.759
Diferenças temporárias:					
Variação cambial - Empréstimos e					
financiamentos	791.660	197.915	71.249	269.164	152.767
Ágio fiscal amortizado	(64.185)	(16.046)	(5.777)	(21.823)	(21.778)
Provisões para contingências	197.915	49.479	17.812	67.291	61.217
Provisões para créditos de liquidação					
duvidosa e perdas	23.476	5.869	2.113	7.982	15.190
Provisões de participações no resultado	15.455	3.864	1.391	5.255	3.470
Resultado não realizado com derivativos	(362.913)	(90.728)	(32.662)	(123.390)	(42.568)
Resultado não realizado venda					
investimentos	(55.211)	(13.803)	(4.969)	(18.772)	(30.894)
Outras diferenças temporárias	3.609	902	325	1.227	1.246
Efeitos na formação da Raízen	(3.338.342)	(834.586)	(300.451)	(1.135.037)	(1.135.043)
Outros	(125.094)	(31.274)	(11.258)	(42.532)	(70.049)
Total de tributos diferidos		(592.161)	(212.150)	(804.311)	(908.712)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

($Em\ milhares\ de\ Reais-R\$$, exceto se de outra forma indicado)

			Consolidado		
Descrição	31/12/2014				31/12/2013
	Base	IRPJ	CSLL	Total	
Prejuízos fiscais:					
Prejuízos fiscais	1.274.381	318.595	-	318.595	282.656
Base negativa de contribuição social	1.293.018	-	116.372	116.372	102.410
Diferenças temporárias:					
Variação cambial - Empréstimos e					
financiamentos	892.613	223.153	80.335	303.488	11.603
Ágio fiscal amortizado	852.073	213.018	76.687	289.705	514.893
Provisões para contingências	526.959	131.740	47.426	179.166	194.985
Provisões para créditos de liquidação					
duvidosa e perdas	134.660	33.665	12.119	45.784	54.258
Provisões de participações no resultado	23.228	5.807	2.091	7.898	67.057
Resultado não realizado com derivativos	(371.622)	(92.906)	(33.446)	(126.352)	107.489
Resultado não realizado venda					
investimentos	(55.211)	(13.803)	(4.969)	(18.772)	(30.894)
Outras diferenças temporárias	76.685	19.171	6.902	26.073	(38.897)
Efeitos na formação da Raízen	(3.338.341)	(834.585)	(300.451)	(1.135.036)	(1.135.044)
Propriedades para investimento	(2.428.595)	(48.572)	(26.229)	(74.801)	(70.309)
Bens destinados a venda	(25.090)	(502)	(271)	(773)	(9.636)
Depreciação Acelerada	-	-	-	-	(28.017)
Intangível – Contrato de concessão	44.284	11.071	3.986	15.057	11.579
Conta corrente regulatória	242.654	60.664	21.839	82.503	118.228
Ganhos ou perdas com passivo atuarial	257.630	64.408	23.187	87.595	41.593
Combinação de negócios - Imobilizado	(27.759)	(6.940)	(2.498)	(9.438)	(38.098)
Combinação de negócios - Intangível	(3.839.997)	(959.999)	(345.600)	(1.305.599)	(1.441.910)
Combinação de negócios - Outros efeitos	(72.097)	(18.024)	(6.489)	(24.513)	(17.706)
Outros	(312.762)	(78.191)	(28.149)	(106.340)	(162.674)
Total		(972.230)	(357.158)	(1.329.388)	(1.466.434)
Tributos diferidos - Ativos				213.288	232.188
Tributos diferidos - Passivos				(1.542.676)	(1.698.622)
Total de tributos diferidos				(1.329.388)	(1.466.434)

c) Realização do imposto sobre a renda e contribuição social diferidos:

Na avaliação da capacidade de recuperação dos tributos diferidos, a administração considera as projeções do lucro tributável futuro e as movimentações das diferenças temporárias. Quando for mais provável que uma parte ou a totalidade dos tributos não será realizada é constituído uma provisão para não realização. Não há prazo de validade para uso dos saldos de prejuízos fiscais e bases negativas, porém o uso desses prejuízos acumulados de anos anteriores é limitado a 30% dos lucros anuais tributáveis.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia apresenta a seguinte expectativa de realização de tributos diferidos sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social:

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

($Em\ milhares\ de\ Reais-R\$$, exceto se de outra forma indicado)

	Consolidado
	31/12/2014
Dentro de um ano	6.646
Após um ano e menor que cinco anos	64.427
Mais de cinco anos	362.179
Total	433.252

d) Movimentação dos impostos diferidos (líquidos)

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(908.712)	(1.466.434)
Tributos diferidos reconhecidos no		
resultado do período	228.450	135.426
Tributos diferidos reconhecidos no resultado		
do período Cosan Logística		(17.837)
Outros resultados abrangentes	-	(19.297)
Custo com emissão de ações preferenciais		
em controlada	-	18.450
IR/CS Diferido - Utilização PF e BN Refis	(124.858)	(173.559)
Desconsolidação de operação descontinuada	-	190.805
Outros	809	3.058
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(804.311)	(1.329.388)

A Companhia e suas controladas optaram pelo RTT no exercício de 2014 e 2013.O RTT permite à pessoa jurídica eliminar os efeitos contábeis da Lei nº 11.638/07 e da Lei nº 11.941/09 (base para adoção do IFRS), por meio de registros no Livro de Apuração do Lucro Real (LALUR) e de controles auxiliares.

No dia 13 de maio de 2014 foi publicada a Lei 12.973, que revoga o RTT e dispõe sobre a tributação dos lucros auferidos no exterior pelas pessoas residentes no Brasil entre outros assuntos. A norma estabelece os ajustes que devem ser efetuados no livro fiscal e nos registros contábeis para a apuração da base de cálculo do IRPJ e da CSLL. O fim do RTT é optativo para o ano de 2014 e obrigatório a partir de 2015.

A Companhia concluiu a análise dos impactos advindos das disposições contidas na referida Lei, tanto em suas demonstrações financeiras, como em sua estrutura de controles internos. Considerando que o resultado dessa análise não apresentou efeitos tributários materiais, a Companhia decidiu não antecipar a adoção das regras e disposições previstas na nova legislação no exercício de 2014.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

 $(Em\ milhares\ de\ Reais-R\$,\ exceto\ se\ de\ outra\ forma\ indicado)$

19 Provisão para demandas judiciais

D . ~						•
Provisão	nara	demand	lac	บบป	1019	ıc
1 1 0 1 1500	para	ucmanic	uno.	uu	ıcıa.	LO

	Controladora		Consolio	dado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	
Tributária	72.614	75.579	341.213	410.890	
Cíveis e					
Ambientais	48.081	46.608	139.256	146.011	
Trabalhistas	132.677	132.283	163.932	165.557	
	253.372	254.470	644.401	722.458	

Os depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, são como segue:

Depósitos	Judiciais

Contro	Controladora		idado
31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
199.927	178.807	314.320	294.991
12.766	11.021	28.124	33.659
23.546	18.784	46.270	32.904
236.239	208.612	388.714	361.554
	31/12/2014 199.927 12.766 23.546	31/12/2014 31/12/2013 199.927 178.807 12.766 11.021 23.546 18.784	31/12/2014 31/12/2013 31/12/2014 199.927 178.807 314.320 12.766 11.021 28.124 23.546 18.784 46.270

Movimentação da provisão:

Controladora

	Tributária	Cíveis	Trabalhistas	Total
Em 31 de dezembro de 2013	75.579	46.608	132.283	254.470
Provisionado no período	7.574	7.278	71.546	86.398
Baixas por reversão / pagamento	(10.147)	(10.942)	(74.620)	(95.709)
Atualização monetária	(392)	5.137	3.468	8.213
Em 31 de dezembro de 2014	72.614	48.081	132.677	253.372

Consolidado

	Tributária	Cíveis	Trabalhistas	Total
Em 31 de dezembro de 2013	410.890	146.011	165.557	722.458
Provisionado no período	11.712	90.966	85.138	187.816
Baixas por reversão / pagamento	(89.755)	(26.467)	(80.459)	(196.681)
Atualização monetária	9.913	6.842	4.136	20.891
Desconsolidação de operação				
descontinuada	(1.547)	(78.096)	(10.440)	(90.083)
Em 31 de dezembro de 2014	341.213	139.256	163.932	644.401

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

($Em\ milhares\ de\ Reais-R$ \$, exceto se de outra forma indicado)

a) <u>Tributárias</u>

As principais demandas judiciais tributárias em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, são como seguem:

	Contro	Controladora		dado
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Compensação com FINSOCIAL (i)	-	-	241.739	230.775
IPC - 89 (ii)	-	-	-	74.879
INSS (iii)	44.332	43.313	46.660	46.291
Crédito de ICMS (iv)	22.931	19.454	24.231	20.114
PIS e COFINS	873	1.606	4.704	6.541
IPI	1.027	993	1.027	993
IRPJ e CSLL	329	329	329	329
Outros	3.122	9.884	22.523	30.968
	72.614	75.579	341.213	410.890

- i) Durante o período de outubro de 2003 a novembro de 2006 a subsidiária Cosan CL efetuou a compensação de FINSOCIAL com vários outros tributos federais, com base em decisão judicial transitada em julgado em Set/2003, no âmbito de uma ação em que era discutida a constitucionalidade do FINSOCIAL. Não existem depósitos judiciais relacionados a esses processos.
- ii) A partir de 1993, a controlada Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A. ("Cosan CLE") ajuizou ação questionando o índice de correção monetária de balanço (IPC) estabelecido pelo Governo Federal em 1989, que não refletia a inflação do período. Por força desses indicadores, foram apurados e pagos pela Companhia valores de IRPJ e CSLL supostamente maiores do que o devido. A Cosan CLE obteve liminar favorável ao recálculo da correção monetária de balanço, dessa vez pelos índices de inflação do período, e apurou novos valores do IRPJ e de CSLL. Os valores identificados como pagos a maior destes tributos foram compensados nos período subsequentes até 1997, quando houve o esgotamento do saldo. Considerando que o plenário do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL pacificou a questão tendo declarada a inconstitucionalidade do artigo 30, § 1°, da Lei n° 7.730/89, e do artigo 30, caput, da Lei n° 7.799/89, pela sistemática da repercussão geral, a contingência foi reclassificada para perda remota e, consequentemente, a provisão no montante de R\$ 75.144 foi revertida e registrada nas rubricas de despesa com IRPJ anos anteriores R\$ 13.839 e juros sobre contingências R\$ 61.305.
- iii) O montante provisionado a título de INSS, dentre outros casos, é representado, essencialmente, por valores relativos às contribuições previdenciárias incidentes sobre o faturamento, nos termos do art. 22-A da Lei 8.212/91, cuja constitucionalidade está sendo questionada em juízo. Os depósitos judiciais foram feitos para os montantes correspondentes.
- iv) Parte considerável do valor provisionado a título de ICMS foi objeto de pagamento à vista, nos termos do Decreto Estadual nº 58.811 de 27 de dezembro de 2012, que instituiu no Estado de São Paulo o Programa Especial de Parcelamento do ICMS (PEP-ICMS). O valor que remanesce provisionado refere-se a autos de infração relativos as diversas espécies de créditos de ICMS. Dentre eles: (a) autos de infração relacionados a créditos de ICMS oriundos de materiais utilizados no processo produtivo. No equivocado entendimento do Fisco Estadual, tais materiais seriam classificados como "uso e consumo", não gerando direito ao crédito. (b) Atuação, na qualidade de devedor solidário, por suposto descumprimento de obrigações acessórias e falta de recolhimento de ICMS exigido em decorrência de operação de industrialização por encomenda, dentro de uma parceria agrícola, oriunda de contratos firmados entre as Usinas do Grupo (industrializador) e a empresa Central Paulista Açúcar e Álcool Ltda (encomendante).

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

($Em\ milhares\ de\ Reais-R\$$, exceto se de outra forma indicado)

b) <u>Cíveis e trabalhistas</u>

A Companhia e suas controladas são partes em ações cíveis referentes a (i) indenização por danos materiais e morais, (ii) ações cíveis públicas para abstenção de queima de palha de canade-açúcar e (iii) execuções de natureza ambiental.

A Companhia e suas controladas são partes em ações trabalhistas por ex-empregados e empregados de prestadores de serviços que questionam, entre outros, o pagamento de horas extras, adicional noturno e de periculosidade, reintegração de emprego, indenização por acidente de trabalho e devolução de descontos efetuados em folha de pagamento, tais como contribuição confederativa, imposto sindical e outros.

<u>Contingências - Demandas judiciais consideradas como de perda possível, portanto não provisionadas</u>

a) Tributárias

As principais demandas judiciais tributárias, cuja probabilidade de perda é possível e, por consequência, nenhuma provisão foi reconhecida nas demonstrações financeiras, estão destacadas abaixo:

	Controladora		Consolidado		
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	
ICMS- Imposto sobre					
circulação de mercadorias (i)	1.252.291	959.125	1.572.934	1.258.648	
IRRF (ii)	1.161	2.049	656.087	608.563	
IRPJ/CSLL (iii)	296.356	243.853	750.500	694.498	
INSS (iv)	500.126	473.795	529.763	499.776	
IPI - Imposto sobre produtos					
industrializados (v)	385.306	400.546	441.707	430.981	
PIS e COFINS ^(vi)	609.154	411.991	680.065	483.469	
Compensações com crédito					
de IPI - IN 67/98 (vii)	118.865	115.004	118.865	115.004	
Outros	471.326	514.869	632.090	596.311	
	3.634.585	3.121.232	5.382.011	4.687.250	

i) ICMS – Imposto sobre a circulação de mercadorias. Em síntese, tais demandas referem-se, essencialmente: (a) A parte relativa à multa exigida nos autos de infração lavrados em virtude de suposta ausência de recolhimento de ICMS e descumprimento de obrigações acessórias, em operação de parceria agrícola e de industrialização por encomenda, no período de maio a dezembro de 2006 e maio a dezembro de 2007. Nestes casos a companhia figura como responsável solidária; (b) ICMS incidente nas saídas de açúcar cristalizado destinado à exportação, beneficiados pela Imunidade Tributária. No equivocado entendimento do Fisco Estadual, tal produto enquadra-se como mercadoria semi-elaborada e, por conseguinte, passíveis de tributação; (c) autos de infração relativos à cobrança de diferencial de alíquota de ICMS decorrente de vendas de etanol destinadas a empresas situadas em outros Estados da Federação, as quais, supervenientemente, tiveram suas inscrições estaduais cassadas; (d) exigência de ICMS decorrente de glosas de créditos de óleo diesel utilizado no processo produtivo agroindustrial. No restritivo entendimento do Fisco Estadual, o simples fato de o óleo diesel ser utilizado por terceiros prestadores de servicos agrícolas caracterizaria utilização em fim alheio a atividade da empresa; (e) exigência de ICMS decorrente de supostas diferenças de estoque, equivocadamente apuradas pelo Fisco Estadual. (f) exigência de ICMS decorrente de glosas de créditos oriundos de aquisições de mercadorias de empresas que, após as operações, tiveram suas inscrições estaduais cassadas. Ocorre que o Fisco Estadual, apesar da comprovada boa-fé da

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

($Em\ milhares\ de\ Reais-R\$$, exceto se de outra forma indicado)

empresa, desconsiderou as provas existentes e declarou, retroativamente, a inidoneidade das notas fiscais correspondentes, contrariando a Súmula 509 do STJ.

- ii) IRRF: Em junho de 2013 a Companhia teve ciência de auto de infração lavrado para a cobrança de Imposto sobre a Renda Retido na Fonte ("IR/Fonte"), no valor de R\$ 833.851 (mar/14), imputando à Companhia a responsabilidade pelo IRRF, na qualidade de responsável tributário, em virtude de um pretenso ganho de capital decorrente de aquisição de ativos de empresas localizadas no exterior. A Companhia questiona tal auto de infração na esfera administrativa e, em conjunto com seus assessores jurídicos, classificaram a probabilidade de perda como possível o montante de R\$ 617.995. Já o montante de R\$ 216.855, relativo à parte da multa, está classificado como perda remota.
- iii) IRPJ/CSLL: (a) Em dezembro de 2011, a Companhia recebeu autos de infração, no montante atualizado de R\$ 461.842 (mar/14), lavrados pela Receita Federal do Brasil cobrando IRPJ e CSLL dos anos-calendários de 2006 a 2009, questionando: (i) dedutibilidade de despesas de amortização de alguns ágios; (ii) compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativas da CSLL e (iii) a tributação sobre diferenças das reavaliações dos bens integrantes do ativo imobilizado. A Companhia apresentou sua defesa em janeiro de 2012 e, em conjunto com seus assessores jurídicos, classificaram como perda possível o montante de R\$ 229.443 b) Em junho de 2013 a Companhia teve ciência de autos de infração lavrados para a cobrança do Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), relativos aos anos-base de 2009 a 2011, no valor total de R\$ 417.975 (mar/14), questionando amortizações de ágio oriundo de legítimas operações societárias. A Companhia questiona tais autos de infração na esfera administrativa e, em conjunto com seus assessores jurídicos, classificaram como perda possível o montante de R\$ 306.907 e R\$ 111.068 como risco remoto pela redução de multa.
- iv) As demandas judiciais possíveis relacionadas ao INSS envolvem, essencialmente: (a) O questionamento acerca da legalidade e constitucionalidade da Instrução Normativa MPS/SRP nº 03 de 2005, que restringiu a imunidade constitucional das contribuições previdenciárias sobre as receitas decorrentes de exportação exclusivamente às vendas diretas, passando a tributar as exportações feitas por meio de empresas comerciais exportadoras ou trading companies; (b) Exigência de contribuição a título do SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural) em operações de exportação direta e indireta, em que a Receita Federal entende não haver direito à imunidade constitucional; (c) Exigência de recolhimento de contribuição previdência sobre revenda de mercadorias no mercado interno e para terceiros, que não entram no cômputo da base de cálculo da contribuição previdenciária, a qual incide apenas sobre a receita bruta decorrente da produção efetiva do estabelecimento e não de mercadorias adquiridas.
- v) As contingências relativas ao IPI estão relacionadas, principalmente, à Instrução Normativa SRF n° 67/98, por meio da qual foi convalidado o procedimento adotado pelos estabelecimentos industriais que deram saídas sem lançamento e recolhimento do IPI, relativos às operações com açúcares de cana-de-açúcar do tipo demerara, cristal superior, cristal especial, cristal especial extra e refinado granulado, praticadas no período de 6 de julho de 1995 a 16 de novembro de 1997 e com açúcar refinado do tipo amorfo, no período de 14 de janeiro de 1992 a 16 de novembro de 1997.
- vi) As demandas judiciais possíveis relacionadas ao PIS e COFINS estão relacionadas, substancialmente, às glosas de créditos de PIS e COFINS pelo sistema não cumulativo, previsto nas Leis 10.637/2002 e 10.833/2003, respectivamente. Referidas glosas decorrem, em síntese, da interpretação restritiva da Secretaria da Receita Federal do conceito de "insumos", bem como de divergências em relação à interpretação das referidas leis. Tais questionamentos ainda encontram-se na esfera administrativa. Há também questionamentos relativos da inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo do PIS / COFINS veiculada pela Lei 9.718/98. Oportuno destacar que o Supremo Tribunal Federal já pacificou esta questão, julgando inconstitucional tal exação.
- vii) Compensações com crédito de IPI IN 67/98. A Instrução Normativa SRF n° 67/98 trouxe a possibilidade da restituição dos valores de IPI recolhidos no período de 14 de janeiro de 1992 a 16 de novembro de 1997, sobre o açúcar refinado do tipo amorfo. Diante disso, a Companhia, para os períodos que havia efetuado o

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

($Em\ milhares\ de\ Reais-R\$$, exceto se de outra forma indicado)

recolhimento, pleiteou a compensação desses valores com outros tributos devidos. No entanto, os pedidos de restituição, bem como de compensação, foram indeferidos pela Secretaria da Receita Federal, dando ensejo ao questionamento na esfera administrativa.

b) Cíveis e trabalhistas

As principais demandas judiciais cíveis e trabalhistas, para o qual o desfecho desfavorável é considerado possível são os seguintes:

	Controladora		Consoli	dado
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Cíveis	392.870	350.359	1.100.612	832.311
Trabalhistas	326.298	368.210	347.615	502.697
	719.168	718.569	1.448.227	1.335.008

Recebíveis de processos judiciais

A Companhia reconheceu um ganho de R\$ 69.951 em dezembro de 2013 e R\$ 318.358 em 2007, correspondendo a uma ação movida contra a União Federal, referente ao período em que seus produtos estavam sujeitos ao controle do governo, na qual foram impostas em uma forma incompatível com a realidade do setor, cuja sentença transitou em julgado em favor da Companhia. Esse ganho foi registrado no resultado em contrapartida com o ativo não circulante, na rubrica outros ativos.

Em 31 de dezembro de 2014, o ativo registrado e sua correspondente provisão para honorários advocatícios totalizaram R\$ 460.103 e R\$ 56.581 (R\$ 496.009 e R\$ 59.521 em 31 de dezembro de 2013), nas rubricas de "outros ativos" e "outros passivos" respectivamente. O valor justo para esses registros, são equivalentes ao valor contábil reconhecido.

20 Obrigações com acionistas preferencialista não controladores

Em 27 de junho de 2014, a Companhia contribuiu todas suas ações ordinárias de emissão da Raízen Energia S.A. e da Raízen Combustíveis S.A. e dívidas, líquidas de recursos financeiros, em montante de R\$ 1.979.519, representada por debêntures e linha de capital de giro, para a controlada Cosan Investimentos e Participações S.A..

Além disso, em 27 de junho de 2014, a Companhia celebrou Acordo de Investimentos e Outros Pactos com o Fundo de Investimento em Participações Multisetorial Plus II ("FIP Multisetorial Plus II"), e com o Razac Fundo de Investimento em Participações ("FIP Razac"). Com isso, o FIP Multisetorial Plus II e o FIP Razac subscreveram ações preferenciais, sem direito de voto, de emissão da Cosan Investimentos e Participações S.A., pelo valor total de R\$ 2.000.000, classificado como passivo financeiro nas demonstrações financeiras da Companhia.

O passivo financeiro será mensurado levando em consideração o "saldo devedor" do valor do aporte inicial acrescido da atualização CDI deduzido dos dividendos pagos (também atualizados por CDI). A Companhia terá a obrigação de realizar o pagamento aos Investidores caso eles exerçam a opção de venda do investimento em 2021.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

($Em\ milhares\ de\ Reais-R\$$, exceto se de outra forma indicado)

21 Patrimônio Líquido

a. Capital Social

O capital social autorizado pode ser aumentado até o limite de R\$ 6.000.000, independente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, que têm a competência para fixar o número de ações a serem emitidas, o preço de emissão e as demais condições de subscrição e integralização das ações dentro do capital autorizado.

O capital subscrito e inteiramente integralizado em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 é representado por 407.214.353 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

b. Reserva Estatutária – Reserva Especial

A Reserva Estatutária – Reserva Especial tem por finalidade reforçar o capital de giro, financiar a manutenção, expansão e o desenvolvimento das atividades que compõem o objeto social da Companhia e/ou de suas controladas.

Esta reserva especial será formada com até 75% do lucro líquido de cada período após executadas as demais reservas de lucro e até o limite de 100% do capital social.

c. Dividendos

Os dividendos serão objeto de deliberação na próxima Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em abril de 2015.

_	31/12/2014
Lucro líquido do exercício	292.023
Constituição da reserva legal – 5%	(14.601)
Base de cálculo para distribuição de dividendos	277.422
Dividendos mínimos obrigatórios – 25%	(69.356)
Dividendos adicionais distribuídos antecipadamente	(80.644)
Reserva Estatutária	127.422

d. Reserva de Lucros a Realizar

A Reserva de Lucros a Realizar foi constituída no exercício findo em 31 de março de 2012 quando o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos art. 202 da Lei nº. 6.404/76 e alterações posteriores, ultrapassou a parcela realizada do lucro líquido do período, que foi obtido pelo o lucro líquido daquele exercício deduzido do (i) resultado líquido positivo da equivalência patrimonial e (ii) o lucro, rendimento ou ganho líquidos em operações de ativo e passivo pelo valor de mercado, cujo prazo de realização financeira ocorrerá em exercício seguinte.

e. Programa de recompra de ações

Em 11 de junho de 2013, o Conselho de Administração aprovou o plano de recompra de ações de emissão da própria Companhia para manutenção em tesouraria, cancelamento ou alienação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

($Em\ milhares\ de\ Reais-R\$$, exceto se de outra forma indicado)

O prazo para realização da operação é de 365 dias e o máximo de ações que podem ser recompradas dentro do período é de 4.600.000 ações ordinárias (representativas de 1,129626% da quantidade total de ações).

Até o período findo do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, não houve recompra de ações ordinárias.

Até o período findo do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, houve o exercício de opções relacionadas ao Plano de Ações, sendo 1.818.000 ações em tesouraria foram entregues aos beneficiários (682.000 em 31 de dezembro de 2013).

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possuía 1.357.539 ações em tesouraria, cujo preço de mercado era de R\$ 28,85 (R\$ 39,58 em 31 de dezembro de 2013).

f. Outros componentes do patrimônio líquido

	31/12/2013	Resultado abrangente	31/12/2014
Efeito de conversão moeda estrangeira em subsidiária - CTA Ganho / (Perda) com <i>hedge accounting</i> de controladas em	(240)	(23.353)	(23.593)
conjunto	43.385	(54.071)	(10.686)
Ganho com propriedade para investimento	190.735	_	190.735
Ganho / (Perda) com plano de pensão Valor justo de instrumentos financeiros disponíveis para	(7.546)	31.013	23.467
venda	16.126	6.446	22.572
Total	242.460	(39.965)	202.495
Atribuído a: Acionistas controladores Acionistas não controladores	221.351 21.109	(46.053) 6.088	175.298 27.197
	31/03/2013	Resultado abrangente	31/12/2013
Efeito de conversão moeda estrangeira em subsidiária - CTA Ganho / (Perda) com <i>hedge accounting</i> de controladas em	20.720	(20.960)	(240)
conjunto	49.810	(6.425)	43.385
Ganho com propriedade para investimento	190.735	_	190.735
Ganho / (Perda) com plano de pensão	(35.555)	28.009	(7.546)
Valor justo de instrumentos financeiros disponíveis para			
venda	7.048	9.078	16.126
Total	232.758	9.702	242.460
Atribuído a:			
Acionistas controladores	227.854	(6.503)	221.351
Acionistas não controladores	4.904	16.205	21.109

22 Lucro por ação

O lucro por ação é calculado dividindo o lucro líquido pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o ano. O lucro diluído por ação é calculado pelo ajuste médio de ações em circulação e reflexo da conversão de todas as opções potencialmente diluidoras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

 $(Em\ milhares\ de\ Reais-R\$,\ exceto\ se\ de\ outra\ forma\ indicado)$

A tabela a seguir estabelece o cálculo de lucros por ação para os períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (em milhares, exceto valores por ação):

Básico

	31/12/2014	Nove meses findos em 31/12/2013 (Reapresentado)
Numerador	31/12/2014	(Iteupi eschiudo)
Lucro do período de operações continuadas	222.581	113.331
Lucro do período de operações descontinuadas	69.442	120.819
Denominador Média ponderada do número de ações ordinárias em		
circulação	405.856.814	404.038.814
Lucro básico por ação ordinária - operações continuadas	R\$ 0,55	R\$ 0,28
Lucro básico por ação ordinária - operações descontinuadas	R\$ 0,17	R\$ 0,30
	R\$ 0,72	R\$ 0,58
Diluído		
	31/12/2014	Nove meses findos em 31/12/2013 (Reapresentado)
Numerador		em 31/12/2013 (Reapresentado)
Numerador Lucro do período de operações continuadas	222.581	em 31/12/2013 (Reapresentado)
Numerador		em 31/12/2013 (Reapresentado)
Numerador Lucro do período de operações continuadas Lucro do período de operações descontinuadas Denominador	222.581	em 31/12/2013 (Reapresentado)
Numerador Lucro do período de operações continuadas Lucro do período de operações descontinuadas Denominador Média ponderada do número de ações ordinárias em	222.581 69.442	em 31/12/2013 (Reapresentado) 113.331 120.819
Numerador Lucro do período de operações continuadas Lucro do período de operações descontinuadas Denominador Média ponderada do número de ações ordinárias em circulação	222.581	em 31/12/2013 (Reapresentado)
Numerador Lucro do período de operações continuadas Lucro do período de operações descontinuadas Denominador Média ponderada do número de ações ordinárias em	222.581 69.442 405.856.814	em 31/12/2013 (Reapresentado) 113.331 120.819 404.038.814
Numerador Lucro do período de operações continuadas Lucro do período de operações descontinuadas Denominador Média ponderada do número de ações ordinárias em circulação Potencial incremento nas ações ordinárias	222.581 69.442 405.856.814 2.138.375	em 31/12/2013 (Reapresentado) 113.331 120.819 404.038.814 2.522.679
Numerador Lucro do período de operações continuadas Lucro do período de operações descontinuadas Denominador Média ponderada do número de ações ordinárias em circulação Potencial incremento nas ações ordinárias Denominador para lucro diluído por ação Lucro básico por ação ordinária - operações continuadas Lucro básico por ação ordinária - operações	222.581 69.442 405.856.814 2.138.375 407.995.189 R\$ 0,55	em 31/12/2013 (Reapresentado) 113.331 120.819 404.038.814 2.522.679 406.561.493 R\$ 0,28
Numerador Lucro do período de operações continuadas Lucro do período de operações descontinuadas Denominador Média ponderada do número de ações ordinárias em circulação Potencial incremento nas ações ordinárias Denominador para lucro diluído por ação Lucro básico por ação ordinária - operações continuadas	222.581 69.442 405.856.814 2.138.375 407.995.189	em 31/12/2013 (Reapresentado) 113.331 120.819 404.038.814 2.522.679 406.561.493

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

($Em\ milhares\ de\ Reais-R\$$, exceto se de outra forma indicado)

23 Compromissos

(a) Compromissos para aquisição de ativos e metas regulatórias

A Companhia, por meio de sua controlada COMGÁS, possui compromissos para aquisição de intangível no montante de R\$ 13.257 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 23.687 em 31 de dezembro de 2013) relacionados a aquisição, suporte e administração da rede de distribuição de gás, bem como a gastos administrativos e de tecnologia para a manutenção do negócio da Companhia.

(b) Contratos de arrendamento

Arrendador

A Companhia, por meio de sua controlada RADAR, possui contratos de arrendamento operacional de terras para plantação de cana-de-açúcar e outros grãos.

Os recebimentos mínimos referentes a essas obrigações, são calculados, basicamente, através do ATR e outras commodities, e os volumes de colheita por hectare definidos em contrato. As receitas relativas a esses contratos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014, são como segue:

	Receitas
2015	66.008
2016	65.771
2017	65.480
2018	53.277
2019	53.277
Total	303.813

Arrendatário

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia, por meio de sua controlada COMGÁS, possui 15 contratos de aluguéis de imóveis e cujas despesas reconhecidas durante o período findo nessa data totalizaram R\$ 4.639 (31 de dezembro de 2013 - R\$ 5.741).

Os termos do arrendamento são para exercícios de um a seis anos, e a maioria dos contratos de arrendamento é renovável no término do período de arrendamento à taxa de mercado.

Os pagamentos totais mínimos futuros de arrendamento, segundo os arrendamentos operacionais, são:

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

($Em\ milhares\ de\ Reais-R\$$, exceto se de outra forma indicado)

-	31/12/2014	31/12/2013
Obrigações brutas de arrendamento -		
pagamentos mínimos de arrendamento		
Menos de um ano	4.080	4.799
Mais de um ano e menos de cinco anos	6.233	9.413
_	10.313	14.212

(c) Ativo (passivo) regulatório

Custo de gás a recuperar/(repassar) Créditos de tributos a recuperar/(repassar) Ajuste a valor presente sobre tributos	31/12/2014 243.713 (1.120) 61	31/12/2013 345.349 2.517 (137)
	242.654	347.729
Saldo inicial Saldo final	347.729 242.654	380.894 347.729
Despesa não reconhecida no resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(105.075)	(33.165)
Ativo (passivo) regulatório Atualização Outros	(124.495) 26.359 (6.939) (105.075)	(59.173) 34.376 (8.368) (33.165)

As tarifas para o fornecimento de gás para os diferentes segmentos de clientes são autorizadas pelo órgão regulador. De acordo com os termos do Contrato de Concessão, as diferenças entre o componente de custo do gás incluídos nas tarifas cobradas aos clientes e o custo real de gás incorrido, são apurados em uma base mensal e debitado ou creditado numa conta de regulamentação (conta-corrente regulatória).

Periodicamente, encargos ou créditos nas tarifas são determinados pelo regulador com o objetivo de amortizar o montante acumulado nesta conta.

O saldo desta conta é considerado como um ativo ou passivo de acordo com o plano de contas do regulador e para fins de imposto de renda. No entanto, essa conta é excluída das demonstrações financeiras preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, uma vez que o respectivo saldo não é registrado como um ativo ou um passivo, pois a sua realização ou liquidação depende de novas aquisições por parte dos consumidores da

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

($Em\ milhares\ de\ Reais-R\$$, exceto se de outra forma indicado)

Companhia. Portanto, os saldos apresentados acima não estão reconhecidos nas demonstrações financeiras aqui apresentadas.

24 Receita operacional líquida

	Conso	lidado
	31/12/2014	Nove meses findos em 31/12/2013 (Reapresentado)
Receita bruta na venda de produtos e		
serviços	9.702.961	7.133.252
Receita de construção	481.314	536.482
Impostos e deduções sobre vendas	(2.037.412)	(1.540.906)
Receita operacional líquida	8.146.863	6.128.828

25 Despesas por natureza

O grupo de despesas é demonstrado no resultado consolidado por função. A reconciliação do resultado por natureza/finalidade para o exercício de 31 de dezembro de 2014 e período de nove meses findos em 31 de dezembro de 2013, como segue:

	Controladora		Consolidado		
	31/12/2014	Nove meses findos em 31/12/2013 (Reapresentado)	31/12/2014	Nove meses findos em 31/12/2013 (Reapresentado)	
Matéria-prima	-	(Reapresentatio)	(4.732.046)	(3.503.491)	
Despesas com pessoal	(94.136)	(72.376)	(1.193.814)	(937.680)	
Despesas comerciais		(2.319)	(60.906)	(76.064)	
Despesa com transporte	-	-	(480.517)	(445.776)	
Depreciação e amortização ⁽²⁾	(2.917)	(1.840)	(564.952)	(365.625)	
Outras despesas	(17.863)	(1.224)	(214.129)	(112.586)	
	(114.916)	(77.759)	(7.246.364)	(5.441.222)	
Custo dos produtos vendidos e dos					
serviços prestados	-	-	(5.803.359)	(4.430.786)	
Despesas com vendas	-	-	(881.543)	(603.965)	
Gerais e administrativas (1)	(114.916)	(77.759)	(561.462)	(406.471)	
	(114.916)	(77.759)	(7.246.364)	(5.441.222)	

⁽¹⁾ Os gastos com pesquisa e desenvolvimento do exercício foram de R\$ 4.969.

⁽²⁾ Não inclui R\$ 16.913 apresentados como dedução da receita líquida (R\$ 14.564 para o período de nove meses findos em 31 de dezembro de 2013).

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado)

26 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado		
	31/12/2014	Nove meses findos em 31/12/2013 (Reapresentado)	31/12/2014	Nove meses findos em 31/12/2013 (Reapresentado)	
Despesas financeiras					
Juros	(390.517)	(401.445)	(907.843)	(731.126)	
Variação monetária	(80.955)	-	(66.010)	(34.753)	
Outros	-	-	-	6	
	(471.472)	(401.445)	(973.853)	(765.873)	
Receitas financeiras					
Juros	111.289	40.813	52.298	62.001	
Variação monetária Rendimentos de aplicações	15.863	6.192	22.086	10.648	
financeiras	13.381	14.531	109.806	65.700	
	140.533	61.536	184.190	138.349	
Variação cambial, líquida ⁽ⁱ⁾	(391.858)	(396.729)	(318.984)	(324.121)	
Resultado dos derivativos, líquido					
Derivativos de mercadorias Derivativos de taxa de câmbio e	-	-	1.353	-	
juros	138.362	188.146	161.405	237.649	
	138.362	188.146	162.758	237.649	
	(584.435)	(548.492)	(945.889)	(713.996)	

⁽i) Inclui ganhos cambiais sobre ativos e passivos denominados em moeda estrangeira.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Con	troladora	Consolidado		
	31/12/2014	Nove meses findos em 31/12/2013 (Reapresentado)	31/12/2014	Nove meses findos em 31/12/2013 (Reapresentado)	
Impostos parcelados - REFIS Efeito líquido das demandas	23.380	(83.909)	23.380	(93.622)	
judiciais	(73.292)	-	(83.060)	(7.788)	
Resultado na venda de ativo não		(0.44)	(4.0.0 0.7)		
circulante	-	(866)	(10.835)	-	
Custas com operações societárias (i)	(115.489)	-	(115.489)	-	
Ganhos de valor justo das					
propriedades para investimento	-	-	131.697	125.322	
Ganho na liquidação de REFIS	28.440	-	28.440	-	
Outros	45.430	62.024	15.372	73.747	
	(91.531)	(22.751)	(10.495)	97.659	

⁽i) Valor relacionado à custos incorridos pela Companhia com os advogados, consultores, consultores de negócios e outros serviços relacionados para certas reorganizações societárias internas e aquisições em potencial.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

($Em\ milhares\ de\ Reais-R\$$, exceto se de outra forma indicado)

28 Operação Descontinuada

Em 1º de outubro de 2014 mediante Assembleia Geral Extraordinária (AGE) foi deliberada e aprovada à cisão parcial da Companhia. e incorporação pela Cosan Logística S.A da parcela cindida que corresponde às suas atividades de logística.

Em 30 de setembro de 2014, o montante da parcela cindida para Cosan Logística tinha o valor patrimonial de R\$ 975.854. Por conta da cisão, a totalidade das ações de emissão da Cosan Logística até então detidas pela Companhia foi cancelada e, subsequentemente, foram emitidas 405.856.814 novas ações de emissão da Cosan Logística S.A, as quais foram atribuídas aos acionistas da Companhia, na proporção de 1:1. As ações da Cosan Logística S.A foram admitidas à negociação no Novo Mercado da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBovespa") em 6 de outubro de 2014. Estas ações mantiveram aos acionistas as mesmas vantagens políticas e patrimoniais que aquelas conferidas pelas ações de emissão da Companhia que atualmente detêm, sem qualquer distinção entre os investidores.

Por conta da cisão, o capital social da Companhia foi reduzido, passando dos atuais R\$ 4.691.822 para R\$ 3.632.231, permanecendo dividido em 407.214.353 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo que o impacto total no patrimônio líquido da Companhia foi R\$ 975.854, considerando as movimentações previstas no item 4.4 do Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da Cosan S.A. Indústria e Comércio e Incorporação da Parcela Cindida pela Cosan Logística S.A.

Veja abaixo as principais movimentações de reclassificação de operação descontinuada para a data base de 31/12/2013:

Demonstrações dos resultados - Período de noves meses findo em 31/12/2013:

	Consolidado				
	Publicado	Operação descontinuada	Ajustado		
		a ob continuation	12,000000		
Lucro bruto	1.999.985	(301.943)			
			1.698.042		
Resultado operacional	1.015.218	(229.953)	785.265		
Resultado de equivalência patrimonial	247.533	-	247.533		
Resultado financeiro	(700.309)	(13.687)	(713.996)		
Imposto de renda e contribuição social	(39.194)	83.165	43.971		
Lucro do período de operações em	523.248	(160.475)	362.773		
continuidade					
Lucro líquido proveniente de operações	-	160.474	160.474		
descontinuadas					
Lucro líquido atribuível à Cosan	234.150	-	234.150		

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

($Em\ milhares\ de\ Reais-R\$$, exceto se de outra forma indicado)

29 Instrumentos financeiros

Gerenciamento dos riscos financeiros

(a) Visão Geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de taxa de câmbio;
- Risco de taxa de juros;
- Risco de crédito;
- Risco de liquidez.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia e suas controladas, a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia.

(b) Estrutura do gerenciamento de risco

A Companhia acompanha e gerencia os riscos de mercado para os quais seus negócios estão expostos e possui comitês de riscos, quando aplicável, para discutir e determinar a estratégia de *hedge* de acordo com suas políticas e diretrizes.

A controlada COMGÁS mantém uma Política de Tesouraria, aprovada em Conselho de Administração, com revisões periódicas, que determina a padronização e o objetivo para o qual suas operações financeiras deverão seguir. Além disso, essa política determina a metodologia de avaliação de risco de crédito da contraparte (operações de câmbio, derivativos, aplicações financeiras e garantias) e estipulam quais são os instrumentos financeiros permitidos.

A administração dos riscos associados das operações financeiras é feita mediante a aplicação da Política de Tesouraria e pelas estratégias definidas pelos administradores da Companhia. Esse conjunto de regras estabelece diretrizes para o gerenciamento dos riscos, sua mensuração e consequente mitigação dos riscos de mercado, previsão de fluxo de caixa e estabelecimento de limites de exposição. Para tanto, todas as operações financeiras realizadas devem ser as melhores alternativas possíveis tanto financeira quanto economicamente e nunca deverão ser feitas com o objetivo de especulação, isto é, deverá sempre existir uma exposição que justifique a contratação de determinada operação.

A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise da exposição ao risco que a administração pretende cobrir.

Em 31 de dezembro e 31 de março de 2013, os valores justos relacionados às transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção foram mensurados pelo valor justo ("fair value") por meio de fatores observáveis, como preços cotados em mercados ativos ou fluxos contados com base em curvas de mercado e estão apresentados a seguir:

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

 $(Em\ milhares\ de\ Reais-R\$,\ exceto\ se\ de\ outra\ forma\ indicado)$

	Nocional		Valor	Valor justo		
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	Resultado	
Derivativos na COMGÁS						
Risco de taxa de Câmbio						
Derivativo de taxa de câmbio						
Contratos de Swap	828.442	828.442	330.097	209.532	330.098	
	828.442	828.442	330.097	209.532	330.098	
Derivativos na Companhia e						
demais controladas						
Risco de taxa de Câmbio						
Derivativo de taxa de câmbio						
Contratos a termo	178.129	232.220	21.250	25.713	21.250	
Opções	2.202.425		(8.842)		(8.842)	
	2.380.554	232.220	12.408	25.713	12.408	
Risco de taxa de Câmbio e						
Juros						
Trava de câmbio						
Contratos de Swap (juros) Contratos de Swap (juros e	221.560	181.617	(40.328)	(13.573)	(40.328)	
Câmbio)	1.540.529	1.483.743	244.754	(36.919)	244.754	
,	1.762.089	1.665.360	204.426	(50.492)	204.426	
Total instrumentos contratados pela Companhia			546.931	184.752	546.932	
A 4 *			990.266	512 024		
Ativo			880.366	513.934		
Passivo			(333.435)	(329.182)		

(c) Risco de taxa de câmbio

No quadro abaixo demonstramos as posições consolidadas em aberto em 31 de dezembro de 2014 dos derivativos utilizados para cobertura de risco de taxa de câmbio:

	Comprado		~	Venci	Nocional		Valor		
Derivativos	/ Vendido	Mercado	Contrato	mento	(US\$) mil	Nocional	Justo		
	Composição dos saldos dos instrumentos financeiros derivativos não designados no hedge accounting								
Instrumentos	contratados pela (COMGAS:							
			Cross-Cur						
Swap/flx cx	N/A	OTC/Cetip	Swap	jun-20	10.000	18.361	8.059		
			Cross-Cur						
Swap/flx cx	N/A	OTC/Cetip	Swap	jul-20	10.000	18.361	8.454		
			Cross-Cur						
Swap/flx cx	N/A	OTC/Cetip	Swap	ago-20	10.000	18.361	8.231		
			Cross-Cur						
Swap/flx cx	N/A	OTC/Cetip	Swap	set-20	14.381	26.406	11.830		
-		_	Cross-Cur						
Swap/flx cx	N/A	OTC/Cetip	Swap	out-20	40.000	73.444	32.750		
			Cross-Cur						
Swap/flx cx	N/A	OTC/Cetip	Swap	set-20	39.922	69.580	34.067		
			Cross-Cur						
Swap/flx cx	N/A	OTC/Cetip	Swap	mai-21	51.400	83.145	52.610		
			Cross curr						
Swap/flx cx	N/A	OTC/Cetip	Swap	mai-21	20.000	32.352	20.646		
•		•	Cross curr						
Swap/flx cx	N/A	OTC/Cetip	Swap	set-21	30.000	49.761	29.886		
•		1	•						

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

 $(Em\ milhares\ de\ Reais-R\$,\ exceto\ se\ de\ outra\ forma\ indicado)$

			_				
C/fl	NI/A	OTC/C-+:	Cross curr	4 21	40 425	70.297	42.612
Swap/flx cx	N/A	OTC/Cetip	Swap Cross curr	set-21	42.435	70.387	42.613
Swap/flx cx	N/A	OTC/Cetip	Swap Cross curr	jul-17	75.000	153.900	37.650
Swap/flx cx	N/A	OTC/Cetip	Swap	fev-18	50.000	99.385	29.309
Swap/flx cx	N/A	OTC/Cetip	Cross curr Swap	ago-18	50.000	115.000	13.993
Total em 31 de	Dezembro de 201	4			443.138	828.442	330.097
Total em 31 de	Dezembro de 201	3			443.138	828.442	209.532
Instrumentos o	contratados pelas o	demais controlada	s:				
Termo	Comprado	OTC	NDF	fev-15	6.188	14.497	1.996
Termo	Comprado	OTC	NDF	fev-15	4.197	8.813	2.363
Termo	Comprado	OTC	NDF	mai-15	6.188	14.726	2.130
Termo	Comprado	OTC	NDF	mai-15	4.197	8.942	2.449
Termo	Comprado	OTC	NDF	ago-15	6.188	15.003	2.220
Termo	Comprado	OTC	NDF	ago-15	4.197	9.089	2.516
Termo	Comprado	OTC	NDF	nov-15	6.188	15.254	2.334
Termo	Comprado	OTC	NDF	nov-15	4.197	9.231	2.588
Termo	Comprado	OTC	NDF	fev-15	1.395	3.668	77
Termo	Comprado	OTC	NDF	fev-15	1.529	3.915	186
Termo	Comprado	OTC	NDF	fev-15	1.618	3.929	408
Termo	Comprado	OTC	NDF	fev-15	1.817	4.338	529
Termo	Comprado	OTC	NDF	fev-15	1.586	3.890	360
Termo	Comprado	OTC	NDF	fev-15	1.520	3.604	468
Termo	Comprado	OTC	NDF	fev-15	1.761	4.229	489
Termo	Comprado	OTC	NDF	fev-15	1.654	3.863	567
Termo	Comprado	OTC	NDF	fev-15	1.652	4.133	297
Termo	Comprado	OTC	NDF	fev-15	1.631	4.317	60
Termo	Comprado	OTC	NDF	fev-15	1.419	3.875	(64)
Cub total do Tar	rmo em 31 de deze	mbro do 2014			59.120	139.318	21.970
	rmo em 31 de dezei				102.971	232.220	25.713
Sub-total de Tel	rino em 31 de Deze	embro de 2013			102.971	252.220	23.713
	Comprado			Venci	Nocional		Valor
Derivativos	/ Vendido	Mercado	Contrato	mento	(US\$) mil	Nocional	Justo
Cwan	N/A	OTC	Cryon	ago 15	11.000	24.846	2.761
Swap			Swap	ago-15			
Swap	N/A	OTC	Swap	mar-18 mar-18	359.272	712.796	254.714
Swap	N/A	OTC OTC	Swap		(359.272)	(712.796)	(254.714)
Swap	N/A		Swap	nov-15	100.000	253.500	6.059
	ato de Swap em 31)14		111.000	278.346	8.820
Sub-total de Sw	ap em 31 de dezem	ibro de 2013			81.972	181.617	(5.468)
T 4.			T 4.				
Trava de		o Tra	Trava de		4.5	4.000	(22)
Câmbio	Comprado	OTC	Câmbio	jan-15	467	1.208	(32)
	-		Câmbio Trava de	-			
Câmbio	Comprado Comprado	ОТС ОТС	Câmbio	jan-15 jan-15	467 316	1.208 816	(32) (22)
Câmbio Trava de	-		Câmbio Trava de	-			
Câmbio Trava de Câmbio Trava de	Comprado	ОТС	Câmbio Trava de Câmbio Trava de	jan-15	316	816	(22)
Câmbio Trava de Câmbio Trava de Câmbio	-		Câmbio Trava de Câmbio Trava de Câmbio	-			
Câmbio Trava de Câmbio Trava de Câmbio Trava de	Comprado Comprado	OTC OTC	Câmbio Trava de Câmbio Trava de Câmbio Trava de	jan-15	316 4.158	816 10.756	(22) (287)
Câmbio Trava de Câmbio Trava de Câmbio Trava de Câmbio Trava de	Comprado	ОТС	Câmbio Trava de Câmbio Trava de Câmbio Trava de Câmbio	jan-15	316	816	(22)
Câmbio Trava de	Comprado Comprado	OTC OTC	Câmbio Trava de Câmbio Trava de Câmbio Trava de Câmbio Trava de	jan-15 jan-15 jan-15	316 4.158 419	816 10.756 1.084	(22) (287) (29)
Câmbio Trava de	Comprado Comprado Comprado	OTC OTC OTC	Câmbio Trava de Câmbio Trava de Câmbio Trava de Câmbio Trava de Câmbio	jan-15 jan-15 jan-15	316 4.158 419 894	816 10.756 1.084 2.312	(22) (287) (29) (62)
Câmbio Trava de	Comprado Comprado	OTC OTC	Câmbio Trava de Câmbio Trava de Câmbio Trava de Câmbio Trava de	jan-15 jan-15 jan-15	316 4.158 419	816 10.756 1.084	(22) (287) (29)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

 $(Em\ milhares\ de\ Reais-R\$,\ exceto\ se\ de\ outra\ forma\ indicado)$

31 de dezem	bro de 2014				14.886	38.811	(720)
Câmbio	Comprado	OTC	Câmbio	jan-15	355	949	7
Trava de			Trava de				
Câmbio	Comprado	OTC	Câmbio	jan-15	864	2.312	17
Trava de			Trava de				
Câmbio	Comprado	OTC	Câmbio	jan-15	89	237	2
Trava de	-		Trava de	-			
Câmbio	Comprado	OTC	Câmbio	jan-15	259	693	5
Trava de	-		Trava de	-			
Câmbio	Comprado	OTC	Câmbio	jan-15	1.901	5.087	37
Trava de			Trava de				
Câmbio	Comprado	OTC	Câmbio	jan-15	830	2.147	(57)
Trava de			Trava de				
Câmbio	Comprado	OTC	Câmbio	jan-15	3.616	9.354	(250)
Trava de			Trava de				
Câmbio	Comprado	OTC	Câmbio	jan-15	512	1.323	(35)
Trava de			Trava de				
Câmbio			Câmbio				

Derivativos	Comprado / Vendido	Mercado	Contrato	Venci mento	Nocional (US\$) mil	Nocional	Valor Justo
Opção	Comprado	OTC	Opção	mar-15	50.000	142.500	1.397
Opção	Vendido	OTC	Opção	mar-15	50.000	133.075	(2.577)
Opção	Comprado	OTC	Opção	mar-15	50.000	142.500	1.397
Opção	Vendido	OTC	Opção	mar-15	50.000	132.400	(2.281)
Opção	Comprado	OTC	Opção	mar-15	50.000	142.500	1.397
Opção	Vendido	OTC	Opção	mar-15	50.000	131.540	(1.934)
Opção	Comprado	OTC	Opção	mar-15	50.000	142.500	1.397
Opção	Vendido	OTC	Opção	mar-15	50.000	131.660	(1.976)
Opção	Comprado	OTC	Opção	mar-15	50.000	142.500	1.397
Opção	Vendido	OTC	Opção	mar-15	50.000	135.100	(3.598)
Opção	Comprado	OTC	Opção	mar-15	50.000	142.500	1.397
Opção	Vendido	OTC	Opção	mar-15	50.000	135.125	(3.610)
Opção	Comprado	OTC	Opção	mar-15	50.000	142.500	1.397
Opção	Vendido	OTC	Opção	mar-15	50.000	132.025	(2.123)
Opção	Comprado	OTC	Opção	mar-15	50.000	142.500	1.397
Opção	Vendido	OTC	Opção	mar-15	50.000	131.500	(1.920)
	ato de Opção em 31	de dezembro de 2	2014		800.000	2.202.425	(8.842)

	Comprado			Venci	Nocional		Valor
Derivativos	/ Vendido	Mercado	Contrato	mento	(US\$) mil	Nocional	Justo
Composição do	os saldos dos instru	umentos financeir	os derivativos design	ados no hedge a	ccounting	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	
Swap	N/A	OTC	Swap	mar-23	175.000	347.690	2.458
Swap	N/A	OTC	Swap	mar-23	50.000	106.595	29.220
Swap	N/A	OTC	Swap	mar-23	50.000	106.595	29.609
Swap	N/A	OTC	Swap	mar-23	368.500	732.136	(23.964)
Swap	N/A	OTC	Swap	mar-23	25.000	55.390	(8.853)
Swap	N/A	OTC	Swap	mar-23	25.000	55.390	16.383
Swap	N/A	OTC	Swap	mar-23	25.000	55.390	(10.628)
Swap	N/A	OTC	Swap	mar-23	25.000	55.390	18.076
Swap	N/A	OTC	Swap	mar-23	25.000	55.390	17.935
Swap	N/A	OTC	Swap	mar-23	25.000	55.390	(10.691)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

($Em\ milhares\ de\ Reais-R\$$, exceto se de outra forma indicado)

Swap	N/A	OTC	Swap	mar-23	25.000	55.390	17.512
Swap	N/A	OTC	Swap	mar-23	25.000	55.390	(10.155)
Swap	N/A	OTC	Swap	mar-23	50.000	110.780	17.012
Swap	N/A	OTC	Swap	mar-23	25.000	55.390	8.498
Swap	N/A	OTC	Swap	mar-23	25.000	55.390	8.599
Swap	N/A	OTC	Swap	mar-23	75.000	167.775	228
Swap	N/A	OTC	Swap	mar-23	50.000	106.595	20.823
Swap	N/A	OTC	Swap	mar-23	50.000	110.780	15.917
Swap	N/A	OTC	Swap	mar-23	25.000	55.390	8.145
Swap	N/A	OTC	Swap	mar-23	10.000	21.319	3.810
Swap	N/A	OTC	Swap	mar-23	65.000	144.014	22.336
Swap	N/A	OTC	Swap	mar-23	(368.500)	(732.136)	23.964
Swap	N/A	OTC	Swap	mar-23	(175.000)	(347.690)	(2.458)
Swap	Amortização	Perda/Ganho D1					1.832
					675.000	1.483.743	195.607
Sub-total Con	trato de Swap em	31 de dezembro de	2014		786.000	1.762.089	204.426
Sub-total de S	Swap em 31 de de	zembro de 2013			756.972	1.665.360	(50.492)

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a Companhia e suas controladas apresentavam a seguinte exposição líquida à variação cambial em ativos e passivos denominados em dólares norte-americanos e libra esterlina:

Exposição cambial, líquida	(1.249.314)	(3.476.845)
Contas a receber de clientes Empréstimos e financiamentos	20.615 (1.344.759)	24.453 (3.528.977)
Caixa e equivalentes de caixa	74.830	27.679
	31/12/2014	31/12/2013

(d) Risco de taxa de juros

A Companhia e suas controladas monitoram as flutuações das taxas de juros variáveis atreladas a algumas dívidas, principalmente aquelas vinculadas ao risco de LIBOR, e utiliza-se de instrumentos derivativos com o objetivo de minimizar estes riscos.

(e) Risco de crédito

Na controlada COMGÁS não há concentração de crédito em grandes consumidores em volume superior a 10% das vendas, portanto o risco de crédito é atenuado pela venda a uma base de clientes pulverizada.

O risco de crédito é administrado por normas específicas de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente, inclusive, quando aplicável, exigência de carta de crédito de bancos de primeira linha e captação de garantias reais sobre créditos concedidos. A Administração considera que o risco de crédito está substancialmente coberto pela provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa.

A Companhia e suas controladas podem operar derivativos de taxa de câmbio e de juros na BM&F Bovespa e também através de contratos de balcão, registrados na CETIP ou mesmo no mercado internacional, com diversos bancos, respeitando os limites estabelecidos na Política de

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

($Em\ milhares\ de\ Reais-R\$$, exceto se de outra forma indicado)

Tesouraria para cada banco.

O risco de crédito sobre caixa e equivalente de caixa, empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros em instituições financeiras nacionais e estrangeiras são determinados por instrumentos de *rating* amplamente aceitos pelo mercado e estão dispostos como segue:

	Aplicações
	financeiras
AAA	957.175
AA	461.675
31 de dezembro de 2014	1.418.850

(f) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia e suas controladas encontrem dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja um nível de liquidez suficiente para cumprir com as obrigações vincendas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas.

A tabela abaixo demonstra os passivos financeiros não derivativos classificados por data de vencimento de acordo com seu contrato para a data 31 de dezembro de 2014. Os valores divulgados na tabela são fluxos de caixa não descontados contratados:

					31/12/2014	31/12/2013
		De 1 a 2	De 3 a 5	Acima de 5	_	
	Até 1 ano	anos	anos	anos	Total	Total
Empréstimos e						
financiamentos	(1.046.258)	(785.855)	(5.828.860)	(5.978.736)	(13.639.709)	(10.688.457)
Fornecedores	(893.087)	-	-	-	(893.087)	(862.429)
Refis	(189.237)	(1.124)	(766)	(332.675)	(523.802)	(1.075.019)
Total						
Total	(2.128.582)	(786.979)	(5.829.626)	(6.311.411)	(15.056.598)	(12.625.905)

(g) Hedge accounting - Valor Justo

Visando proteger a Companhia de possíveis flutuações das taxas de câmbio e variações na taxa de juros pré-fixadas foi designado a partir de 1° de julho de 2013 contabilização de *hedge accounting* (*hedge* de valor justo) para o contrato de empréstimos "sênior notes 2023", utilizando operações com derivativos, swaps de fluxo de caixa, trocando o risco cambial da moeda estrangeira (USD) por moeda local (BRL) e taxa de juros pré-fixada por percentuais do CDI (taxas mercado local). Abaixo demonstramos o montante da dívida a valor justo e ganho reconhecido no resultado a partir da data de designação até o fechamento do período.

	31/12/2014	31/12/2013
Valor justo do Senior Notes 2023	1.222.589	1.067.134
Perda (ganho) reconhecida no resultado	(265.196)	50.648

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

($Em\ milhares\ de\ Reais-R\$$, exceto se de outra forma indicado)

financeiro

(h) Hedge accounting - Fluxo de Caixa

Em 1º de setembro de 2014, a controlada Cosan Lubrificantes efetuou a designação formal das operações de instrumentos financeiros derivativos de proteção da exposição a variação cambial dos pagamentos de importações de matéria-prima (óleo básico) sujeitas a *hedge accounting*, documentando: (i) o relacionamento do *hedge*, (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco da controlada em tomar o *hedge*, (iii) a identificação do instrumento financeiro,(iv) o objeto ou transação coberta, (v) a natureza do risco a ser coberto, (vi) a descrição da relação de cobertura, (vii) a demonstração da correlação entre o *hedge* e o objeto de cobertura, e (viii) a demonstração retrospectiva de efetividade do *hedge*.

A Companhia efetuou registro dos ganhos e perdas considerados como efetivos para fins do *hedge accounting* em conta específica no patrimônio líquido, até que o objeto de cobertura (item coberto) seja liquidado, momento no qual este ganho ou perda de cada instrumento designado deverá afetar a mesma rubrica que deu origem ao item protegido. Em 31 de dezembro de 2014 os impactos contabilizados no patrimônio líquido estão demonstrados a seguir:

	Mercado	Risco	31/12/2014
Trava e variação cambial de outros instrumentos financeiros	Dólar futuro	Cambial	972
(-) Tributos diferidos			(330)
Efeito no patrimônio líquido			642

Abaixo demonstramos a movimentação dos saldos em outros resultados abrangentes durante o exercício:

Hedge de Fluxo de caixa

Derivativo	31/12/2014
Saldo em 31/12/2013	
Ganhos/(perdas) ocorridas no exercício:	
Resultado de <i>hedge</i> e variação cambial de outros	1 100
instrumentos financeiros	1.192
Reclassificação para Estoques/Custo produto vendido	(220)
Efeito total no ajuste de avaliação patrimonial resultante de	
hedge de fluxo de caixa (antes dos tributos diferidos)	972
Ganho no <i>hedge</i> de fluxo de caixa, liquido de impostos	642

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

($Em\ milhares\ de\ Reais-R\$$, exceto se de outra forma indicado)

(i) Análise de sensibilidade

A seguir está a análise de sensibilidade dos efeitos das mudanças nos fatores de risco relevantes para os quais a Companhia está exposta em 31 de dezembro de 2014:

i. A análise de sensibilidade sobre as mudanças nas taxas de câmbio

O cenário provável foi definido com base nas taxas de USD em 31 de dezembro de 2014, que determina o valor justo dos derivativos naquela data. Cenários estressados foram definidos com base em impactos adversos de 25% e de 50% nas taxas de câmbio USD usados no cenário provável.

	Fator de risco	Cenário provável	Impactos no Cenário possível (25%) - aumento	Cenário remoto (50%) - aumento	Cenário possível (25%) - redução	Cenário remoto (50%) - redução
Derivativos na COI	MGÁS					
Risco de taxa de jur						
Derivativo de taxa d	le cambio Queda na taxa de					
Contratos de	câmbio R\$/US\$ e					
Swap	Alta na curva de					
- · · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	CDI	330.098	82.524	165.049	(82.524)	(165.049)
Risco de taxa de câr Derivativos de taxa Contratos a termo:	de câmbio					
Compromissos	Queda na taxa de					
de compra Contratos de opçõe	câmbio R\$/US\$ es:	21.970	60.733	99.496	(16.794)	(55.557)
Direito de compra		11.176	76.206	141.236	(53.854)	(118.884)
Obrigação de venda		(20.018)	82.200	184.418	(122.237)	(224.455)
Risco de taxa de jur	os					
3	Queda na curva					
Contratos swap	da Libor					
Risco de taxa de jur						
Contratos swap	Queda na taxa de câmbio R\$/US\$ e Alta na curva de CDI	202.594	337.849	558.908	(95.379)	(323.462)
		-				
Total impacto		545.820	639.512	1.149.107	(370.788)	(887.407)

⁽i) A exposição a flutuações cambiais da controlada COMGÁS é absorvida pelo ativo (passivo), que são repassados aos clientes periodicamente por meio de revisões tarifárias.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

($Em\ milhares\ de\ Reais-R\$$, exceto se de outra forma indicado)

Com base nos instrumentos financeiros denominados em dólares norte-americanos, levantados em 31 de dezembro de 2014, a Companhia realizou simulações com aumento e diminuição das taxas de câmbio (R\$/US\$) de 25% e 50%. O cenário provável considera projeções da Companhia para as taxas de câmbio no vencimento das operações, como segue:

Simulações das taxas de câmbio (R\$/US\$)

	_					Cenários
	31/12/2014	Provável	25%	50%	-25%	-50%
31 de dezembro de						
2014	2,6562	2,6562	3,3203	3,9843	1,9922	1,3281

Considerando o cenário acima, os ganhos e perdas seriam afetados da seguinte forma:

Exposição taxa de câmbio					31/12/2014
	Saldos	25%	50%	-25%	-50%
Bonds e Debêntures - USD	(1.344.759)	(336.190)	(672.380)	336.190	672.380
Caixa e Equivalente de Caixa Contas a receber em moeda	74.830	18.708	37.415	(18.708)	(37.415)
estrangeira	20.615	5.154	10.308	(5.154)	(10.308)
Impacto no resultado do					
período		(312.328)	(624.657)	312.328	624.657

ii. A análise de sensibilidade, de mudanças nas taxas de juros

A Companhia realizou análise de sensibilidade nas taxas de juros dos empréstimos e financiamentos e na remuneração pelo CDI e LIBOR das aplicações financeiras com aumento e redução de 25% e 50%, cujos resultados estão apresentados a seguir:

Exposição taxa de juros					31/12/2014
	Saldos	25%	50%	-25%	-50%
Aplicações financeiras	1.495.145	176.644	220.864	265.106	132.447
Títulos e valores mobiliários	149.735	17.690	22.119	26.550	13.264
Empréstimos e financiamentos	(4.748.241)	(418.178)	(522.722)	(627.266)	(313.633)
Impacto no resultado do					
período		(223.843)	(279.739)	(335.611)	(167.922)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

($Em\ milhares\ de\ Reais-R\$$, exceto se de outra forma indicado)

As categorias dos instrumentos financeiros estão assim apresentadas:

	Ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Total
Ativos	_		
Caixa e equivalentes de caixa	-	1.540.192	1.540.192
Contas a receber de clientes	-	856.723	856.723
Instrumentos financeiros derivativos	880.366	-	880.366
Títulos e valores mobiliários	-	149.735	149.735
Dividendos a receber	-	36.130	36.130
Depósitos judiciais	-	388.714	388.714
Outros ativos financeiros		440.180	440.180
	880.366	3.411.674	4.292.040

	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Outros passivos financeiros	Total
Passivos			
Empréstimos e financiamentos	-	(7.397.602)	(7.397.602)
Instrumentos financeiros derivativos	(333.435)	-	(333.435)
Fornecedores	-	(971.170)	(971.170)
Obrigações com acionistas preferencialistas em subsidiárias	1.926.888	-	1.926.888
Dividendos a pagar	-	(20.347)	(20.347)
	1.593.453	(8.389.119)	(6.795.666)

(j) Gestão de capital

A política da administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora que os retornos sobre capital são adequados a cada um de seus negócios, onde a Companhia define como sendo o resultado de atividades operacionais dividido pelo patrimônio líquido total.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

($Em\ milhares\ de\ Reais-R\$$, exceto se de outra forma indicado)

30 Hierarquia do valor justo

Valor Justo

O valor justo dos ativos e passivos financeiros representa o valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- Os valores de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- O valor justo de títulos e bônus negociáveis é baseado nas cotações de preço na data das demonstrações financeiras. O valor justo de instrumentos não negociáveis, de empréstimos bancários e outras dívidas financeiras, de obrigações sob arrendamento mercantil financeiro, assim como de outros passivos financeiros não circulantes, é estimado por meio dos fluxos de caixa futuro descontado utilizando taxas atualmente disponíveis para dívidas ou prazos semelhantes e remanescentes.
- ➤ O valor de mercado das Senior Notes com vencimento em 2018 e 2023 cotadas na Bolsa de Valores do Luxemburgo (Nota 15) é baseado em seu preço de mercado cotado em 31 de dezembro 2014, de 88,74% (86,99% em 31 de dezembro de 2013) e 99,38% (87,75% em 31 de dezembro de 2013), respectivamente, do valor nominal de face em 31 de dezembro de 2014.
- ➤ O valor justo dos Bônus Perpétuos cotados na Bolsa de Valores de Luxemburgo (Nota 15) é baseado em seu preço de mercado cotado como 31 de dezembro de 2014 de 101% (99,75% em 31 de dezembro de 2013) do valor de face das obrigações em 31 de dezembro de 2014.
- ➤ O valor justo dos demais empréstimos e financiamentos, os respectivos valores de mercado se aproximam substancialmente dos valores registrados devido ao fato de que esses instrumentos financeiros estão sujeitos a taxas de juros variáveis, veja detalhes na Nota 15.
- > O valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda é obtido por meio de preços de mercado cotados em mercados ativos, se houver.

A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos junto a diversas contrapartes, sobretudo instituições financeiras com classificações de crédito de grau de investimento. Os derivativos avaliados utilizando técnicas de avaliação com dados observáveis no mercado referem-se, principalmente, a swaps de taxas de juros, contratos cambiais a termo e contratos de commodities a termo. Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado utilizando técnicas de avaliação e dados de mercado observáveis. As técnicas de avaliação aplicadas com maior frequência incluem modelos de precificação de contratos a termo e swaps, com cálculos a valor presente. Os modelos consideram diversos dados, inclusive a qualidade de crédito das contrapartes, as taxas de câmbio à vista e a termo, curvas das taxas de juros e curvas da taxa a termo da commodity objeto.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

($Em\ milhares\ de\ Reais-R\$$, exceto se de outra forma indicado)

Hierarquia de valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros com base na metodologia de avaliação utilizada. Veja Nota 12 para divulgações sobre propriedades de investimento que é medido com valor justo e divulgação de ativos mantidos para venda que são mensurados pelo valor justo.

Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

O valor justo dos ativos e passivos negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações reais e que ocorrem regularmente no mercado em condições normais de mercado.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente;

O valor justo dos ativos e passivos que não são cotados em um mercado ativo (por exemplo, over-the-counter derivados) é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas, o instrumento estará incluído no Nível 2. Se uma ou mais das informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o ativo ou passivo é incluído no Nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- Os preços de cotação ou cotações de corretoras para instrumentos similares;
- O valor justo de swaps de taxa de juros é calculado como o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas;
- Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

Nível 3: inputs para o instrumento que não são baseadas em dados observáveis de mercado (ou seja, inserções não observáveis).

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

($Em\ milhares\ de\ Reais-R\$$, exceto se de outra forma indicado)

A seguir valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia classificados por nível:

Ativos e passivos mensurados ao valor justo	Nível 1	Nível 2	Total_
31 de dezembro de 2014			
Ativos financeiros derivativos	-	880.366	880.366
Passivos financeiros derivativos	-	(333.435)	(333.435)
Contraprestação contingente - Earn out	-	186.649	186.649
Títulos e valores mobiliários	-	149.735	149.735
Plano de pensão ativo	303.782	49.061	352.843
Obrigações com acionistas preferencialistas em subsidiárias	-	1.926.888	1.926.888
Ativos mantidos para venda	_	25.089	25.089
Propriedades para investimentos	_	2.641.978	2.641.978
Total	303.782	5.526.331	5.830.113
31 de Dezembro de 2013			
Ativos financeiros derivativos	_	513.934	513.934
Passivos financeiros derivativos	_	(329.182)	(329.182)
Contraprestação contingente - Earn out	-	227.976	227.976
Títulos e valores mobiliários	-	87.978	87.978
Plano de pensão ativo	264.420	38.332	302.752
Ativos mantidos para venda	-	314.104	314.104
Propriedades para investimentos	-	2.281.509	2.281.509
Total	264.420	3.134.651	3.399.071

31 Pensão e benefício pós-emprego

	31/12/2014	31/12/2013
Futura	23.048	71.065
Futura II	154	828
COMGÁS	278.562	267.242
Total	301.764	339.135

Plano de Pensão

Benefício definido

A controlada Cosan Lubrificantes e Especialidade ("CLE") patrocina a Futura — Entidade de Previdência Complementar ("Futura"), antiga Previd Exxon - Sociedade de Previdência Privada, que tem como objetivo principal a suplementação de benefícios, dentro de certos limites estabelecidos no regulamento do Plano de Aposentadoria. Este plano foi alterado para prever o seu saldamento, aprovado pela autoridade competente em 05 de maio de 2011. Durante o período findo em 31 de dezembro de 2014, os valores de contribuições da patrocinadora para o plano totalizaram R\$8.757, e a perda atuarial reconhecido em outros resultados abrangentes totalizaram R\$31.285.

Contribuição definida

A partir de 1º de junho de 2011, a Companhia e suas controladas passaram a patrocinar o Plano

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

($Em\ milhares\ de\ Reais-R\$$, exceto se de outra forma indicado)

de Aposentadoria Futura, administrado pela Futura II – Entidade de Previdência Complementar ("Futura II"), extensivo a todos os seus funcionários. A Companhia e suas controladas não possuem obrigações legais ou construtivas para contribuições extraordinárias adicionais, caso o plano não tenha ativos suficientes para pagamento de todos os benefícios ou eventual ocorrência de déficit. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, os valores de contribuição das patrocinadoras para o plano totalizaram R\$467 (R\$745 exercício findo em 31 de dezembro de 2013), e a perda atuarial totalizou R\$7 (R\$144 em 31 de dezembro de 2013), reconhecidos em outros resultados abrangentes.

A controlada COMGÁS oferece plano de suplementação de aposentadoria, concedida por meio de um plano de contribuição definida, mediante um Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL). Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, os valores de contribuições das patrocinadoras para o plano totalizaram R\$14.672 (R\$14.969 em 31 de dezembro de 2013). Adicionalmente, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, o passivo atuarial registrou um ganho atuarial de R\$4.450, reconhecidos em outros resultados abrangentes.

Passivo atuarial

Futura

O passivo atuarial relativo à Futura Entidade de Previdência Complementar está demonstrado no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2014 no montante de R\$23.048 (R\$71.065 em 31 de dezembro de 2013).

Detalhes do valor presente da obrigação de benefício definido e do valor justo dos ativos do plano, com os ativos e passivos reconhecidos no balanço patrimonial, estão a seguir:

	31/12/2014	31/12/2013
Valor presente da obrigação		
atuarial no início do exercício	(352.207)	(402.850)
Juros sobre obrigação atuarial	(41.459)	(29.684)
Benefícios pagos	25.064	18.784
Perda atuarial sobre a obrigação		
no início do exercício	11.223	61.543
Valor presente da obrigação		
no fim do exercício	(357.379)	(352.207)
Valor justo dos ativos do		
plano no início do exercício	281.142	324.445
Retorno esperado dos investimentos	33.317	23.997
Contribuições recebidas pelo fundo	8.757	6.501
Benefícios pagos	(25.064)	(18.784)
Ganho (perda) no valor justo de ativos	36.178	(55.017)
Valor justo dos ativos do		
plano do fim do exercício	334.330	281.142
Valor presente das obrigações em excesso		
ao valor justo dos ativos – passivo atuarial	(23.048)	(71.065)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

($Em\ milhares\ de\ Reais-R\$$, exceto se de outra forma indicado)

Despesa total reconhecida no resultado:

		Nove meses findos
		em 31/12/2013
	31/12/2014	(Reapresentado)
Juros sobre obrigação	(41.459)	(29.684)
Retorno esperado dos ativos do plano	33.317	23.997
	(8.142)	(5.687)
Montante total reconhecido como outros resultados abrangentes:		
_		Nove meses findos
		em 31/12/2013
	31/12/2014	(Reapresentado)
Montante acumulado no início do exercício	5.061	(35.557)
Ganhos atuariais imediatamente reconhecidos	11.223	61.543
Imposto de renda diferido	(3.816)	(20.925)
Montante acumulado no final do exercício	12.468	5.061

Os ativos do plano são compostos dos seguintes:

		31/12/2014		31/12/2013
_	Valor	Percentual	Valor	Percentual
Renda fixa	269.170	80,51%	201.129	71,54%
Renda variável	65.161	19,49%	80.013	28,46%
_	334.331	100%	281.142	100%

Os ativos do plano são compostos por ativos financeiros com preços cotados em mercado ativo e, portanto, são classificados como Nível 1 na hierarquia de avaliação de valor justo. A taxa total esperada de rendimento de ativos é apurada com base nas expectativas de mercado existentes naquela data, aplicável ao período ao longo do qual a obrigação deve ser liquidada. Essas expectativas estão refletidas nas principais premissas abaixo.

As principais premissas utilizadas para apurar as obrigações com benefícios previdenciários da Companhia são as seguintes:

Plano de benefício definido	31/12/2014	31/12/2013
Método de avaliação atuarial	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado
Tábua de mortalidade	AT-2000 segregada por sexo, suavizada em 10%	AT-2000 segregada por sexo, suavizada em 10%
Taxa de desconto para		
passivo atuarial	Juros: 11,92% ao ano	Juros: 12,16% ao ano
Taxa de rendimento esperada		
sobre os ativos do plano	Juros: 11,92% ao ano	Juros: 12,16% ao ano
Taxa de crescimento salarial	Não aplicável	Não aplicável
Taxa de aumento de		
benefícios estimados	Inflação: 5,2% ao ano	Inflação: 5,4% ao ano

A Companhia espera que contribuições de R\$ 7.882 serão pagas para o seu plano de benefício para o próximo exercício.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

($Em\ milhares\ de\ Reais-R\$$, exceto se de outra forma indicado)

COMGÁS

As obrigações relativas aos planos de benefícios pós-emprego, os quais abrangem assistência médica e aposentadoria incentivada, auxílio-doença e auxílio-deficiente estão registrados conforme Deliberação CVM nº 600.

A COMGÁS mantém com o Bradesco Vida e Previdência S.A., o Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL), plano de previdência aberta complementar, aprovado pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Este plano é o de renda fixa, cuja o objetivo é fornecer benefício de previdência, sob a forma de renda mensal vitalícia. Conforme laudo atuarial foram utilizadas as seguintes premissas:

Hipóteses Atuariais	31/12/2014	31/12/2013
Taxa de desconto	12,78% a.a.	12,36% a.a.
Taxa de inflação	6,00% a.a.	5,50% a.a.
Retorno esperado sobre os ativos do		
plano	12,78% a.a.	12,36% a.a.
Aumentos salariais futuros	9,18% a.a.	8,66% a.a.
Aumentos de planos de pensão futuros	6,00% a.a.	5,50% a.a.
Morbidade (ageing factor)	3,00% a.a.	3,00% a.a.
Mortalidade geral (segregada por sexo)	AT 2000 M&F	AT 2000 M&F
Mortalidade de inválidos	IAPB 1957	IAPB 1957
Entrada em invalidez (modificada)	UP-84 Modificada	UP-84 Modificada
Rotatividade	30% / (Tempo de Serviço +1)	30% / (Tempo de Serviço +1)

O plano de Benefício foi avaliado pela administração em conjunto com os especialistas (atuários) ao final do exercício, objetivando verificar se as taxas de contribuição vêm sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamentos atuais e futuros.

A composição do saldo relativo ao passivo atuarial está demonstrada a seguir:

	31/12/2014	31/12/2013
Valor das obrigações atuariais	284.770	274.433
Valor justo dos ativos do plano	(6.208)	(7.191)
Passivo atuarial líquido	278.562	267.242
A movimentação do passivo atuarial está de	emonstrada a seguir:	
	31/12/2014	31/12/2013
Passivo atuarial líquido		
no inicio do exercício	267.242	291.041
Despesa no exercício	32.735	27.700
Contribuições do empregador	(14.672)	(14.969)
Perda atuarial reconhecida em		
outros resultados abrangentes	(6.743)	(36.530)
Passivo atuarial líquido		
no final do exercício	278.562	267.242

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

($Em\ milhares\ de\ Reais-R\$$, exceto se de outra forma indicado)

Análise de sensibilidade

Possíveis alterações na data do balanço a uma das premissas atuariais relevantes, que prendem outros pressupostos constantes, podem afetar a obrigação de benefício definido pelos valores abaixo indicados.

Valor presente dos efeitos da obrigação atuarial

	Aumento		Baixa	
	1%	0,5%	-1%	-0.5%
Futura	(32,781)	-	39,413	_
Futura II	(18)	-	20	_
COMGÁS	-	(15,307)	-	16,836

32 Pagamento baseado em ações

Em 29 de julho de 2011, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, foram aprovadas Diretrizes de Elaboração e Estruturação de Plano de Opção de Compra de Ações por parte de executivos e empregados da Companhia, autorizando a emissão de até 5% das ações do capital social da Companhia para atendimento ao plano. O plano de opção de compra de ações foi elaborado para obter e reter os serviços prestados por executivos e empregados de alto nível, oferecendo-lhes a oportunidade de se tornarem acionistas da Companhia.

Em 18 de agosto de 2011, o Conselho de Administração aprovou a outorga de opção de compra de ações, no montante de até 12.000.000 ações ordinárias a serem emitidas ou adquiridas pela Companhia, referentes a 2,41% do capital social da época. Nesta mesma data os executivos elegíveis foram informados dos principais termos e condições do acordo de remuneração com base em ações.

Nessa mesma data, foram outorgadas 10.525.000 opções de compra de ações divididas em três tranches, sem qualquer desconto e com as seguintes características:

Tranche A - As opções poderão ser exercidas após o período de carência de um ano, considerando um percentual máximo de 20% por ano, do total das opções concedidas pela Companhia dentro de um período de cinco anos. O período de exercício termina em 19 de agosto de 2016.

Tranche B - A segunda tranche segue o mesmo racional da primeira, com diferença do número de lotes, que se divide em dez lotes de um décimo das ações ofertadas em cada período. A cada ano um lote é liberado para que o beneficiário possa exercer sua opção e o último lote fica disponível em 19 de agosto de 2021.

Tranche C - A terceira tranche segue o mesmo racional da primeira. O período de exercício termina em 11 de dezembro de 2017.

De acordo com o valor médio de mercado das ações em um período de 30 dias que termina na data de emissão, o preço de exercício foi definido em R\$ 22,80 por ação, sem qualquer desconto.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

($Em\ milhares\ de\ Reais-R\$$, exceto se de outra forma indicado)

Em 24 de abril de 2013, foram outorgadas 970.000 opções, com exercício a partir do quinto ano, para os executivos elegíveis sendo as principais características descritas no quadro abaixo.

Em 25 de abril de 2014, foram outorgadas 960.000 opções, com exercício a partir do quinto ano, para os executivos elegíveis.

O valor justo das opções concedidas foi estimado na data do exercício utilizando o modelo de simulação binomial, tendo em vista os termos e condições sob as quais as opções foram concedidas.

As opções poderão ser exercidas com a emissão de novas ações ordinárias ou ações em tesouraria que a Companhia possa ter.

O valor justo do plano de remuneração em ações foi estimado adotando-se o modelo binomial, com as seguintes premissas:

	Opções concedidas em				
	18/08/2011 18/08/2011 11/12/2012 24/04/2013 25/04				25/04/2014
	Tranche A	Tranche B	Tranche C		
Valor de mercado das ações na					_
data da outorga – R\$	22,8	22,8	39,60	45,22	37,01
Expectativa de exercício (em anos)	1 a 5	1 a 10	1 a 5	5	5
Taxa de juros	12,39%	12,39%	8,78%	13,35%	12,43%
Volatilidade	31,44%	30,32%	31,44%	27,33%	29,85%
Valor justo médio ponderado na					
data de concessão – R\$	6,80	8,15	10,10	17,95	15,67

Expectativa de exercício – O prazo esperado pela Companhia para o exercício das opções foi determinado considerando a premissa de que os executivos exercerão suas opções após o período de carência.

Volatilidade esperada – A Companhia optou por utilizar a volatilidade histórica de suas ações ajustada pela volatilidade recente de alguns competidores que atuam em ramos de negócios similares, haja vista a nova estrutura de capital e modelo de negócio da Companhia.

Dividendos esperados – Os dividendos esperados foram calculados com base no valor corrente das ações no mercado na data da concessão, ajustado pela taxa média de retorno de capital para os acionistas durante o período projetado, em relação ao valor contábil das ações.

Taxa de juros isenta de risco – A Companhia considerou a taxa de juros DI livre de riscos negociados na BM&FBOVESPA na ocasião da outorga das opções e pelo prazo equivalente ao termo das opções concedidas.

Em 31 de dezembro de 2014, R\$ 12.753 (R\$ 6,595 em 31 de dezembro de 2013) haviam sido reconhecidos como despesa referente ao plano de opções. A vigência contratual média ponderada remanescente para as opções de ação restante em 31 de dezembro de 2013 era de 2,3 anos. A despesa a ser reconhecida nos próximos anos totalizava R\$ 27.268 em 31 de dezembro de 2014.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (*Em milhares de Reais – R\$, exceto se de outra forma indicado*)

A movimentação do plano no exercício foi:

		Preço de
	Quantidade	exercício médio
	total de opções	ponderado
31 de dezembro de 2013	9.345.000	26,09
Exercício das opções	(1.818.000)	(25,21)
Concessões	1.705.000	40,62
Cancelamentos	(320.000)	
31 de dezembro de 2014	8.912.000	30,09
